





PLANO MUNICIPAL
DE CULTURA
DE **OEIRAS**

2023-2033

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Biblioteca Central Prof. Cândido Athayde
Serviço de Processamento Técnico

S586p Silva, Herberth Vinicius Virgínio de Sousa e.
Plano Municipal de Oeiras| Piauí | Brasil [recurso eletrônico]
Herbert Vinicius Virgínio de Sousa e Silva. – 2022.

1 Arquivo em PDF.

Dissertação (Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e
Museologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2022.
Orientação: Prof. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro

1. Políticas Culturais. 2. Patrimônio Cultural. 3. Processos
Participativos. 3. Cultura Brasileira. 4. Oeiras – Piauí. I. Título.

CDD: 301.298

© Copyright 2022

Herberth Vinicius Virgínio de Sousa e Silva
Áurea da Paz Pinheiro

Créditos

Esta publicação, sob o título “Plano Municipal de Oeiras | Piauí | Brasil” equivale ao produto e serviço associado ao Trabalho Final de Mestrado (TFM) do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba de autoria de Herberth Vinicius Virgínio de Sousa e Silva, sob a orientação da Profa. Dra. Áurea da Paz Pinheiro.

Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Reitor

Prof. Dr. Alexandro Marinho Oliveira

Vice-reitor

Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho

Pró-reitor de Ensino de Pós-graduação e Inovação

Prof. Dr. Daniel Fernando Pereira Vasconcelos

Coordenador de Programas Stricto Sensu

Prof. Dr. Balamero Antonio Kato da Silva

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia

Prof. Dr. Rodrigo de Sousa Melo

Prefeito Municipal de Oeiras

José Raimundo de Sá Lopes

Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Francisco Espedito Nunes Martins

Secretário Municipal de Cultura

Francisco Stefano Ferreira dos Santos

**Presidente do Conselho Municipal de
Cultura de Oeiras**

Herberth Vinicius Virgínio de Sousa e Silva

Comissão Organizadora

Âurea da Paz Pinheiro

Cassandra Yara Lopes Barroso

Francisco de Assis Rocha Carvalho Júnior

Francisco Stefano Ferreira dos Santos

Herberth Vinicius Virgínio de Sousa e Silva

Maria Anatália dos Santos Nascimento

Maria do Socorro Barbosa Barros

Mariana Lima de Carvalho

Pedro Dias de Freitas Júnior

Rita de Cássia Moura Carvalho

Comissão de Redação do Plano

Âurea da Paz Pinheiro

Francisco Stefano Ferreira dos Santos

Herberth Vinicius Virgínio de Sousa e Silva

Rita de Cássia Moura Carvalho

Projeto gráfico, editoração e capa

Bruna Gabrielle da Costa e Silva Negreiros

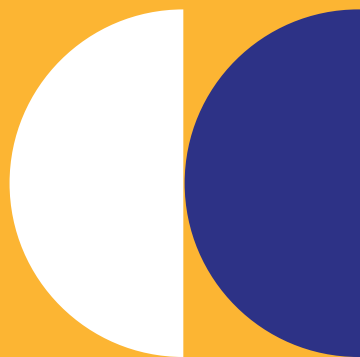




SUMÁRIO

I_APRESENTAÇÃO	7
II_INTRODUÇÃO	27
2 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CULTURA	38
2.1 SISTEMA NACIONAL DE CULTURA	38
2.2 PLANO NACIONAL DE CULTURA	41
2.3 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA	45
2.3.1 Políticas Culturais do Município	46
2.3.2 Leis	54
2.3.3 Conselho Municipal de Cultura	58
2.3.4 Fundo Municipal de Cultura	62
III_DIAGNÓSTICO DA CULTURA EM OEIRAS	69
3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	70
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	70
3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS	97
3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS	98
3.4 ASPECTOS SOCIAIS	99
3.5 ASPECTOS CULTURAIS	105
3.5.1 Celebração do Bom Jesus dos Passos	106
3.5.2 Procissão do Fogaréu	108
3.5.3 Festa do Divino	109
3.5.4 Congos de Oeiras	110
3.5.5 Bandolins de Oeiras	112
3.5.6 Paulinho do Outeiro	114
3.5.7 Gracinha da Panelada	115
3.5.8 Capoeira	116
3.5.9 Expressões de Arte Urbana (Hip hop e Grafite)	117
3.5.10 Festa do Vaqueiro	121
3.5.11 Banda Santa Cecília	122
3.5.12 Reisado	123

IV _ PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA	125
4.1 ETAPA PREPARATÓRIA (PRÉ-PRODUÇÃO): ENCONTRO DE FORMAÇÃO DE AGENTES E MOBILIZADORES DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE OEIRAS.	140
4.2 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE DIAGNÓSTICO	145
4.3 REUNIÕES SETORIAIS	170
V _ MINUTA DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA	189
VI _ CONCLUSÃO	207
VII _ REFERÊNCIAS	211





I_APRESENTAÇÃO



É muito gratificante estar gestor público, quando nossa cidade, através de ampla participação popular, discute, elabora e deseja programar seu Plano Municipal de Cultura, visto que somos um município com rico celeiro de expressões culturais, Patrimônio Cultural do Brasil, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, terra de poetas, músicos e mestres da cultura popular, nacionalmente conhecida pela sua religiosidade.

Sabemos das muitas dificuldades encontradas por todo o país, sobretudo nos pequenos municípios para estruturação de seus Sistemas Municipais de Cultura e nos orgulhamos de que em nossa gestão, reestruturamos o Conselho Municipal de Cultura, criado por lei desde 1987 e que durante algum tempo ficou desativado. Hoje, nossa cidade goza de uma política cultural municipal descentralizada com a proposição de ações, a execução e a fiscalização, através do conselho que se encontra juntamente com uma gestão compartilhada com a Prefeitura de Oeiras, através da Secretaria Municipal de Cultura, tendo representações da sociedade civil organizada. Uma prática quase rara no Brasil que nos credencia como referência para muitos municípios.

Com essas inovações, percebi que Oeiras precisava ter uma fonte de financiamento para ações culturais que viesse atender os anseios de grupos e artistas locais e, por isso mesmo, criamos o Fundo Municipal de Cultura de Oeiras, gerido pela Secult e pelo Conselho Municipal, ferramenta que já apoia projetos, propõe ações e patrocina grupos.

Neste processo, o município juntamente com os agentes sociais entendeu a necessidade de planejar o setor, visto todo o aparato já construído, pensando não apenas de forma imediatista, mas com a

perspectiva de metas para os futuros dez anos. A assessoria técnica firmada pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba conosco, tem rendido uma construção transparente desse importante documento norteador, coadunando como mais uma conquista de nossa gestão.

Parabenizamos e agradecemos a participação de todos os agentes, artistas, grupos, coletivos, instituições públicas e privadas, parceiros essenciais para concretização deste plano que é de todos os Oeirenses!

Jose Raimundo de Sá Lopes

Prefeito Municipal



"Caminhante, são tuas pegadas, o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar."

Antonio Machado

Tratar sobre o Plano Municipal de Cultura de Oeiras é percorrer uma caminhada árdua, construída desde meados da década de setenta do século XX, construção essa que vem envolvendo entidades públicas, instituições culturais, intelectuais e a sociedade civil organizada.

É importante não pensar que um plano de cultura nasce somente de um desejo governamental, mas sem vontade política e espaço para o diálogo é quase impossível se construir um documento participativo e colaborativo.

Atuo na gestão de políticas públicas na área cultural já algum tempo e nessa caminhada entendi que essa área é um campo de muitas tensões, mas sobretudo, um campo onde pulsa o desejo da construção de conexões e diálogos.

Neste trabalho vivenciei as Conferências Municipais já realizadas no município e no Estado, trabalhei na articulação da reestruturação do nosso Conselho Municipal de Cultura e com os membros atuais, trabalhamos intensamente no processo do mapeamento cultural dos agentes e grupos culturais do município, o que representou um ganho para o setor, visto que hoje temos uma vasta radiografia dos fazedores e fazedoras de cultura local. O presente trabalho se deu por conta da Lei de Emergência Cultural intitulada de Lei Aldir Blanc, com o mesmo conselho, elaboramos um edital que possibilitou todo o recurso ser aplicado ainda em 2022. Desta experiência, veio um desdobramento natural de se planejar a cultura local, visto que a cidade já conta com instrumentos como o Conselho e o Fundo Municipal de Cultura, um grande marco proporcionado pela gestão do atual prefeito José Raimundo de Sá Lopes.

Vale lembrar que esse olhar, mais voltado para instrumentos legais construídos de forma colaborativa, veio de minha formação como gestor de patrimônio do Programa de Mestrado profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí. Acrescento isto para realçar o papel da formação dos gestores e o impacto da mesma em seus contextos de atuação.

Assim estamos construindo as políticas públicas locais, não se esquecendo dos passos dados no passado, vozes inquietantes e provocadoras, decisões administrativas imprescindíveis, mas sobretudo, vontade dos segmentos culturais e que voluntariamente se dispuseram a formações, construção de questionários, aplicação de pesquisas, coleta de dados e elaboração de propostas para metas e diretrizes.

Este é um plano de vários tempos e mentes, escrito a várias mãos sob a chancela da importante Instituição Superior de Ensino, a Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, que com sua expertise, através do programa de Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia, ajudou-nos a traçar um caminho metodológico para este processo.

A caminhada não se encerra com a apresentação dessa proposta de documento, mas sim, inicia-se uma longa e árdua caminhada para sua implementação, fiscalização e execução. Que a caminhada seja produtiva como tem sido até aqui!

Francisco Stefano Ferreira dos Santos
Secretário Municipal de Cultura de Oeiras



Perceber a importância de Oeiras no cenário nacional e estadual, a partir das políticas culturais, é entender a luta de jovens intelectuais oeirenses que bebendo na fonte de movimentos culturais de outras paragens, mobilizaram a comunidade oeirense para a preservação das raízes históricas, culturais e patrimoniais da cidade, através do Movimento Oeirense de Renovação Cultural – MORC - na década de 70, cuja importância como movimento estudantil promoveu mudanças de mentalidades e comportamentos, em ações concretas, a exemplo da criação do Instituto Histórico de Oeiras, em 6 de janeiro de 1972, instituição não-governamental que nesse ano de 2022 comemora o seu jubileu.

Idealizado pelo historiador Dagoberto de Carvalho Júnior, o desdobramento desse movimento de efervescência cultural, no propósito de “cuidar de Oeiras”, provocou a criação do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras, em 1987, e, dois anos depois, em 1989, a criação da Secretaria Municipal de Cultura de Oeiras (SECULT), apartada da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Em 2017, no processo de discussão sobre a necessidade de construção do CPF da cultura, o Prefeito Municipal José Raimundo de Sá Lopes, reinstala o CMC de Oeiras, empossando 5 (cinco) membros representantes da sociedade civil e seus suplentes e, em 2021, cria o Fundo Municipal de Cultura de Oeiras através do repasse mensal de 2% (dois por cento) do percentual dos impostos IPTU, ISS e ITBI, respectivamente, Imposto Predial Territorial Urbano, Imposto Sobre Serviços e Imposto sobre Transações de Bens e Imóveis.

A importância do Conselho Municipal de Cultura para Oeiras está na missão de conduzir e provocar os sujeitos culturais ativos a formularem, de forma efetiva, a partir das suas necessidades, propostas de políticas públicas, bem como estimular o debate e a democratização da cultura na cidade, já que os conselhos municipais são espaços compostos por representantes do governo e da sociedade civil e cabe a ele fomentar, incentivar e colocar em prática as políticas públicas culturais elaboradas a partir do Plano Municipal de Cultura, cuja finalidade é planejar programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural existente na comunidade.

O Plano Municipal de Cultura é, pois, um documento que estabelece as ações de cultura para um decênio, preparado pelas mãos da comunidade reconhecida como agentes, sujeitos culturais. Muitas são as etapas da sua construção e, no caso de Oeiras, toma corpo a partir das reuniões setoriais cujos debates pontuaram as necessidades dos grupos envolvidos, abrangendo a diversidade cultural de Oeiras. O Plano traz como missão promover a igualdade de oportunidades, bem como a valorização da diversidade das expressões e manifestações culturais que enriquecem a identidade da cidade.

Para que as ações propostas pelo Plano sejam efetivadas, necessita-se de um Fundo de financiamento da Cultura para custear programas, projetos, editais, enfim, ações culturais descentralizadas. Mas, em Oeiras, cujos eventos ou são tardios ou precoces, o FMC foi criado em 2021, antes que o Plano Municipal de Cultura, para o decênio de 2023/2033, estivesse concluso.

Na nossa visão, os esforços dos intelectuais do passado, a partir do MORC, objetivando colocar Oeiras em destaque na preservação do seu patrimônio e valorização das suas potencialidades, vai se concretizando a partir das metas do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras, através das ações a serem elaboradas pelo Plano Municipal de Cultura, orçadas pelo Fundo Municipal de Cultura. Uma realidade presente.

Maria do Socorro Barbosa Barros
Secretária do Conselho Municipal de Cultura



Desde o envio da proposta de criação do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), Ministério da Educação (MEC), em 2013, com a aprovação e implantação do Mestrado Profissional em 2014 e início da 1ª turma em 2015, que a equipe de docentes do Programa é formada por professores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a partir de 2018, por docentes da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

O corpo docente é constituído por profissionais de Instituições de Ensino Superior brasileiras e portuguesas, nomeadamente, da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Universidade Aberta de Portugal, delegação do Porto e do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra. Docentes e discentes são profissionais que aprimoram estudos e intervenções no campo da museologia de inovação social em um território – o Piauí, que abriga um rico e complexo patrimônio cultural, com potencial para construção de equipamentos culturais, como museus, centros culturais, centros de documentação e interpretação da paisagem cultural etc., como é o caso da cidade de Oeiras, no sertão do estado do Piauí.

Ao longo desses anos de mestrado e mais de 10 anos (desde 2008) de trabalho com comunidades locais, sociedade civil, agentes públicos e privados, no campo da gestão dos patrimônios, cultura e educação, conseguimos ano após ano aperfeiçoar diagnósticos socioculturais in loco, para construção colaborativa de projetos de pesquisa-ação, indispensáveis para territórios atravessados por vulnerabilidades. Concebemos, executamos e avaliamos os estudos e intervenções, os

impactos sociais gerados por propostas efetivas em espaços e tempos, envolvendo segmentos sociais diversos, como realizamos em Oeiras, no processo em curso de construção do Plano Decenal de Cultura.

Ao longo desses anos, realizamos um trabalho de superação com uso de tecnologias sociais, com inúmeros resultados a transformar a realidade de centenas de pessoas, que vivem em territórios com patrimônios diversos | cultural e natural. Pesquisas e ações envolvendo empresas públicas, privadas, sociais e as comunidades locais. Avançamos em temas, problemas e abordagens no campo da cultura em sentido lato.

Consideramos o Brasil um país de dimensões continentais e o Piauí um território igualmente extenso com uma infinidade de modos de ser e existir, narrativas, histórias, memórias que recolhemos, registramos no trabalho cotidiano em comunidades do sertão e litoral de uma região pouco conhecida. Realizamos estudos e intervenções que nos permitem encontros com símbolos, sentidos e significados que as pessoas atribuem aos patrimônios em seus territórios.

O nosso trabalho com os patrimônios e a museologia tem sido no sentido de permitir que as comunidades participem, das mais variadas formas, dos processos de educação e formação, que lhes garanta a apreensão de sentidos, de valores culturais próprios de seu cotidiano, pois acreditamos que a participação permite interações com as demais dimensões da vida comunitária, da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local.

A assessoria/consultoria que a Linha de Pesquisa “Artes, Patrimônio, Educação e Arquitetura” do PPGAPM, na construção e sistematização do Plano Decenal de Cultura do Município de Oeiras 2023

- 2033, é parte desse processo. Um Plano imerso no contexto do Plano Nacional de Cultura, parte do Sistema Nacional de Cultura, que exige dos municípios planos dessa natureza, é uma mais valia para o nosso Programa. Um plano elaborado de forma participativa e colaborativa com agentes públicos, privados, com a sociedade civil e, sobretudo, com os trabalhadores da cultura de Oeiras.

Dos mais de 200 municípios do Piauí, Oeiras é o segundo a construir um Plano Municipal de Cultura, com propostas para as áreas de: música, artes cênicas (teatro e dança), artes plásticas, literatura, artes visuais, culturas populares, culturas urbanas, instituições culturais, patrimônio cultural e museus.

A nossa contribuição na elaboração do Plano de Cultura com a Secretaria de Cultura da Prefeitura de Oeiras, fortalece as nossas relações institucionais com o sistema de gestão municipal, bem como reafirma o nosso reconhecimento pela criação em Oeiras de uma Secretaria de Cultura, Conselho Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Cultura e agora o Plano Municipal de Cultura, completando, assim, o Sistema Municipal de Cultura, que entrega o Sistema Estadual e Nacional de Cultura, o que permite o repasse de recursos, fundo a fundo, direto do Governo Federal.

Uma das propostas do Plano Municipal de Cultura é a formação continuada dos trabalhadores da cultura, a criação de um Centro de Referência, que proporcione a pesquisa, documentação, conservação, educação, salvaguarda e comunicação dos patrimônios locais, que permita a produção de conhecimentos e ações voltadas à diversidade de culturas de matrizes diversas, um espaço de encontro das pessoas com as suas histórias e memórias, um fórum permanente de ação política e cidadã.

Defendemos que devemos atribuir sentidos ao que fazemos no dia a dia em nossas instituições, que nos permite compreender e fazer compreender que somos seres históricos e culturalmente elaborados, aceitar que somos um fragmento do mundo no qual vivemos, do planeta que habitamos, um complexo entre comunidade e sociedade, suas interações; somos múltiplos com uma complexidade indecifrável, imersos em múltiplas culturas, de identidades. É preciso que percebamos a nossa individualidade na complexidade das relações humanas, em uma sociedade diversa e singular.

Portanto, estamos a trabalhar em Oeiras e no Piauí com a atribuição de sentidos aos patrimônios, para compreendermos a nossa condição humana, a diversidade de explicações, sobretudo, compreendermos uns aos outros, realizar a comunicação humana, nos colocarmos no lugar do outro, uma difícil tarefa em uma sociedade individualista, que não percebe a existência do outro, que o rejeita e o reduz ao nada, logo é preciso uma autoavaliação e exame. Atribuir sentidos é aceitar a incerteza, o inesperado, temos que ser fortes e não desencorajarmos diante dos desafios. Ter consciência de nossa condição planetária, de um mundo globalizado, imerso em informações velozes, que não conseguimos processar e organizar.

Até o momento, nessa caminhada de formação em Oeiras, notamos a necessidade de equipes em constante estudo, aperfeiçoamento – falamos de meios, recursos e agentes – políticas públicas (efetivação, valorização das existentes). Dar um freio no desmonte das políticas de cultura. Considerarmos que a transformação digital no mundo atual atravessa as nossas atividades e exige nossa capacitação, proposição de

ações educativas e culturais inovadoras e com recursos às tecnologias da comunicação e informação.

Como não poderia deixar de lembrar, a temática sobre o presente e futuro dos museus e outras instituições culturais não é recente, muitos estudos e intervenções nos instigam a fazer reflexões, a nos reinventar com resiliência. Talvez o cenário presente seja o mais desafiador que vivemos e enfrentamos, estamos a criar métodos e técnicas de trabalho com equipes em um mundo incerto, mas temos a certeza que queremos estar em ambientes participativos e colaborativos, queremos estar com as pessoas, com as instituições consolidadas, não queremos apenas ver ou contemplar, mas fazer e interagir, com trabalho e fruição múltiplos e enriquecedores. O bem-estar está intrinsecamente relacionado com as noções de acesso, de pertença, de inclusão e de liberdade de expressão. O que importa é continuar a constituir para muitos lugares de contemplação e de reflexão em contraponto à velocidade da vida cotidiana.

Na construção do Plano de Cultura de Oeiras, estamos a nos orientar pela realidade local, por temas, problemas, abordagens diversas, que consideram as condições concretas de desigualdade entre territórios, patrimônios e pessoas; diferenças de valores, práticas em um mundo em constantes e rápidas transformações, que afetam as discussões sobre os desafios da sociedade atual; o futuro das políticas de cultura, que nos exige consciência cidadã, resistência e resiliência, o que não é um trabalho fácil, mas cada vez mais complexo.

A equipe do Programa e seus parceiros acreditam em uma gestão da cultura próxima de seus criadores e detentores, o que justifica a opção pela participação e colaboração diretas de pessoas e instituições,

de forma a valorizar as ações socioeducativas, valorização e criação de espaços educativos, democratizantes, inclusivos, promotores de ações culturais e de comunicação, geradores de conhecimentos, reconhecimento individual e coletivo, de valorização de culturas e identidades, de estímulo à consciência crítica, afirmando olhares e reflexões que permitem desconstruir os discursos oficiais, que negam as memórias de grupos historicamente marginalizados.

A equipe do Programa constrói ideias e perspectivas em relação à cultura, aos museus, à museologia, aos territórios, aos patrimônios e pessoas em um mundo atravessado por tendências atuais, mudanças nas sociedades e comunidades, que impactam, afetam e fazem reinventar o trabalho institucional, o que justifica a nossa opção pela formação de profissionais a interagir com as comunidades que habitam e trabalham.

O Trabalho Final do Mestrado se firma no conceito de projeto-ação, na elaboração de produtos e serviços, testados, aplicados e avaliados (produtos híbridos). São estudos e intervenções no campo da museologia e inovação social, artes, turismo cultural, sustentabilidade, meio ambiente e, neste caso, um Plano Municipal de Cultura.

Ao propormos o método da pesquisa social aplicada, nomeadamente, a pesquisa-ação, com uso de metodologias participativas, o profissional-mestrando é colocado diante de uma realidade do tempo presente do território que habita, no trabalho de Herberth Vinicius, uma realidade em que é preciso afirmar e consolidar políticas públicas de cultura, elaboradas com e para as pessoas, daí a importância do conhecimento, produção científica, investigação de boas práticas, marcadas pela criatividade, inventividade, baixo custo e com foco nas

demandas socioculturais locais. A importância de estudos e intervenções participativos-colaborativos, com métodos e técnicas que permitam compreender, em uma perspectiva comparada e transdisciplinar, especificidades de saberes e modos de viver de comunidades nos municípios. Um dos desafios do Programa é a construção de um trabalho final de mestrado profissional que requer, além da pesquisa técnico-científica, a construção de produtos e serviços, participativos, colaborativos com e para as pessoas, com foco na educação e interpretação patrimonial, museologia e inovação social e sustentabilidade.

O nosso objetivo é fortalecer e criar espaços culturais, educativos, comunidades sustentáveis, fundados em conceitos, métodos e ações pertinentes e indispensáveis às demandas dos territórios; trabalhos que respondem às necessidades e desejos das populações residentes.

Assim, na condição de Mestrado Profissional, pioneiro nessa modalidade e campo de estudos e intervenções em Artes, Patrimônio e Museologia nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, estamos felizes em participar das atividades de construção do Plano Municipal de Cultura, um trabalho que apenas está no início, que ainda há muito a trilhar, há muito a construir, juntos com a Universidade, Prefeitura e Trabalhadores da Cultura, construirmos atividades acadêmicas e profissionais planejadas a partir desta proposta de plano de cultura, que inclui investigação, intervenção, produção intelectual etc. Ao longo desses dois anos de estudos e intervenções socioculturais fizemos coleta e registros de desafios e perspectivas de transformação do setor cultural em Oeiras.

As recolhas e documentação para a construção do Plano de Cultura estiveram atravessadas pela escuta de agentes culturais,

sociedade, instituições, moradores de Oeiras. Buscamos um trabalho participativo e colaborativo em Oeiras, no qual a Prefeitura, Secretaria de Cultura, Conselho Municipal de Cultura, seus gestores e equipes de trabalho, foram e são indispensáveis nessa caminhada.

Sigamos juntos!

Áurea da Paz Pinheiro

**Docente do Programa de Mestrado em
Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal
do Delta do Parnaíba - PPGAPM/UFDPar**



A construção de uma identidade visual, para qualquer que seja seu fim, é sempre um processo desafiador de sintetizar – em cores, formas e texturas – as ideias, linguagem, propósitos e o posicionamento de uma empresa, instituição ou projeto.

Dito isso, construir uma imagem para o Plano Municipal de Cultura Oeiras não seria diferente. Aliás, aqui o desafio se multiplicou uma vez que são muitas, diversas e tão valiosas as manifestações, expressões, os símbolos e testemunhos culturais da primeira capital do Piauí.

A ideia, portanto, foi montar um mosaico a partir de formas simples, como o círculo e o triângulo, formas estas que, quando juntas, compõem um todo complexo. Afinal, foi e é assim que temos percorrido essa tessitura do Plano: cada fazedor de cultura, cada cidadão, da criança ao idoso, em suas singularidades, juntos, participando e sendo peça fundamental para a elaboração de algo maior: o Plano Municipal de Cultura de Oeiras.

Notei, porém, que apenas a diversidade de formas, ainda, não traduzia a riqueza cultural de Oeiras. Assim decidi incluir cor! Cores que representassem a multiplicidade cultural de um lugar que produz música, artesanato, arquitetura, arte urbana, capoeira, teatro entre tantas outras expressões... Assim, optamos por 5 (cinco) cores presentes no cotidiano da cidade: o azul e o amarelo, que pintam portas, paredes e janelas das edificações e dão cor à bandeira; o vermelho e o roxo, símbolos das festividades religiosas locais; e o verde, retratando a exuberante natureza da região.

Pessoalmente, Oeiras sempre me gerou encantamento. Arquiteta e museóloga de formação, as igrejas e o casario histórico, as vielas de traçado orgânico e a fé em suas várias crenças são, sem dúvida, elementos que sempre me chamaram atenção nesse lugar. No entanto, apenas com o início dos trabalhos para a construção do PMCO pude conhecer, de fato, Oeiras e sua gente. Perceber o orgulho e o respeito que os oeirenses têm pelo seu patrimônio e a forma como mantêm viva e pulsante sua cultura me encheu de esperança.

Assim, na possibilidade de deixar uma marca para essa cidade tão importante na história piauiense, meu desejo é que os elementos visuais concebidos ao longo desse processo se solidifiquem no imaginário do povo oeirense, que os marquem e que representem, para todos, um tempo de mobilização coletiva em prol do fortalecimento de sua cultura.

Bruna Gabrielle da Costa e Silva Negreiros

Autora da identidade visual do PMCO





II_INTRODUÇÃO

Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade
Prelúdio, Raul Seixas, 1974

O Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia é uma modalidade de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que tem o objetivo de capacitar profissionais nas diversas áreas do conhecimento com ênfase em estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam às demandas sociais no campo de saber-fazer da museologia.

O que se deseja é contribuir no processo de formação continuada de agentes dos setores públicos, privados e sociais potencializando a construção de projetos e ações colaborativos/participativos, com ênfase em conhecimentos que promovam articulações entre teoria e prática.

Este Trabalho de Final de Curso (TFM) é um bom exemplo para o que afirmamos, vez que está associado à resolução de um problema real no campo de atuação do profissional-mestrando, da profissional-orientadora e de acordo com a natureza da área (Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação e Informação) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) – Ministério da Educação (MEC), conceito e modalidade do Mestrado¹.

No caso deste TFM, o apresentamos em formato de um Plano Municipal de Cultura para a cidade de Oeiras. O Plano entendido como um instrumento que traduz o compromisso político e de planejamento estratégico do município para o decênio 2023-2033, cuja premissa é a construção participativa/colaborativa, sistêmica e articulada com agentes e setores públicos, privados e sociais, estando o poder

¹ Essas especificidades do Mestrado Profissional exigem que o acompanhamento e a avaliação sejam feitos com base em critérios diferenciados, definidos pelas áreas de avaliação, e realizados por subcomissão específica, mesmo se realizados concomitantemente aos programas acadêmicos.

Para garantir a qualidade dos Mestrados Profissionais, critérios operacionais e normas são necessários para dirigir e controlar sua implantação e desenvolvimento. A autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado profissional são obtidos a partir dos resultados do acompanhamento e da avaliação conduzidos pela CAPES de acordo com as exigências previstas na legislação – Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002. (Regulamentado pela Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017 e pela Portaria CAPES Nº 131, de 28 jun. 2017)

executivo representado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; a Sociedade Civil pelo Conselho Municipal de Cultura, o Legislativo pela Câmara de Vereadores, e o acompanhamento, assessoria/consultoria técnico-científica do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Identificamos, sistematizamos e interpretamos documentos que orientam a elaboração de Planos Municipais de Cultura, fruto de parcerias entre o extinto Ministério da Cultura (MinC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que nos informam que na construção de um Plano Municipal de Cultura:

[...] o processo é tão importante como o resultado [...] o tempo é fator decisivo e as Prefeituras já percorreram uma trajetória importante de planejamento e execução de políticas específicas. Assim, a metodologia [...] descrita leva em conta:

a clareza e a objetividade do processo;

a adaptabilidade aos diferentes momentos em que se encontram os órgãos municipais em matéria de planejamento;

a garantia de associação entre os níveis de planejamento estadual e nacional, asseguradas as especificidades de cada município (UFBA, 2017, p.3).

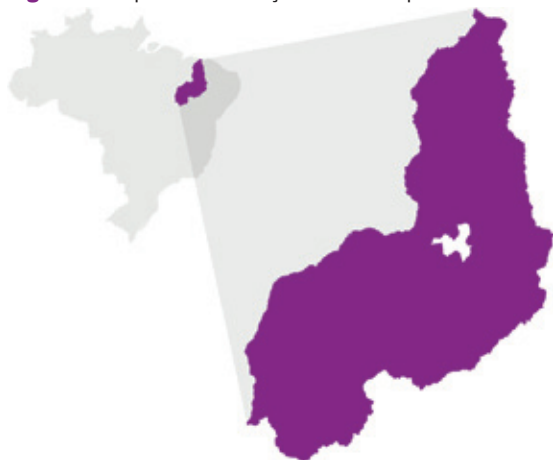
O município de Oeiras tem dentre as suas singularidades, estar localizado no centro-sul do Estado do Piauí, distante 360 km da capital Teresina, ser uma referência histórico-cultural do território, vez que é núcleo formador do Piauí, primeira capital da Província (1759-1852). Oeiras é referência em patrimônio cultural, com Conjunto Histórico e Paisagístico tombado em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)², lugar de casarões, igrejas, ruas e praças que transportam os residentes e visitantes para tempos, memórias e histórias

² Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: Dossiê de Tombamento. Teresina: Iphan/MinC, 2009.



trabalhadas e reescritas cotidianamente. Para Barros (2016, p. 16), “[...] conhecer Oeiras é encontrar-se com o Piauí, com sua história e despertar para a necessidade da preservação de suas memórias”.

Figura 1 Mapa de localização do município de Oeiras



Fonte: Freepik, 2022; Sojo, 2018. Editado pela equipe de Organização do Plano Municipal de Cultura de Oeiras.

Oeiras abriga o patrimônio cultural imaterial representado em ofícios e modos de saber-fazer, celebrações, formas de expressão, lugares; lugar onde as artes em linguagens diversas são referência de identidade para as pessoas que vivem e experienciam Oeiras³.

³ PINHEIRO, Áurea; CÂSSIA, Moura. **Passos de Oeiras**. Documentário Etnográfico. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/MinC/IPHAN/Petrobras, 2008. PINHEIRO, Áurea; CÂSSIA, Moura. INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – Arte Santeira do Piauí. Teresina: Ministério da Cultura/IPHAN, 2008. PINHEIRO, Áurea; CÂSSIA, Moura. **Piauí: história, memória e patrimônio cultural**. Teresina: Iphan/Educar: artes e ofícios, 2008. PINHEIRO, Áurea; CÂSSIA, Moura. **Celebrações**. Teresina: Educar artes e ofícios, 2009. PINHEIRO, Áurea; CÂSSIA, Moura **Congos: ritmo e devoção**. Documentário Etnográfico. Teresina: Educar artes e ofícios, 2009. SANTOS, Francisco Stefano Ferreira dos Santos. **Inventário participativo da celebração do Bom Jesus dos Passos em Oeiras** – Piauí-2020. FREITAS JÚNIOR, Pedro Dias de. **Museu de Arte Sacra de Oeiras, Piauí: diagnóstico e exercício de documentação museológica** – 2020.

Figura 2 Congos de Oeiras



Fonte: Cássia Moura, Oeiras, 2009.



O nosso lugar de fala, neste TFM/Plano Municipal de Cultura, é de pesquisador, membro e presidente do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras, membro da Comissão de Organização e Redação do Plano Municipal de Oeiras, uma natureza de trabalho que se caracteriza como pesquisa-ação, em que o investigador tem o papel de construir sinergias com os demais atores sociais que são partícipes do trabalho. Pesquisa-ação que se caracteriza pelo equacionamento de problemas encontrados no território, com uma equipe que concebe, executa e avalia estudos e ações desencadeadas de forma dinâmica, proporcionando diálogos com as comunidades locais, favorecendo a troca de saberes-fazeres entre os participantes durante o percurso/processo.

Na melhor definição de Thiollent (1986, p.20):

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

O Plano Municipal de Cultura de Oeiras se insere na estruturação de uma política cultural integrada a nível nacional envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. A vontade política do Município possibilitou estruturar instrumentos de políticas públicas de cultura, como o Conselho Municipal de Cultura (1987), a Secretaria Municipal de Cultura (1990), o Fundo Municipal de Cultura (2021) e agora, o Plano Municipal de Cultura (iniciado em 2019), que integram o Sistema Municipal de Cultura de Oeiras.

O Plano Municipal de Cultura (PMC) é o instrumento de planejamento que orienta as políticas culturais no município de Oeiras para os próximos 10 (dez) anos. A sua construção está atravessa pela colaboração e participação social, vez que pontuará as prioridades para

a cultura na cidade, a partir da aprovação de diretrizes, ações e metas a serem efetivadas no próximo decênio.

Oeiras assumiu compromisso com a construção de políticas públicas para a cultura quando aderiu ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 2015. Neste sentido, reforçamos que o Plano Municipal de Cultura é a principal ferramenta para a gestão compartilhada das políticas públicas de cultura. O município tem uma Secretaria de Cultura e Turismo, um Conselho Municipal de Cultural e um Fundo Municipal de Cultura, o que permite a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura, garantindo a continuidade de políticas já existentes e a ampliação da cidadania cultural, com o Plano Municipal de Cultura, estruturado para o período de 10 (dez) anos e a ser formalizado em Lei Municipal, possibilitando ao setor cultural e demais áreas implantar políticas integradas que contribuam para o desenvolvimento do campo cultural. O Plano é um documento que orienta as políticas culturais de Oeiras, estabelece as ações necessárias para potencializar a cultura local e ampliar os direitos culturais na Cidade.

Os Planos de Cultura Estaduais e Municipais surgem dentro do contexto de efetivação de uma política descentralizada e articulada para a área cultural. Para tal, é demandado o envolvimento de governantes, de agentes públicos e sociais, da comunidade artístico-cultural e da sociedade em geral, operando como elementos norteadores dos rumos da política cultural e da sua execução nas três instâncias de governo, o que inclui, logicamente, a instância municipal (COELHO NETO, s/d, p. 5).

Muitos são os desafios que ainda atravessam a construção do Planos Municipais de Cultura, dentre eles, o desmonte do setor cultural com a extinção do Ministério da Cultura, substituído por uma Secretaria Especial da Cultura subordinada ao Ministério do Turismo; mudança na hierarquia administrativa, cortes no orçamento, limitando a autonomia da política cultural brasileira e a perda das políticas culturais construídas e pactuadas nos últimos anos com a sociedade civil, a exemplo do Sistema



Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC). A Lei Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e deu outras providências. Vejamos:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura - PNC, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 215 da Constituição, na forma do Anexo a esta Lei, com duração de quatorze anos, regido pelos seguintes princípios: (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.129, de 2022)

- I - liberdade de expressão, criação e fruição;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Outro desafio foi a pandemia provocada pela COVID-19. Iniciamos o processo de construção do Plano Municipal de Oeiras ainda em 2019, quando procuramos identificar e sistematizar leituras, métodos e técnicas para construção do Plano e ao mesmo tempo criar estratégias para envolver a sociedade civil, os agentes públicos, privados e sociais, a comunidade local, os trabalhadores da cultura, consolidar o compromisso político dos poderes executivo e legislativo. Com a pandemia tivemos

que nos adaptar aos encontros virtuais, que rompeu e criou barreiras e fronteiras, aproximando e criando também distâncias, um processo complexo de envolvimento social, de garantia de direitos expressos na Constituição Federal de 1988, que estabelece que para promover e proteger a cultura deve haver colaboração entre o poder público e a comunidade. O art. 2º da Lei Nº 12.343 (2010), nos informa:

Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura:

I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;

II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;

III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;

IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;

V - universalizar o acesso à arte e à cultura;

VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;

IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;

X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;

XI - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;

XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;

XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;

XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;
[grifo nosso]

XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;

XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural.



XVII - monitorar, acompanhar e avaliar atividades, programas e políticas culturais relacionados à ocorrência de estado de calamidade pública de alcance nacional (Incluído pela Lei nº 14.156, de 2021).

Podemos, então, afirmar que os planos de cultura devem ter como premissa mobilizar pessoas e recursos, estimular processos de cooperação, tratar e mediar conflitos, aumentar a clareza sobre os problemas, construindo de forma participativa diretrizes, objetivos, metas e ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos. Logo, a premissa da construção de planos dessa natureza deve estar em planejar para reduzir incertezas, usar os recursos disponíveis para que o Plano Municipal de Cultura de Oeiras seja transparente e participativo, para atingir demandas culturais e assegurar que suas decisões sigam na direção adequada, para que o imprevisto não dilua os efeitos das políticas culturais.

A chave da construção de um Plano Municipal de Cultura é a mobilização e articulação da sociedade que deve permanecer conectada durante a construção do Plano e nos processos de execução, monitoramento e avaliação. A construção deve ser colaborativa/participativa, juntos, prefeitura e sociedade devem identificar desafios e oportunidades no processo de construção do Plano, daí a importância do diagnóstico, etapa fundamental, para que tenhamos a percepção de onde estamos e para onde queremos ir e como chegar, definindo juntos diretrizes e prioridades, objetivos, estratégias e metas.

Diversas são as etapas de construção do Plano Municipal de Cultura, desde o planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Desde a formação e reuniões da equipe organizadora, a construção de sinergias com colaboradores/participantes, a construção de um plano de trabalho para tornar as atividades da equipe técnica transparente e acessível, um trabalho de equipe que constrói redes de comunicação e de mobilização de agentes e setores públicos, privados e sociais; um trabalho de equipe que promove encontros de formação de agentes, que de forma efetiva e participativa contribuíram na elaboração de cada etapa do Plano,

a iniciar pelo diagnóstico, que permite enxergar desafios e oportunidades, para construção de diretrizes, que são os princípios e lógicas que devem guiar as metas, programas, projetos e ações do poder público municipal.

Figura 3 Fluxograma da Estrutura do Plano Municipal de Cultura

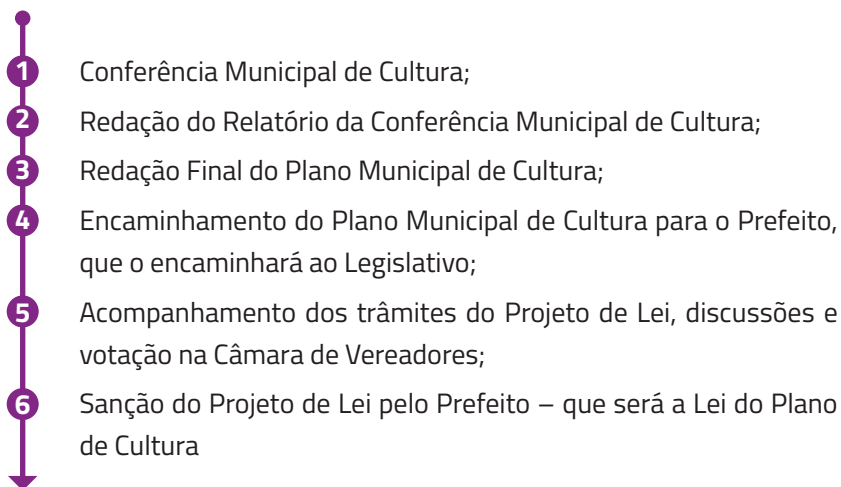


Fonte: Equipe de Organização do Plano Municipal de Cultura de Oeiras, 2021.

Nos limites deste TFM, conseguimos construir o seguinte caminho (processo) do Plano Municipal de Cultura:

- 1 Criação e Formalização da Comissão Organizadora;
- 2 Plano de Trabalho;
- 3 Mobilização e Formação da Sociedade Civil (encontros e setoriais);
- 4 Criação e Formalização da Comissão de Redação e Sistematização do Plano;
- 5 Redação Preliminar do Plano (documento com diretrizes e metas);
- 6 Consulta Pública da Proposta Preliminar do Plano;
- 7 Construção do Edital da Conferência Municipal de Cultura;
- 8 Proposta de Minuta do Projeto de Lei

Às demais etapas do processo, continuaremos a participar na condição de Presidente do Conselho de Cultura:



2 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CULTURA

2.1 SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

O Sistema Nacional de Cultura (SNC), criado através da Emenda Constitucional 71/2012 que incluiu o artigo 216-A na Constituição Federal, é a ponte entre o Plano Nacional de Cultura e os planos de cultura estaduais e municipais. O SNC estabelece mecanismos de gestão compartilhada entre estados, municípios, governo federal e sociedade civil para a promoção de desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (MinC, 2013).

Para Oliveira (2002), um sistema consiste no conjunto de partes interligadas que interagem entre si formando uma só métrica com objetivos e funções específicas. Partindo deste conceito, o Sistema Nacional de Cultura é um conjunto que reúne a sociedade civil e os entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) com seus respectivos Sistemas de Cultura. O propósito é tornar a gestão pública de cultura mais eficaz, planejada, participativa e melhor uso dos recursos públicos.

Figura 4 Organograma do Sistema Municipal de Cultura

Fonte: Herberth Vinicius, 2021.

Os princípios que regem o Sistema Nacional de Cultura são:

- 1 Diversidade das expressões culturais;
- 2 Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- 3 Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;
- 4 Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- 5 Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- 6 Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- 7 Transversalidade das políticas culturais;
- 8 Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- 9 Transparência e compartilhamento de informações;
- 10 Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- 11 Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

O SNC será organizado e gerido por instrumentos, como o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Financiamento à Cultura (SNFC). Os estados, municípios e o Distrito Federal poderão aderir ao SNC com a assinatura e publicação do Acordo de Cooperação Federativa.

Com a implementação do SNC, mecanismos de repasse de recursos “fundo a fundo” e criação de instâncias de participação social asseguram maior racionalidade, efetivação e continuidade das políticas públicas. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo de experiência de sistema público, articulado de forma federativa, que divide atribuições e responsabilidades entre os entes da federação.

Para Cunha Filho (2010, p.24- 25), o que acontece na saúde e educação seria possível no âmbito da cultura. Porém, não se pode propor repasse fundo a fundo sem que o Estado ou o município se comprometa pecuniariamente, isto equivaleria compactuar com a fuga de suas responsabilidades para com a cultura.

A Lei Aldir Blanc é um pedaço do Sistema Nacional de Cultura, pois houve transferência fundo a fundo. Foi liberado o montante de 3 bilhões do Fundo Nacional de Cultura para apoiar o setor cultural afetado pela crise gerada pela pandemia de Covid-19, no ano de 2020. A primeira vez que isso acontece na história das políticas culturais no país.

Todos os entes receberam recursos e deveriam executá-lo em um prazo determinado. No entanto, a grande maioria dos municípios não estavam preparados estruturalmente para receber valores transferidos de um fundo federal de cultura para um fundo municipal de cultura, como também necessitavam de órgãos de cultura encarregados de fiscalizar e aplicar os recursos.

A Lei Aldir Blanc trouxe à tona a necessidade de organização sistêmica da política cultural em todos os entes federativos. Um alerta geral que impulsionou ainda mais a criação de fundos, secretarias, conselhos e planos de cultura nos municípios brasileiros.

A lacuna deixada pela extinção do MinC vem causando graves prejuízos no gerenciamento da estruturação da gestão cultural nos Estados e municípios. Tendo em vista que, sem as orientações e o impulsionamento dado pelo MinC, nem todos os municípios que aderiram ao SNC cumpriram os requisitos mínimos da estruturação da política cultural local, como um órgão gestor de cultura e um conselho de política cultural.

2.2 PLANO NACIONAL DE CULTURA

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um instrumento que orienta a política cultural no Brasil, fruto da reformulação na política cultural brasileira iniciada no primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo Gilberto Gil como Ministro da Cultura.

O PNC é uma das peças fundamentais para estruturar caminhos a longo prazo. Foi construído por milhares de mãos, por meio de diferentes instâncias e espaços de experimentação e participação. Não há antecedentes de PNC durante o período democrático. Embora haja registro de um Plano de Ação Cultural dentro de uma Política Nacional de Cultura, na década de 1970, durante o regime militar, mas distante de uma proposta dialógica, participativa e colaborativa.

A Política Nacional de Cultura, elaborada pelo então Conselho Federal de Cultura em 1975, foi mais concretamente implementada no plano institucional, com a criação de órgãos setoriais, como a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilmes) e a Fundação Nacional de Artes (Funarte).

As primeiras discussões sobre a criação de um Plano para a cultura aconteceram no ano 2000 na Câmara dos Deputados, tendo em vista que na mesma época estava tramitando no Congresso Nacional o projeto de lei do segundo Plano Nacional de Educação. Era a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 306, que tramitava no Congresso



Nacional desde 20 de novembro de 2000, e que apontava a importância de um plano sistemático e plurianual para a cultura com o objetivo de suprir a carência de políticas públicas para a área. Porém, a ideia acabou sendo engavetada por alguns anos.

Em 2003, o Ministério da Cultura (MinC) organizou o seminário “Cultura para Todos” para discutir as situações em que se encontravam as atividades no campo cultural do país, a busca por novos modos de financiamento cultural e propor metas. Aconteceram encontros em Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Cuiabá, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Belém e Salvador, e contou com a presença de representantes de diversos setores da sociedade civil e do poder público, podemos citar artistas, produtores, empresários e pesquisadores das universidades.

Na “Agenda 21 da Cultura”, criada pelo Ministério da Cultura em 2004, foram discutidas metas do Plano Plurianual com cada setor da cultura, o que culminou na realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura em 2005. O texto base do PNC partiu desta conferência da qual participaram mais de 60 mil pessoas. Foi a primeira vez que o governo reuniu os mais variados setores da sociedade para realizar uma ampla discussão sobre políticas culturais.

Duas ações foram realizadas para preparar a 1ª Conferência: as conferências municipais, estaduais e intermunicipais e os seminários setoriais “Construindo o Plano Nacional de Cultura”.

Logo depois, o conteúdo do PNC foi aperfeiçoado por 4.240 brasileiros que participaram de grupos de trabalho em seminários realizados nas 27 unidades da federação. O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) revisou o texto e recebeu por volta de 100 sugestões de mudança a partir de fórum mantido na internet pelo MinC.

A Emenda Constitucional nº 48 foi aprovada em 10 de agosto de 2005, um mês antes da 1ª Conferência, estabelecendo diretrizes e metas que o Plano Nacional de Cultura, de caráter plurianual, deveria obedecer as seguintes premissas: Defesa e valorização do patrimônio cultural

brasileiro; Produção, promoção e difusão de bens culturais; Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; Democratização do acesso aos bens de cultura; Valorização da diversidade étnica e regional.

A 1ª Conferência Nacional de Cultura, organizada com base nestas premissas, aconteceu entre setembro e dezembro de 2005, com a presença de delegados da sociedade civil, empresários, trabalhadores, artistas e pesquisadores, em diálogo com o Ministério da Cultura. Foi um canal de comunicação que valorizou a transversalidade e a diversidade da Cultura. Ela foi dividida em 5 (cinco) eixos temáticos: gestão pública da cultura; economia da cultura; patrimônio cultural; cultura, direito e cidadania; e comunicação e cultura. As Setoriais foram divididas em grupos dos segmentos culturais (Música, Dança, Teatro, Artes Plásticas, Artes Visuais, Cultura Urbana, Cultura Tradicional Popular, Cinema e Audiovisual, Literatura).

O trabalho desenvolvido pelos poderes Executivo e Legislativo contou com o apoio de universidades, intelectuais, artistas, produtores e gestores públicos e privados. O objetivo foi elaborar um diagnóstico e criar o Plano de Metas para 10 anos de política nacional, com revisão a cada 5 (cinco) anos, e que servisse de base para criar um “Sistema Nacional de Cultura”. Após os debates, foi aprovada uma proposta ampla e consensual do Plano Nacional de Cultura, encaminhada ao Congresso Nacional, em 2006, como projeto de lei.

O PNC foi instituído legalmente em 2010 pela Lei nº 12.343/10, com duração de dez anos. Para Varella (2014, p.97):

Trata-se do primeiro plano de nível nacional que possui previsão constitucional, força de garantia institucional e que conta com regulamentação por lei formulada sobre padrões democráticos, tanto do ponto de vista do processo legislativo, quanto de sua concepção colaborativa, resultado da participação direta da sociedade.



De acordo com as metas traçadas pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), os Estados e municípios brasileiros deveriam constituir e institucionalizar em seus respectivos territórios, instrumentos de política cultural até o ano de 2020, cujos elementos fundamentais e obrigatórios são: o Plano de Cultura, a Secretaria de Cultura, o Conselho de Política Cultural, o Fundo de Cultura e Conferências de Cultura.

Em 2020 o PNC completou dez anos, encerrando seu prazo de vigência e deveria ter passado por avaliações a cada quatro anos. A primeira e única aconteceu em 2014. As metas foram submetidas a uma consulta pública virtual durante 45 dias, recebendo cerca de 8 mil colaborações, número ínfimo para um país com dimensões continentais.

O planejamento de metas da cultura a longo prazo era uma coisa inédita naquele momento, pois todas as gestões planejam para quatro anos. Planejar por 10 anos era complicado, inclusive quando se quer associar metas com previsão orçamentária. Um dos grandes problemas é que não se tinha números da cultura, isso foi feito na primeira gestão do governo Dilma com as parcerias feitas com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para a realização de pesquisas nos municípios para mapeamento dos equipamentos culturais.

Tendo encerrado o prazo do PNC em 2020, o Governo Federal prorrogou sua vigência para dezembro de 2022 através da Medida Provisória Nº 1.012/2020, depois convertida na Lei nº 14.156 de 1º de junho de 2021, para que assim a Secretaria Especial de Cultura tenha tempo para a elaboração de um novo Plano.

O PNC é fruto de uma ação planejada e articulada de uma política cultural. É importante ressaltar que no campo da cultura não tinha uma tradição de planejamento. E como sendo uma primeira experiência, tinha a sua imaturidade.

É um bom exemplo de democracia participativa, com demandas da comunidade cultural. O problema é que nem toda demanda deveria estar no Plano. A qualidade de um plano não deve ser medida pela grande

quantidade de metas. Quanto mais metas um plano possui, menos focado ele é. Menos resultados ele pode alcançar.

2.3 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Ao elaborar o Plano Municipal de Cultura, Oeiras, completa os componentes necessários do Sistema Municipal de Cultura (SMC). Mas o processo não termina por aí, o próximo passo é a instituição por lei própria do Sistema Municipal de Cultura.

Tendo o Município instituído o órgão gestor (Secretaria Municipal de Cultura), o Conselho Municipal de Cultura, o Fundo Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura; o chefe do executivo deve encaminhar à Câmara de Vereadores o projeto de lei que institui o SMC. A lei tem a finalidade de criar conexões entre os componentes do sistema municipal, e também estabelecer conexões com o Sistema Estadual e Nacional de Cultura. Embora ainda não exista um Sistema Estadual de Cultura no Piauí e o Sistema Nacional de Cultura aguarda por regulamentação.

As leis específicas que instituíram o Conselho Municipal de Cultura, o Fundo Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura devem ser revistas para se adequarem ao que prevê o Sistema Nacional de Cultura. Nessa ocasião, será oportuno alterar a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho para serem eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos.

Oeiras aderiu ao SNC em 23 de julho de 2015, quando foi firmado o Acordo de Cooperação Federativa entre o Município de Oeiras e a União por intermédio do MinC. O acordo foi publicado em 27 de julho de 2015, no Diário Oficial da União (DOU). Segundo dados do Portal do SNC, gerido atualmente pela Secretaria Especial da Cultura vinculado ao Ministério do Turismo, o Piauí ocupa o 22º lugar no *ranking* das adesões entre os estados da federação. Apenas 35,7% dos municípios do Piauí firmaram o Acordo de Cooperação (somente 80 dentre o total de 224 municípios).



Nas publicações e cartilhas sobre o SNC, o MinC explicava o porquê da adesão por parte dos municípios. Vejamos:

A experiência brasileira com a implantação de sistemas públicos, articulados de forma federativa, como o Sistema Único de Saúde, por exemplo, demonstra que estabelecer princípios e diretrizes comuns, dividir atribuições e responsabilidades entre os entes da Federação, montar mecanismos de repasse de recursos e criar instâncias de participação social asseguram maior racionalidade, efetividade e continuidade das políticas públicas (MINC, 2013, p.34).

O Ministério da Cultura, extinto por meio do Decreto 9.674 de 2 de janeiro de 2019, era o grande mobilizador do SNC. A lacuna deixada vem causando graves prejuízos no gerenciamento da estruturação da gestão cultural nos Estados e municípios. Tendo em vista que, sem as orientações e o impulsionamento dado pelo MinC, nem todos os municípios que aderiram ao SNC cumpriram os requisitos mínimos da estruturação da política cultural local, como um órgão gestor de cultura e um conselho de política cultural.

2.3.1 Políticas Culturais do Município

Na última década, houve uma descentralização de projetos e ações culturais na gestão pública municipal de Oeiras. A cultura permeia por diversas áreas, seja na educação, turismo, saúde, economia e assistência social.

Para Rubim (2021), a efetividade das políticas culturais exige o acionamento e a potencialização da transversalidade como componente da cultura e das políticas culturais. O autor afirma que é necessário reconhecer a transversalidade como intrínseca à própria cultura.

Podemos observar que além da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, há também outras secretarias que desenvolvem ações de

políticas culturais no município. Podemos citar o Projeto Núcleos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Os Núcleos de Cultura têm por objetivo aliar educação e arte na formação dos alunos da rede pública municipal, dando às crianças e jovens a oportunidade de fazerem oficinas de bandolim, violão, canto, dança, congos, capoeira, saxofone, flauta e percussão. O projeto que teve início em 2015, acontece em 13 (treze) escolas da zona urbana e uma da zona rural e tem se destacado por revelar novos talentos musicais que realizam apresentações nos eventos culturais dentro e fora do município de Oeiras. A relevância do projeto está também no resgate das tradições culturais locais, como: os congos e bandolins.

Figura 5 Apresentação da “Puxada de Rede” pelos alunos participantes dos Núcleos de Cultura



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2019.

Anualmente, a SEMED realiza a Feira Literária de Oeiras (FLOR) na Praça das Vitórias. Vários livros infantis são espalhados pela praça. A programação conta com oficinas, lançamento de livros, bate-papos e apresentações artísticas dos alunos da rede municipal. A cada edição, o evento homenageia um escritor infantil. Já foram homenageados: Ziraldo,

Maurício de Souza, Monteiro Lobato, Ruth Rocha, Cineas Santos, Rosana Murray, Léo Cunha e Ilan Brenman.

Figura 6 Alunos da rede municipal de ensino lendo livros na FLOR - Feira Literária de Oeiras, dezembro de 2019



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2019.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) também realiza atividades culturais em seus programas sociais. Oficinas de balé, capoeira, teatro e *hip-hop* são ofertados nos atendimentos em grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que acontece nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), espalhados por vários bairros da cidade, e tem como público-alvo crianças vítimas do trabalho infantil, pessoas com deficiência, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família. Os usuários desses serviços são estimulados à construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

Figura 7 Apresentação de dança na Vila Junina



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2022.

Figura 8 Grupo de Maculelê fruto das oficinas realizadas pela SEMAS na comunidade quilombola Queiroz.



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2021.

A SEMAS também é responsável pela realização da Vila Junina na Praça de Eventos, nos meses de junho e julho. O espaço é decorado com bandeirolas coloridas e serve de palco para apresentações de quadrilhas das escolas públicas e privadas do município.

A Secretaria Municipal de Juventude (SEMJJ) também desenvolve atividades culturais e esportivas para os jovens em contexto de vulnerabilidade social, tais como: capoeira, *hip-hop*, *skate* e patins. O projeto é realizado na Praça da Juventude, sede da Secretaria, localizada no Canela, bairro da periferia da cidade.

O suporte ao artesanato de Oeiras é dado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SEMIC). O projeto Vitrine do Artesanato disponibiliza um espaço no Centro de Artesanato de Oeiras para que os artesãos locais possam expor e comercializar seus produtos. A Secretaria também oferta oficinas e cursos de capacitação para empreendedores do setor cultural como cozinheiros, artesãos e donos de bares e restaurantes.

Figura 9 Feira Artes e Encantos, realizada pela SEMIC em abril de 2022



Fonte: Site do Município de Oeiras⁴, 2022.

⁴ Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/feira7.jpg>. Acesso em: 12 de jun de 2022.

Figura 10: Curso de pintura em tecido realizado no Centro de Artesanato em junho de 2022



Fonte: Site do Município de Oeiras⁵, 2022.

A preservação do patrimônio histórico e cultural de Oeiras recebe a atenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT). Desde a reforma, pintura e reparos em prédios históricos como Cine Teatro, Café Oeiras e Solar das 12 Janelas; até a requalificação de espaços, como a pintura da escadaria do Morro do Leme feita pelo artista visual Rodrigo Lustosa.

A SECULT mantém a Biblioteca Municipal José Expedito Rego, que conta com um vasto acervo, com cabines individuais, guarda-volumes e sala para leitura infantil. Em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura do Piauí, realiza o Projeto Seis e Meia no Cine Teatro Oeiras com shows de artistas nacionais a preços acessíveis.

⁵ Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/tecido.jpg>. Acesso em 12 de junho de 2022.

Figura 11 Projeto Seis e Meia no Cine Teatro Oeiras, agosto de 2022

Fonte: SECULT, 2022.

A SECULT, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura, vem mobilizando a comunidade para a estruturação de instrumentos de políticas culturais como o Plano Municipal de Cultura. Agora já contando com o suporte financeiro do Fundo Municipal de Cultura vem lançando editais de apoio aos artistas e grupos, como o Projeto Prata da Casa e a Mostra de Cultura Popular. O Projeto Prata da Casa seleciona 6 (seis) artistas/bandas para realizarem apresentações musicais em vários bairros da cidade e também na zona rural.

No entendimento de Ander-Egg (1987) a democratização da cultura tem finalidade de ampliar o acesso do grande público à cultura e à vida artística, sobretudo, por meio das instituições e equipamentos culturais. Essa política é baseada na circulação da produção cultural para toda a população e nas práticas de mediação para garantia da acessibilidade ao consumo.

Figura 12 Projeto Prata da Casa na localidade rural Malhada Grande.



Fonte: Site do Município de Oeiras⁶, 2022.

No contexto de Oeiras, as políticas culturais precisam chegar nas localidades mais distantes da zona rural. É preciso gerir os vários espaços e equipamentos culturais existentes no município, movimentá-los com ações e atrair público. Apesar do grande esforço da gestão municipal na realização de políticas públicas de cultura, faz-se necessário uma melhor integração dos projetos e um planejamento das ações para que haja descentralização e amplo alcance.

Figura 13 Festival de Cultura de Oeiras.



Fonte: Carlos Rubem, 2016.

⁶ Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/prata1.jpg>. Acesso em 20 de ago de 2022.

2.3.2 Leis

Oeiras tem se destacado em relação à grande maioria dos municípios brasileiros pela estruturação e implementação de políticas culturais. Desde a década de 1980, a cidade já contava com Conselho e Secretaria de cultura em um contexto regional e nacional na qual ainda não se comentava sobre gestão de políticas culturais.

Dos aparatos legais sobre políticas culturais podemos citar aqueles importantes para a estrutura de gestão que temos nos dias de hoje. Por exemplo, a lei de criação do Conselho Municipal de Oeiras, a Lei Municipal nº 1.317 de 08 de outubro de 1987. O historiador Dagoberto de Carvalho Júnior (2016, p.35), membro da primeira composição do conselho, afirma que o projeto já nasceu lei por unanimidade em duas votações na Câmara Municipal de Oeiras, nos dias 22 de setembro e 06 de outubro de 1987.

A lei de criação do conselho foi estruturada em 12 (doze) artigos que versam sobre a estruturação do conselho e suas atribuições como órgão deliberativo coletivo, encarregado de formular a política cultural do município. Definindo, ainda, que o conselho será constituído por 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes em mesmo número, nomeados pelo chefe do executivo municipal, dentre as personalidades da cultura oeirense com mandato de dois anos. O legislador deixou a cargo dos membros do conselho a eleição, em escrutínio secreto, pela maioria absoluta, de um presidente e vice-presidente com mandato de um ano.

As atribuições do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras estão elencadas no artigo 8º, no qual compete formular a política cultural no âmbito de Oeiras; articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, com as universidades e instituições culturais de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais no âmbito de Oeiras; defender a conservação do patrimônio histórico e artístico de Oeiras; promover campanhas municipais que visem o desenvolvimento

cultural e artístico e a defesa do meio-ambiente; emissões de pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural.

É interessante observar que mesmo antes de promulgada a Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal 1.347/87, no inciso IX do artigo 8º, institui a atribuição do Conselho Municipal de Cultura à elaboração do Plano Municipal de Cultura.

A criação do Conselho Municipal de Cultura antecede a criação da Secretaria Municipal de Cultura. Até 1989 a pasta da cultura estava atrelada a da educação.

Em busca nos arquivos da Câmara Municipal, não há registro de uma lei de criação da Secretaria de Cultura. Mas foi a partir de 1990, na gestão municipal de Marcos Santana, que vai constar a presença da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo nas leis orçamentárias.

A Lei Orgânica do município, criada em 05 de abril de 1990, atualizada em 2014, traz no inciso IX do art.7º, que trata das competências do município, a promoção e proteção do patrimônio histórico-cultural local. E ainda trata das competências em comum com a União e o Estado.

Art.8º Ao Município compete, ainda, em comum com a União e o Estado.

[...]

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização das obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar fauna e a flora

A cultura tem uma seção específica dentro do capítulo IV, que aborda desde a garantia dos direitos culturais, apoio e incentivo ao



folclore oeirense, e faz menção aos princípios que regem o Conselho Municipal de Cultura, como: a cooperação entre os entes municipais, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; transversalidade das políticas culturais; democratização dos processos decisórios com participação e controle social, entre outros.

Apesar de atualizada em 2014, o texto da lei ainda não faz nenhuma referência à Secretaria Municipal de Cultura. A menção ao Conselho Municipal de Cultura deve-se ao fato de que no contexto de elaboração da lei (1989-1990) ainda não existia uma secretaria própria para cultura no município.

Em 2009 foi instituída a Lei Municipal nº 1.684, instrumento legal de salvaguarda que estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Oeiras. A lei institui o tombamento a nível municipal, com a inscrição em livro de tombo. Diz o art. 1º:

Art. 1º - Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existente no município, que, dotados de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico, paisagístico ou ambiental justifiquem o interesse público na sua preservação.

O Poder Executivo fica autorizado a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Oeiras, órgão de assessoria à Prefeitura Municipal. Cabe ao referido órgão propor o tombamento para que seja homologado por Decreto.

Todavia, até a presente data, não há registro de tombamento de bens móveis ou imóveis a nível municipal. Assim como não foi instalado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural.

Cabe agora aplicar na prática esse importante instrumento de salvaguarda que poderá proteger aqueles bens de valor histórico e cultural que não entram no conjunto urbano tombado a nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012.

Recentemente foi instituído o Fundo Municipal de Cultura em Oeiras através da Lei Municipal nº 1.939, de 14 de dezembro de 2021. O fundo é um instrumento fundamental para o apoio e fomento à produção artístico-cultural no município.

De acordo com o inciso primeiro do artigo 2º, o município repassará mensalmente ao fundo o importe de 2% (dois por cento) de sua receita tributária e poderá receber doações de outros setores públicos e privados. O fundo está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo fiscalizado pelo Conselho Municipal de Cultura. A sua criação ressalta a atenção e importância dada pela gestão ao setor cultural, entendendo ser uma pasta que necessita de investimentos.

Em 27 de abril de 2020, foi instituída a Lei Municipal nº 1.903 que declara a Procissão do Bom Jesus dos Passos, Patrimônio Cultural Imaterial do povo de Oeiras-PI. Este reconhecimento é um desdobramento do inventário participativo da Celebração de Bom Jesus dos Passos, produto do trabalho final de mestrado de Francisco Stefano Ferreira dos Santos no Programa de Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI/UFPDPar.

A Procissão do Bom Jesus dos Passos acontece todos os anos na sexta-feira que antecede à Sexta-feira da Paixão, no período da Semana Santa. O parágrafo único do art. 3º diz:

Parágrafo único. Este patrimônio cultural e imaterial, que se transmite de geração em geração é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana, em conformidade com o Art. 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

Esta foi a primeira lei de reconhecimento de expressões culturais tradicionais, abrindo caminho para que outras também possam ser



reconhecidas, a exemplo dos Congos, cujo projeto de lei tramita na Câmara Municipal.

2.3.3 Conselho Municipal de Cultura

Dentro do contexto de estruturação de um Sistema de Cultura, faz-se necessário a atuação de um conselho para a formulação, fiscalização e o acompanhamento das políticas culturais. O Conselho Municipal de Cultura é peça chave na condução do processo, organização e aprovação do Plano Municipal de Cultura.

Os Conselhos Municipais de Cultura são fundamentais dentro dos processos participativos para o desenvolvimento cultural e da cidadania dentro do território. Composto por sujeitos culturais ativos, com protagonismos nas decisões políticas, fortalecem as comunidades e o diálogo intercultural.

Esclarece o MinC (2013):

A ideia de participação social, própria das democracias modernas, pressupõe que os conselhos de política cultural sejam consultivos e deliberativos. Para tanto, devem propor, formular, monitorar e fiscalizar as políticas culturais, a partir das diretrizes emanadas das Conferências de Cultura. A tarefa de propor e formular deve resultar num Plano Municipal de Cultura de médio e longo prazos, feito pelo órgão de cultura em conjunto com o Conselho de Política Cultural e com a colaboração dos fóruns da sociedade civil. Com o Plano em mãos, fica mais objetiva a tarefa de monitorar e fiscalizar a execução dos programas, projetos e ações culturais (MINC, 2013, p.38).

O Conselho Municipal de Cultura de Oeiras-PI foi instalado em 1987, muito antes de ser um instrumento de políticas públicas exigido como meta do Plano Nacional de Cultura em 2010. Criado pela Lei Municipal nº 1.317 de 08 de outubro de 1987, cujo “projeto já nasceu lei

por unanimidade em duas votações na Câmara Municipal de Oeiras nos dias 22 de setembro e 06 de outubro de 1987”, como afirma o historiador Dagoberto de Carvalho Júnior (2016, p.35).

Sua instalação oficial aconteceu em 26 de dezembro do mesmo ano, dentro das comemorações dos 270 anos do município. Tomaram posse como membros titulares: Hipólito Constâncio da Silva Reis, Pedro Ferrer Mendes de Freitas, Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, Ione de Carvalho Reis e Johann Homonnai Júnior. Como suplentes: Francisco Guedes Alcoforado, Manoel Felipe Brandão, Maria do Carmo Nunes Ferreira de Carvalho, Zilda de Carvalho Rego e Onezinda Serra.

A lei de criação do conselho foi estruturada em 12 (doze) artigos que versam sobre a estruturação do conselho e suas atribuições como órgão deliberativo coletivo, encarregado de formular a política cultural do município. Definindo ainda, que o conselho será constituído por 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, em mesmo número, nomeados pelo chefe do executivo municipal, dentre as personalidades da cultura oeirense com mandato de 2 (dois) anos. O legislador deixou a cargo dos membros do conselho a eleição, em escrutínio secreto, pela maioria absoluta, de um presidente e vice-presidente com mandato de um ano.

As atribuições do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras estão elencadas no artigo 8º no qual compete formular a política cultural no âmbito de Oeiras; articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, com as universidades e instituições culturais de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais no âmbito de Oeiras; defender a conservação do patrimônio histórico e artístico de Oeiras; promover campanhas municipais que visem o desenvolvimento cultural e artístico e a defesa do meio ambiente; emissões de pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural.

É interessante observar que mesmo antes de promulgada a Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal 1.347/87 no inciso IX do artigo 8º institui a atribuição do Conselho Municipal de Cultura a elaboração do Plano Municipal de Cultura.



Durante a pesquisa não foi localizado nenhum documento sobre a atuação do CMCO no período 1987 até 2018. O Livro Ata, fonte importantíssima que poderia conter informações sobre as reuniões, eleições da diretoria, nomeação de novos membros, não foi localizado.

Por iniciativa da gestão municipal, o Conselho Municipal de Cultura foi reativado através da Portaria nº 83 de 15 de junho de 2018. Foram nomeados 10 (dez) novos membros, cinco membros titulares e cinco suplentes: Francisco Stefano Ferreira dos Santos (titular representante da Secretaria Municipal de Cultura), Francisco de Assis Rocha de Carvalho Júnior (titular representante do Instituto Histórico de Oeiras), Maria Anatólia dos Santos Nascimento (titular, representante dos grupos culturais), Herberth Vinicius Virginio de Sousa e Silva (titular, representante dos artistas e casas de cultura), Maria do Socorro Barbosa Barros (titular, representante da Educação), Pedro Dias de Freitas Júnior (suplente), Francisca dos Santos Martins (suplente), Flávio Antônio Mentos da Silva (suplente), Maurenize Gomes Costa Nunes (suplente), Zulene de Holanda Rocha (suplente).

Figura 14 Cerimônia de reativação do CMCO e posse dos novos membros, em 2018.



Fonte: Site do Município de Oeiras⁷, 2018.

⁷ Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/c2.jpg>. Acesso em: 12 de ago de 2022.

A posse dos novos membros aconteceu em sessão solene no Solar das 12 Janelas, no dia 01 de agosto de 2018, com 32 pessoas presentes, conforme registrado em ata (Anexo C). Na ocasião, o Sr. Stefano Ferreira, Secretário Municipal de Cultura, e o Sr. José Raimundo de Sá Lopes, Prefeito Municipal, falaram sobre a importância do Conselho Municipal para ascensão da cultura oeirense.

A partir da posse dos novos membros, podemos acompanhar as ações do conselho através das atas elaboradas e registradas em livro específico. Para Esquinsani (2007, p.104), a ata é um documento confiável, cujas informações nela contidas, são aprovadas e confirmadas com assinatura dos presentes na reunião realizada.

A eleição da diretoria aconteceu no dia 11 de agosto de 2018, na qual foram eleitos Herberth Vinicius Virginio de Sousa e Silva para presidente, Maria Anatália dos Santos Nascimento para vice-presidente e Maria do Socorro Barros para secretária do CMCO. O Regimento Interno, com seus 26 artigos, foi lido e aprovado em assembleia no dia 13 de setembro do mesmo ano.

O objetivo do CMCO é definido no seu artigo 3º:

Art. 3º. O Conselho Municipal de Cultura de Oeiras tem por objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural no Município de Oeiras, visando garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais (OEIRAS, 2018).

Dentre as suas atribuições podemos destacar: fiscalizar as atividades culturais desenvolvidas no município; colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação concernente à cultura; propor a criação e responsabilizar-se pela administração do Fundo Municipal de Cultura e criar mecanismos que permitam sua comunicação com a comunidade,



para que possa cumprir seu papel de mediador entre a sociedade civil e o governo municipal no campo cultural.

O CMCO vem atuando de forma ativa no cenário cultural do município desde a sua reinstalação, podemos citar: o acionamento do Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI) e o IPHAN da grave situação das ruínas da Pensão Portela; a reunião com o Clero de Oeiras sobre os riscos de intervenções nas manifestações religiosas, como a Procissão de Bom Jesus dos Passos e a execução da Lei Aldir Blanc no município.

2.3.4 Fundo Municipal de Cultura

Uma das grandes conquistas no âmbito da construção de políticas culturais em Oeiras foi a criação do Fundo Municipal de Cultura (FMC) através da Lei Municipal nº 1.939, de 14 de dezembro de 2021. Um instrumento fundamental para o apoio financeiro a projetos culturais.

Na definição prevista no art. 71 da Lei Federal nº 4.320/64, os Fundos Municipais são fundos especiais criados para amparar, contabilmente, as receitas específicas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços.

Figura 15 Prefeito José Raimundo autorizando o primeiro repasse de recursos para o FMC acompanhado do Presidente da Câmara, Secretário Municipal de Cultura e Presidente do Conselho Municipal de Cultura, em 11 de março de 2022.



Fonte: PMO, 2022.

Os fundos de cultura são ferramentas de financiamento público de ações culturais à disposição dos entes federados, além do Incentivo Fiscal, Orçamento Público e Investimento.

Podemos definir orçamento público como um tipo de financiamento que os recursos são estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), aplicados sem previsão de retorno para a execução de projetos culturais, apoiados diretamente pelo órgão gestor. O incentivo fiscal é o recurso originário de renúncia fiscal dos impostos deduzidos dos patrocinadores de projetos culturais. Já o investimento, é a modalidade de financiamento público com a qual se visa o retorno do capital investido.

Figura 16 Participação dos grupos de hip hop oeirense *Zumbi Kings* e *Soul Rocker* no campeonato mundial de Breaking Red Bull BC *One Brazil* 2022, em Fortaleza - CE, com apoio do Fundo Municipal de Cultura de Oeiras



Fonte: Gilmário Silva, 2022.

Ainda que, atualmente, o Orçamento Público seja a modalidade mais utilizada pelos municípios, o mecanismo mais adequado para receber repasses da União e dos Estados é o Fundo. Essa era uma orientação do extinto MinC (2013), quando da implantação de um Sistema Nacional de Cultura com repasse “fundo a fundo”.

No caso de Oeiras, os recursos aplicados no FMC advêm do repasse mensal de 2% (dois por cento) de sua receita tributária, como estatui o inciso primeiro do artigo 2º da Lei nº 1.939/21. A Lei também permite que o fundo possa receber doações de outros setores públicos e privados.

Figura 17 Cerimônia de batizado e troca de cordas realizada pelo grupo de capoeira Raízes do Brasil com patrocínio do Fundo Municipal de Cultura, junho de 2022.



Fonte: *Instagram* do Grupo Raízes do Brasil, 2022.

A gestão do Fundo, com ordenação de despesas, desembolsos e prestação de contas, fica a cargo da Secretaria Municipal de Cultura de Oeiras, representante do poder executivo. As diretrizes gerais para o fomento à cultura e a fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo são deveres do Conselho Municipal de Cultura.

Com seis meses de sua criação, o FMC já financiou apresentações artísticas, eventos culturais, como: 14º Batizado de Capoeira, 1º Bate

e Fica do Movimento Motociclismo, 1º Encontro de Arte Urbana. Com os recursos do Fundo, viabiliza-se o lançamento de editais como por exemplo, do Projeto Prata da Casa, que possibilita a apresentação musical de artistas e bandas nos bairros da periferia e zona rural.

Figura 18 Intervenção artística realizada pela oficina de grafite no 1º Encontro de Arte Urbana de Oeiras patrocinado pelo Fundo Municipal de Cultura.



Fonte: Amanda Moraes, 2022.



1980

...

2000

2010

**1987**

08.out
Criação do Conselho
Municipal de Cultura

1988

05.out
Promulgação da
Constituição Federal

**1990**

Criação da Secretaria
Municipal de Cultura

- âmbito nacional
- âmbito estadual
- âmbito municipal

2005

22 e 23.out
1ª Conferência
Municipal de Cultura

2009

16.set
2ª Conferência
Municipal de Cultura

**2010**

Regulamentação do
Plano Nacional de
Cultura

2012

29.nov
Criação do Sistema
Nacional de Cultura

**2013**

25.jul
3ª Conferência
Municipal de Cultura

2015

23.jul
Assinatura do Acordo
de Cooperação
Federativa entre o
Município de Oeiras e
a União para adesão
ao Sistema Nacional
de Cultura

2018

01.ago
Reinstalação do
Conselho Municipal
de Cultura

2019

04.dez
Início das
mobilizações sobre o
Plano Municipal de
Cultura

**2020**

15.fev
Oficina sobre
elaboração do Plano
Municipal de Cultura

2020

08.jul
Início do
Mapeamento
Cultural de Oeiras

2020

04.nov
Lançamento do
Edital da Lei Aldir
Blanc em Oeiras

2021

08 e 09.ago
Fórum Virtual de
Discussão do Plano
Municipal de Cultura
de Oeiras

**2021**

23.set
Assinatura do Termo
de Cooperação
Técnico, Científico e
Cultural firmado
entre Município de
Oeiras e
Universidade Federal
do Delta do Parnaíba
UFDPAr

**2021**

14.dez
Criação do Fundo
Municipal de Cultura

2021

até dez.2022
Prorrogação da
vigência do Plano
Nacional de Cultura

2022

18.mar
Conferência Estadual
de Cultura

**2022**

11.jun
Encontro de
Formação de
Agentes
Mobilizadores do
Plano Municipal de
Cultura

**2022**

02 a 09.ago
Reuniões Setoriais
para Construção do
Plano Municipal de
Cultura







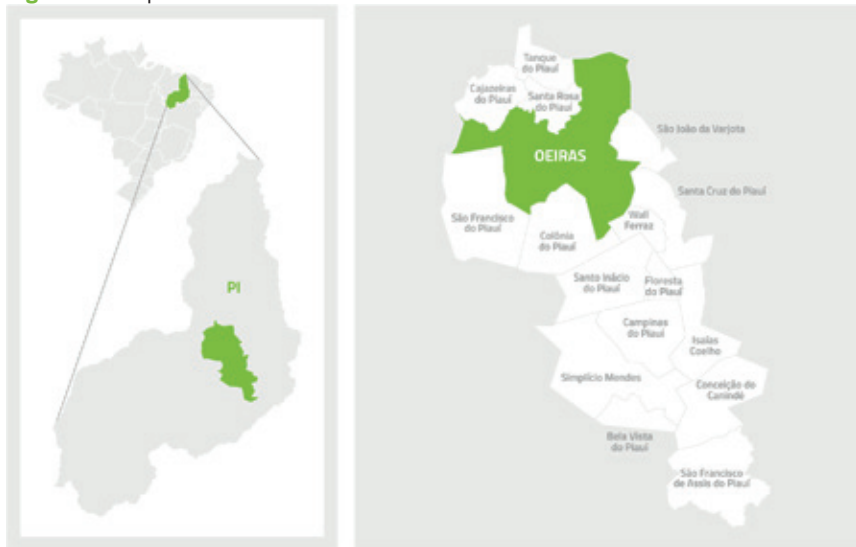
III_DIAGNÓSTICO DA CULTURA EM OEIRAS

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Oeiras foi a primeira capital da Província, posição que ocupou até 1852, quando Teresina passou a ser sede administrativa do Piauí. Está localizada a 315 km da capital, na região centro-sul, no semiárido do nordeste brasileiro. Possui uma população estimada de 37.138 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022). Tem área territorial de 2.702,493 Km². Está inserida no Território do Vale do Rio Canindé com mais 16 municípios: Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Simplicio Mendes, Tanque do Piauí e Wall Ferraz.

Figura 19 Mapa do Território da Cidadania Vale do Canindé – PI.



Fonte: CGMA, 2015.⁸ Editado pela equipe Organização do Plano Municipal de Cultura de Oeiras.

⁸ Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_133_Vale%20do%20Canind%C3%A9%20-%20PI.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2022.

Desde sua origem, a base econômica de Oeiras foi a pecuária. Os irmãos Domingos Afonso Mafrense⁹ e Julião Afonso Serra¹⁰ instalaram os primeiros currais em terras que lhes foram concedidas como sesmarias¹¹ em sociedade com a Casa da Torre (1551-1624)¹². Surgia o primeiro núcleo de povoamento, com jurisdição ligada ao recém-criado Bispado de Pernambuco (1676). Conforme afirma o historiador Carvalho Júnior (2012, p.49-50):

Era a alvorada da civilização do couro. Aquilo que de início fora atividade subsidiária da agroindústria açucareira - ocupadas por canaviais imensos as terras mais férteis e de mais fácil acesso e obrigados, rebanhos e vaqueiros a seguirem os caminhos do São Francisco - aqui se converteu num dos elementos fundamentais de nossa futura economia. Inverteu-se o sistema. O que era dominante, passou a subsidiário e a pecuária, cujo apogeu resultou apenas do crescimento vegetativo dos rebanhos, garantiu mão-de-obra aos vaqueiros transformados em colonos.

⁹ Domingos Afonso - português de Mafra, por essa razão apelidado de Mafrense. Filho de Julião Afonso e Jerônima Francisca. Era também cognominado de Domingos Afonso Sertão pela bravura de suas incursões sertanejas.

¹⁰ Julião Afonso - irmão de Domingos Afonso Sertão, que também movido pelo espírito aventureiro recebeu a alcunha de "Serra".

¹¹ Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens. Originada como medida administrativa nos períodos finais da Idade Média em Portugal, a concessão de sesmarias foi largamente utilizada no período colonial brasileiro. Iniciada com a constituição das capitanias hereditárias em 1534, a concessão de sesmarias foi abolida apenas quando houve o processo de independência, em 1822. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>>. Acesso em: 02 de ago, 2022.

¹² Casa da Torre - construída no alto da Colina de Tatuapara, a Casa da Torre de Garcia D'ávila é a primeira grande edificação civil portuguesa no Brasil e foi um marco do início da colonização no país. O monumento foi construído entre 1551 e 1624 e, inicialmente, foi utilizado como uma fortificação para proteger o território colonial de Portugal, devido a sua localização estratégica. Mais tarde, se tornou a sede do maior latifúndio da época, que se estendia da Bahia até o Maranhão. Disponível em: <<https://fgd.org.br/castelo/>>. Acesso em: 03 ago, 2022

A partir de 1694, o Padre Miguel de Carvalho, após ter visitado o sertão do Piauí, apresentou a Dom Francisco de Lima (1629-1704), Bispo de Pernambuco, a necessidade da criação de uma freguesia no centro-sul. Atendida a solicitação, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Brejo da Mocha do Sertão do Piauí, em 02 de março de 1697. Uma capela foi erguida em honra à Nossa Senhora da Vitória pelo Padre Tomé de Carvalho, primeiro vigário de Oeiras de 1697 a 1736, que trouxe consigo a primeira imagem da padroeira.

A imagem é seiscentista e veio com ele. Vitória do Bispo, do Padre Miguel, daqueles brejeiros crenes. Vitória de todos, somando à alusão às vitórias portuguesas de Aljubarrota e Lepanto. Vitória de Nossa Senhora. Nossa Senhora da Vitória de Oeiras (CARVALHO JÚNIOR, 2010, p.53).

Uma reunião foi realizada em 11 de fevereiro de 1697, na Fazenda Tranqueira do Sr. Antônio Soares Touguia. Compareceram os moradores da vizinhança e, juntamente com o Padre Miguel de Carvalho, decidiram que seria o Brejo da Mocha o local apropriado para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Vitória. “Uma capela de taipa coberta de pindoba foi erguida provisoriamente em 18 dias e concluída no dia 2 de março de 1697” (CARVALHO JÚNIOR, 2010, p.54).

O território da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória foi demarcado por ordem régia, o que desagradou os mandatários da Casa da Torre, considerados os donos da terra, que reagiram e mandaram queimar a capela. O episódio não desanimou o Padre Tomé, que, com ajuda de fazendeiros da região, ergueu-a novamente no mesmo local, desta, feita uma igreja de base sólida inaugurada em 1733.

Com ocupação territorial, ainda do século XVII, Oeiras foi elevada à categoria de Vila, em 1717, por Carta Régia do Rei Dom João V de Portugal. A Vila foi cenário de decisões políticas de reconhecimento e adesão à Independência do Brasil em 1823. Sede administrativa da Capitania do

Piauí por quase um século (93 anos) até a transferência para Teresina, em 1852.

Figura 20 Mapa da Vila de “Oeyras do Piauí”, século XVIII.



Fonte: Wikipedia¹³

Após a transferência da capital, Oeiras viveu um período de decadência, que impactou negativamente na autoestima da população. Com a mudança dos setores administrativos, muitas famílias partiram para a nova capital, deixando aqui muitas casas e edificações em situação de abandono.

Barros, historiador local, informa-nos que de 1852 até meados da década de 1930, a cidade se recolheu ao ostracismo. Os acontecimentos se deram de forma mais lenta, adquirindo hábitos rurais e tornando a vida mais pacata. Oeiras viveu uma situação de esquecimento, descaso e apatia. Teresina se tornou o “Eldorado” ou, talvez, a ilusão da “Terra prometida”.

A cidade é realmente o guarda-chuva que abriga as ilusões e decepções do homem moderno. Teresina foi,

¹³ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Oeyras_do_Piauh%C3%AD.PNG> Acessado em: 01 de set de 2022.

portanto, o destino imediato dos timoneiros oeirenses. Todavia, essa condição começa a mudar com a Era Vargas que, sem dúvida, implantou reformas em todos os setores administrativos, incentivando os agentes econômicos para uma dimensão modernizadora, modificando a face de uma sociedade rural em transição para a vida urbana (BARROS *et al*, 2009, p.99).

No período imperial, a administração de Oeiras era de responsabilidade do Senado da Câmara, gerido por um juiz ordinário, que exercia as funções de dirigente municipal e chefe do legislativo. No período republicano, as intendências se tornaram o novo modelo administrativo. O cargo de prefeito municipal surgiu a partir da década de 1930.

Para Maciel (1995), a carência de recursos econômicos e os interesses voltados para a pecuária, dificultou à população piauiense uma vivência cultural mais presente, como acontecia nas regiões que viviam o auge dos ciclos do ouro e diamante.

O Piauí passou por um processo de colonização estranho ao da maioria dos estados brasileiros. Aqui ocorreu seguindo caminhos opostos, do interior para o litoral, ou seja, do Sul do Estado para o Norte do Piauí. A necessidade que movia os colonos era uma só: econômica. Precisavam ampliar, cada vez mais, os pastos das fazendas de gado. Não havia no Piauí minas de ouro ou diamantes que produzissem riquezas espetaculares, nas cidades que se tornariam históricas pela Arquitetura, Escultura e Música. O piauiense, naquela época, em suas cidades e vilarejos, nunca presenciara espetáculos cênicos-musicais de ópera ou opereta ou assistira a concertos de orquestra (MACIEL, 1995, p.23-24).

Oeiras possui um rico e complexo patrimônio cultural imaterial, ofícios de modos de saber-fazer, celebrações, lugares, formas de expressão. O Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade foi reconhecido como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2012. Ruas, casarões, igrejas, praças de tradição colonial portuguesa, ressignificam-se e permitem aos moradores

e visitantes acesso a memórias e histórias. Para Barros (2016, p. 16), “[...] conhecer Oeiras é encontrar-se com o Piauí, com sua história e despertar para a necessidade da preservação de suas memórias”.

A presença da Igreja Católica na região propiciou o surgimento do núcleo urbano e formação social. Parte do calendário da cidade gira em torno da liturgia católica. São celebrações, dentre as quais se destacam: Bom Jesus dos Passos, Semana Santa e Divino.

Figura 21 Festa do Bom Jesus dos Passos em Oeiras.



Fonte: Cássia Moura, 2009.

Na cultura negra são marcantes ritmos, sons, gastronomia, fé e resistência. A forma de expressão Congos é um exemplo da herança ancestral deixada por populações escravizadas trazidas ainda no século XVIII. São homens que com seus tambores e vestidos rodados cantam e louvam à Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito. A presença da cultura africana está nos terreiros de Umbanda e Candomblé, espalhados pelos bairros da periferia e zona rural da urbe. Na gastronomia se destaca a comida simples (caseira) de Dona Gracinha, no Bairro do Rosário. A arte

da capoeira e urbana, como o *hip-hop* e o grafite, refletindo a diversidade cultural do Município.

Na literatura, é significativo o número de romancistas, poetas e cronistas; patronos ou ocupantes de cadeiras na Academia Piauiense de Letras, como O. G. Rêgo de Carvalho (1930 – 2013), José Expedito de Carvalho Rêgo (1928 – 2000), Dagoberto de Carvalho Júnior (1948) e Benedito Francisco Nogueira Tapety (1890 – 1918). Há também os poetas e escritores atuantes no presente, como por exemplo: Rogério Newton, Vivaldo Simão, Rogério Freitas, Júnior Vianna e Edilberto Vilanova.

Figura 22 A Poeta Nogueira Tapety (1890-1918); B Romancista O G. Rêgo de Carvalho (1930-2013); C José Expedito de Carvalho Rêgo (1928-2000); D Rogério Newton, poeta e cronista.



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

Oeiras é reconhecida por ser terra de músicos. A musicalidade está presente em lugares públicos, privados e sociais, nas festas religiosas e laicas. Para Reis (2009) “[...] no início do século XX, a sociedade oeirense encontrava na música raros momentos de lazer e intercâmbio cultural”.

Possidônio Nunes de Queiroz (1904 – 1996) é um dos maiores nomes da música erudita piauiense. Músico autodidata, recebeu alguns ensinamentos do maestro Jeremias Rodrigues e do flautista João Rego, mas foi a sua força de vontade, sede de sabedoria, que o fez um virtuose da flauta e grande compositor de valsas, como: Cecy Carmo (1940), Horas de Melancolia (1939), Valsa da Sagração (1959), Pensando em Ti (1941), entre outras.

Figura 23 Possidônio Nunes de Queiroz.



Fonte: Memória piauiense: Possidônio Queiroz. In: Teresina: Fundação Elias Tajra, p.23, abril, 1995.

Para Maciel (1995, p 23-29), Possidônio produziu [...] uma obra musical que, embora pequena, é extremamente importante para o estado do Piauí [...] uma obra de ótima qualidade, a nível dos grandes mestres de valsas da Europa, dando a cada uma um sotaque brasileiro de ternura e encantamento”.

As bandas de instrumentos de sopro faziam e ainda fazem a alegria nos principais acontecimentos de Oeiras. Fazem parte da memória individual e coletiva de muitos oeirenses de várias gerações. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva, nada mais é, do que a participação da memória individual de cada sujeito para com o fato. Podemos constatar este pensamento no relato de Soares Filho (1998, p. 103):

O magnetismo daqueles sons arrastava atrás de si um bando de crianças alegres, encantadas, marchando em peitos estufados, triunfantes, garbosos, como se estivesse partindo para uma cruenta batalha onde se imaginavam heróis. Quem não foi menino de interior e nunca acompanhou uma bandinha pelas ruas, com absoluta certeza, não saberá jamais avaliar o fascínio daquele encontro melódico.

No início do século XX, havia duas bandas de música que disputavam a atenção e o prestígio da comunidade: a Banda Vitória e a Banda Triunfo. A primeira, criada e mantida pelo Coronel Rodolpho de Moraes Rego, fazia oposição ao governo e era composta pelo maestro João Hermes Monteiro Bugyja e os músicos Benedito Pinho, Sebastião Cardoso, João Cassiano, José Rodrigues, Cabo Elias, João Diogo e Benedito Carmo.

Figura 24 Banda Vitória, início do século XX.



Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras. n.05, p.38, 1986.

A segunda, pertencia ao maestro Senhor Jeremias Rodrigues dos Santos e tinha como integrantes seus filhos: Benedito, Sebastião e Jeremias Filho; além de: Velho Frade, Mestre Velho e Ditinho. A Banda Triunfo apoiava o partido da situação naquela época.

Observamos que os membros das duas bandas pertenciam a partidos políticos diferentes e os ânimos se acirraram em épocas de campanha política. Carvalho (1980) relata que os integrantes das duas bandas chegaram às vias de fato durante os festejos de São Benedito no dia 05 de janeiro de 1904 na Igreja do Rosário, gerando confusão. “Havia sido muito mais grotesco que sangrento, com muito mais gritaria que pancadaria” (CARVALHO, 1980, p.115).

As disputas políticas eleitorais constituem uma marca presente na sociedade oeirense até hoje. Nem mesmo a atmosfera de união e fraternidade que a música traz apaziguou os ânimos, como relata Carvalho (1980, p. 115):

Do triste episódio restou uma lição: a de que por mais inconciliáveis que sejam as divergências políticas, especialmente em cidades pequenas, como a nossa, devemos tudo fazer pela vitória ou... triunfo da causa porque nos batemos, mas de tal maneira que, finda a refrega, possamos de novo nos dar as mãos.

O ensino de música se valia de iniciativas privadas. Eram geralmente pessoas que detinham o domínio da música, na maioria autodidatas, que ensinavam em suas próprias residências os filhos e filhas de famílias abastadas.

Podemos citar a Dona Aracy Carvalho, exímia bandolinista, mãe do escritor oeirense O. G. Rêgo de Carvalho (1930-2013), que ensinava música em sua própria casa. Criou nos anos 1930 uma orquestra de bandolins formada só com moças intitulada “A Voz do Coração”. O grupo tocava nas residências de pessoas amantes da música, era o tempo dos saraus. O médico e escritor José Expedito de Carvalho Rêgo (1928-2000) descreveu suas reminiscências em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico de Oeiras nº 04:



D. Araci e Seu Juquinha moravam no Beco do Passo, tributário da Rua do Fogo. Era bonita. D. Araci ensinava música, tinha uma banda só de bandolins formada por mocinhas, suas alunas. Todas fardadas, saíam tocando nos dias de festa escolar ou de Igreja. Muito aplaudida, a banda de D. Araci (CARVALHO RÊGO, 1982, p.24).

Nas memórias de Dona Lilásia Freitas, ex-aluna de Dona Araci:

Quando eu comecei a aprender, era menina. A professora, Dona Araci de Carvalho, formou uma bandinha, a Voz do Coração. Eram bem umas vintes bandolinistas. E a gente tocava tudo ali, só assim. Mas depois, foi desinteressando, desinteressando e pronto. Aqui todo mundo tinha um bandolim (FREITAS, 1990, p.25)

A partir daí, o bandolim se tornou um instrumento difundido em Oeiras, principalmente entre as mulheres. É um instrumento de fácil portabilidade, porém, com preço pouco acessível. O que pode justificar que somente moças de famílias tradicionais da cidade tivessem acesso, geralmente comprado em Fortaleza ou Recife.

Nessa década de 30, do século XX, a sociedade oeirense vive mudanças significativas. A figura feminina ganha espaço na vida pública de Oeiras: algumas mulheres passaram a trabalhar fora de casa, como professoras. Nessa época, famílias inseriram o ensino da música como parte obrigatória da educação refinada para as moças (BARROS *et al.* 2016, p.19).

A música deu visibilidade ao papel cultural da mulher em uma sociedade que convivia em um contexto ainda marcado pelo colonialismo e patriarcalismo, em que deveria realizar as rotinas domésticas e as celebrações religiosas. As professoras de música que se destacaram em Oeiras, na primeira metade do século XX, foram: Filó Carvalho, Araci Carvalho, Maria Queiroz, Liquinha Lopes, Eva Feitora e Petinha Amorim.

Figura 25 Orquestra Renascença¹⁴, década de 1930.



Fonte: Revista do Instituto Histórico de Oeiras nº 05, p.35, 1983.

Figura 26 Apresentação da Orquestra Renascença em 18/06/68.



Fonte: Memória piauiense: Possidônio Queiroz. In: Teresina: Fundação Elias Tajra, p.18, abril de 1995.

¹⁴ Componentes da Orquestra "Renascença" que aparecem na figura, da direita para a esquerda, em pé: Possidônio Queiroz, Raimundo Cassiano, Indê Cassiano, José Amorim, João Burane, Eva Feitosa, Aldemar Tabaqueiro e Antônio Diogo; sentados: Elisa Campos Ferreira, Petinha Amorim, Amália Reis, Maria Queiroz, Luiz Burane e Benedito Amônico de Freitas (Burane).

Na década de 1940, na gestão do prefeito Orlando Barbosa de Carvalho, foi criada uma escola de música dirigida pelo maestro João Andrade. Este projeto, embora de curta duração, possibilitou a formação da Banda de Música Santa Cecília (1940), que ainda está ativa com seus 80 anos.

Segundo Martins (1983, p.34), nos anos 1950, na gestão de Mário de Alencar Freitas, foi criada outra escola de música. Dessa vez, sob a direção do Mestre Baião, que com seus filhos e remanescentes de conjuntos extintos, formaram uma outra Banda de Música.

Podemos observar que não havia continuidade nas ações de políticas culturais implementadas, as rixas políticas e as trocas de gestões acabaram por fragmentar projetos culturais para atender aos interesses particulares dos próprios gestores.

As artes cênicas também marcaram presença no cenário cultural de Oeiras. Há relatos que no início do século XX, o Coronel Rodolpho de Moraes Rêgo construiu um teatro em sua própria residência dirigido por sua esposa Dona Maria das Mercês da Silva Rêgo. Maria Pequena, popularmente conhecida, organizava peças teatrais com crianças e jovens da cidade.

Em depoimento, Moraes Rêgo (2022) relata que este teatro particular foi construído na própria residência do Coronel Rodolpho Rêgo com palco, pano de boca, cadeiras e camarins. Estava localizado em um casarão de esquina de frente ao Palácio João Nepomuceno (Museu de Arte Sacra) próximo à Catedral de Nossa Senhora da Vitória, onde hoje funciona o Bar Dois Irmãos.

Eu estudava no Costa Alvarenga e quem morava naquela casa ali da esquina era Dona Aldenora, professora de educação física, de artes e tudo [...] quando ela ia fazer qualquer coisa no Costa Alvarenga, de ensaios para apresentação de aluno, ela levava a gente para lá. Eu subi muito nesse palco, fiz muita coisa lá em cima. Nós ensaiamos em cima do palco, ela ficava no salão embaixo. Eu alcancei o palco, era bem na esquina, alto,

devia ter um metro e vinte. Para a gente subir dava um pulo [...] tinha as portas de sair para dentro de casa, para ir para os camarins [...] Zé Gomes comprou e demoliu o palco, tirou ali e fez todos os quartos. Mas o teatro era virado para a casa de João Nunes. Na esquina era o palco e o salão descia para lá [...].¹⁵

Ainda no começo do século XX, na década de 1910, atuava a Sociedade Dramática Recreativa no prédio conhecido como “Casa da Sociedade”. “As artes cênicas organizadas em associação dramática já em 1846, viveram com a Casa da Sociedade, em fins daquele século e durante toda a primeira década do atual (século XX), seu esplendor”, relata Carvalho Júnior (1986, p.17).

A Sociedade Dramática tinha como principal entusiasta Benedito Amônico de Freitas, mais conhecido por Burane. Musicista, escultor, fotógrafo, pintor e ator, Burane fazia parte da diretoria como membro da comissão de arte. Encenava e caracterizava os atores antes de subir aos palcos. “Bem assim os rapazes, dando-lhes feições de moços ou velhos, conforme o necessário” relata Queiroz (1986) sobre a colaboração de Burane na produção das peças. Fato curioso é que naquela época as mulheres não podiam atuar nos palcos, cabendo aos homens representar os personagens femininos.

Do início do século XX até a década de 1980, não houve no município de Oeiras uma ação firme e permanente de uma política cultural. Houve, contudo, ações pontuais e isoladas em pequenos marcos motivados em sua maioria pela própria sociedade civil.

A instalação da energia elétrica no dia 7 de setembro de 1937, impactou a vida social da cidade. A luz foi inaugurada e comemorada com festa no dia da Independência do Brasil e possibilitou avanços na urbanização da cidade com a construção de equipamentos públicos. O Cine

¹⁵ REGO, Francisco de Moraes. Depoimento oral. Entrevista concedida ao pesquisador Herberth Vinicius Virginio de Sousa e Silva em fevereiro de 2022.



Teatro Oeiras e o complexo cultural Passeio Leônidas Melo, Café Oeiras e Praça da Bandeira foram os marcos pioneiros de políticas públicas de cultura no município de Oeiras.

No contexto histórico geral, o Brasil vivia o Estado Novo do governo Getúlio Vargas, com características centralizadoras e intervencionistas que impulsionou o processo de urbanização e industrialização. No Piauí, o comando administrativo estava a cargo do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo, nomeado pelo próprio Presidente da República.

A elaboração de políticas culturais teve início durante o primeiro governo de Vargas (1930-1945), que procurava construir o sentimento de “brasilidade”, criando assim uma ambiência favorável para artistas e intelectuais trabalharem em prol do caráter nacional.

A passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura (DC) da Prefeitura de São Paulo (1935-1938) e a presença de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde (1934-1945) foram marcos que repercutiram nas políticas culturais no Brasil.

O Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) foi criado através do Decreto-lei nº 25/37 para a regulamentação do preceito constitucional de proteção legal ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional trazido pelo art. 148 da Constituição de 1934, segundo o qual “cabe à União, aos Estados e aos Municípios proteger os objetivos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”.

Ainda em 1934 é promulgada a terceira Constituição Federal brasileira, na qual consagra a proteção do patrimônio histórico e cultural. A referida Carta Magna institui em seu art. 133, inciso XVII, a função social da propriedade como princípio constitucional e no art. 134 equipara os atentados cometidos aos monumentos históricos, artísticos, naturais e as paisagens aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Para Santos (2009), a inauguração da energia elétrica em Oeiras, no final dos anos 30, trouxe as condições fundamentais para as demandas dos novos tempos. A cidade se ligara ao mundo e estava impulsionada pelas ideias da modernização via poder público municipal, ressurgir

dos escombros da memória dos anos letárgicos que lhe impuseram os acontecimentos históricos. Inebriada e deslumbrada ficaria ainda mais com as novidades do cinema, que proporcionam aos seus habitantes novas visões do mundo (SANTOS, 2009, p.7).

O Cine Teatro Oeiras foi inaugurado no dia 17 de dezembro de 1940, na gestão do então prefeito Orlando Barbosa de Carvalho. Todo o complexo do Passeio Leônidas Melo foi construído no mesmo local onde das ruínas da antiga Cadeia Velha, sobrado de dois pavimentos construídos em 1839 por Manoel de Souza Martins, o Visconde da Parnaíba (1767-1856).

Figura 27 Igreja de N. S. da Vitória e as ruínas da Cadeia Velha.



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.

Com arquitetura estilo *Art Déco*, que se harmoniza com o conjunto colonial, o Cine Teatro possuía uma estrutura moderna para os padrões da época, com 300 poltronas distintas, pano de boca, reposteiro de pelúcia, ventiladores e aparelhos de primeira qualidade para iluminação elétrica.



Figura 28 Cine Teatro Oeiras e o prédio da Associação Comercial, inaugurados na década de 1940.



Fonte: Facebook do Cine Teatro Oeiras

A construção deste importante aparelho possibilitou à sociedade oeirense uma rotina cultural com sessões de cinema, shows musicais, performances teatrais e reuniões solenes. Considera-se que todo complexo do Passeio Leônidas Melo (Cine Teatro, Café Oeiras, Praça da Bandeira e Associação Comercial) caracteriza-se como uma intervenção direta de ação cultural que gerou impactos nas vivências e na leitura do mundo da comunidade local. É o primeiro grande marco de políticas culturais no município, considerando a definição de Teixeira Coelho (1997, p. 292):

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Em 1972 foi criado o Instituto Histórico de Oeiras (IHO), fruto da atuação e desdobramento do movimento denominado Movimento Oeirense de Renovação Cultural (MORC) encabeçado por intelectuais e jovens acadêmicos oeirenses, podemos citar: Dagoberto de Carvalho Júnior, Possidônio Queiroz e José Expedito de Carvalho Rêgo.

Figura 29 Dr. Dagoberto de Carvalho Júnior, grande entusiasta da cultura oeirense e membro fundador do IHO.



Fonte: IHO, 2018.

Fundado no dia 6 de janeiro de 1972, o IHO tem por objetivo principal conservar o patrimônio histórico de Oeiras, preservar suas tradições através do estudo, pesquisa e o levantamento de dados relacionados com os fatos históricos. Guardião do patrimônio cultural, realizou movimentos importantes como a restauração da Casa da Pólvora, a restauração da Catedral, do Palácio do Governo e do Sobrado João Nepomuceno, entre outros.

Figura 30 Solenidade de abertura da Casa da Pólvora após restauração realizada pela prefeitura municipal a partir da provocação do Instituto Histórico de Oeiras (IHO) em 1973.



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis.



A cada dois anos, tem-se publicações da Revista do Instituto Histórico de Oeiras tendo seu primeiro número lançado em 1978. Durante os 50 anos de atuação, já lançou 20 edições da revista contendo artigos de intelectuais, estudiosos, autoridades e pessoas comuns.

Nas comemorações de dez anos de fundação do IHO em 1982, Abimael Carvalho comenta a importância do órgão na luta pela preservação do patrimônio edificado, pois muito já havia sido perdido pelo descaso e abandono do poder público e privado.

Tivéssemos há mais tempo o Instituto, a fazer sentir a sua atuação meritória e certamente, haveriam sido conservadas muitas das nossas relíquias dos tempos coloniais e provinciais, entre as quais o edifício da cadeia pública, construído na administração do Visconde da Parnaíba; o do quartel da força policial, no princípio do século XIX, pelo Governador Carlos César Burlamaqui e outras, de alto valor histórico, que desapareceram com o correr dos anos... (CARVALHO, 1982, p.13).

Figura 31 Sessão solene do Instituto Histórico de Oeiras em 24 de janeiro de 1975.



Fonte: Memória piauiense: Possidônio Queiroz. In: **Teresina**: Fundação Elias Tajra, p.24, abril de 1995.

Para Carvalho (1982, p.13) “[...] cultivar o passado, preservando as suas tradições e venerando a memória daqueles que o fizeram, é além de ato de patriotismo, demonstração de sabedoria, porque triste do povo que não tem um passado e, conseqüentemente, sua própria história”.

Mas o passado não foi só de glórias. Oeiras é uma das cidades mais antigas do país e por isso carrega o peso do período da escravidão. O racismo estrutural alimentado por esse sistema, durante séculos, ainda ressoa nos problemas atuais de desigualdade, marginalização, discriminação e exclusão social da atual população negra que corresponde a mais de 70% dos seus 37.138 habitantes, segundo o IBGE (2021). Em virtude disso, vão aparecer no cenário atual, grupos e coletivos de afirmação identitária que vão trazer para pauta a luta e resistência do movimento negro.

O Grupo de Consciência Negra Quilombo do Rosário, fundado em 18/02/1995, foi o pioneiro a discutir e conscientizar sobre os dilemas enfrentados pelos negros na sociedade oeirense e atuar para o resgate da cultura afrodescendente nos aspectos sociopolítico, cultural e religioso. O grupo, com sede no bairro Rosário, já desenvolveu palestras e debates; celebração do Dia Nacional da Consciência Negra e missa afro; oficinas de dança e percussão; cursos de bordado e já formou uma nova geração de congos.



Figura 32 “Missa Afro” na Igreja de N. S^a do Rosário realizada pelo Grupo de Consciência Negra Quilombo do Rosário.



Fonte: Portal Meio Norte, 2010¹⁶.

Em 2018, surge o Coletivo Negros e Negras de Oeiras (CNNO) criado por um grupo de mulheres negras para discutir os problemas sociais enfrentados pela comunidade negra na cidade de Oeiras. O coletivo é bastante atuante no cenário atual e já realizou as seguintes ações: encontros com ativistas de movimentos negros (em 2019), *lives* sobre história e cultura afro-brasileira durante a pandemia (em 2020), Semana da Criança nos bairros da periferia da cidade e o Chá *Black* com análise de obras de autores negros.

Consta em Oeiras a presença de 4 (quatro) comunidades na zona rural, certificadas pela Fundação Cultural Palmares como comunidades rurais negras remanescentes de quilombolas¹⁷, são eles: Queiroz, Canto

¹⁶ Disponível em: <<https://www.meionorte.com/pi/cidades/oeiras/dia-da-consciencia-negra-e-celebrado-em-oeiras-com-missa-afro-145032>>. Acesso em 01 de set de 2022.

¹⁷ Com a ampliação da concepção do conceito de quilombo, houve um momento teórico em que se usava a categoria comunidades negras rurais e, hoje, a categoria utilizada é comunidades remanescentes de quilombo, que trata de uma “nova” realidade no contexto de análise das comunidades.

Fazenda Frade, Cantinho Corrente e Canadá Corrente¹⁸. Hoje, a Constituição Federal de 1988 considera como patrimônio cultural brasileiro e assegura proteção a essas comunidades detentoras de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Art. 216. Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...] § 5º Ficam **tombados** todos os documentos e os sítios detentores de **reminiscências históricas dos antigos quilombos** (BRASIL, 1989).

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, esclarece que:

Art.2º consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Hoje, entende-se que a concepção de quilombo é ampla, visto que não necessariamente deve ser unicamente associada à fuga de escravos e ao isolamento, mas sim reconhecer a variedade de processos de ocupação do território feita pela população negra no país, de norte a sul. Além disso, os grupos que se veem e são reconhecidos como comunidades quilombolas hoje, não passaram por um único processo de formação tanto durante quanto após a escravidão.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-pi-30062022.pdf>>. Acesso em 09 de set de 2022.



Figura 33 Samba de Roda na comunidade Canto Fazenda Frade.

Fonte: Reginaldo Oliveira, 2021.

Outro ponto que devemos ressaltar é a presença das religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras no município de Oeiras, como o Candomblé e Umbanda. Os terreiros e tendas, em sua maioria localizados nos bairros periféricos e localidades rurais, enfrentam inúmeros desafios e demonstram resistência em território de maioria católica e protestante. Embora exista no atual ordenamento jurídico inúmeras normativas nacionais e internacionais, que buscam salvaguardar suas formas de celebrações e expressões, a intolerância religiosa é uma realidade.

O que se ataca é precisamente a origem negra africana destas religiões. Por isso, vejo uma estratégia racista em demonizar as 'religiões' de matrizes africanas, fazendo com que elas apareçam como o grande inimigo a ser combatido, não apenas com o proselitismo nas palavras, mas também com ataques aos templos e, mesmo, à integridade física e à vida dos participantes destas 'religiões'. Portanto, isso que visualizamos sob

a forma da intolerância religiosa nada mais é que uma faceta do pensamento e prática racistas que podemos chamar de racismo religioso (NASCIMENTO, 2016, p.168).

Temos como espaços de candomblé e umbanda de Oeiras as seguintes instituições: a Tenda São Francisco de Assis, fundada em 1969, a Tenda São Sebastião, fundada em 2005, localizada no bairro Jureminha; a Tenda São João Batista, fundada em 2018, na localidade Chapada do Fio; a casa de candomblé *Egbé Oxumaré*, fundada em 2017, na localidade Vila Antônio de Marica.

Figura 34 Tenda São Francisco de Assis, terreiro de umbanda localizado no bairro Várzea, em Oeiras.



Fonte: Carlos Rubem, 2012.

Há também, na cidade, as religiões espiritualistas, como o Templo Apuara, fundado em 1988 (o primeiro templo do Vale do Amanhecer do

Piauí); e as de Doutrina Espírita, como a Fraternidade Espírita de Oeiras fundada em 2016 e a Casa do Caminho de Oeiras em 2017.

Oeiras é conhecida como “Capital da Fé” pelas tradições católicas seculares, todavia, devemos interpretar este título olhando a pluralidade de credos no mesmo território e buscar a convivência pacífica com diálogo e respeito.

O município de Oeiras possui um território extenso, chegando a 2.703,13 km². As localidades e povoados da zona rural são várias, algumas delas distantes a quase 70 km do centro urbano, cada uma com peculiaridades sociais e muitas manifestações culturais ainda desconhecidas pelos oeirenses. São expressões da cultura popular, segmento menos favorecido e apartado das políticas públicas, mas que se mantêm na tradição repassada por seus mestres e mestras.

Na 25ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Paris em 1989, foi gerada a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Este documento define cultura tradicional e popular como:

conjunto das criações, baseadas na tradição, que emanam de uma comunidade cultural e que são exprimidas por um grupo ou por indivíduos, respondendo reconhecidamente às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, apresentando normas e valores que se transmitem oralmente, por imitação ou de outra forma. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989).

A cidade também possui vários equipamentos culturais públicos, como museus, centros culturais e teatro. O Museu de Arte Sacra (MAS), criado em 1983, para abrigar o acervo de arte sacra e religiosa de Oeiras, encontra-se instalado no antigo Sobrado João Nepomuceno do século XIX. O edifício pertenceu à família Castelo Branco até o início do século XX,

quando foi vendido ao Cel. Alano Beleza, intendente de Oeiras, no período de 1909-1912, permanecendo como residência. Posteriormente, foi adquirido pelo estado do Piauí e serviu a vários usos institucionais: câmara de vereadores, tribunal do júri e escola. Na década de 1940 foi adquirida pelo município e doada à Diocese de Oeiras para sediar o episcopado.

Figura 35 Sobrado João Nepomuceno – Museu de Arte Sacra – MAS.



Fonte: *Facebook* do MAS¹⁹, 2022.

O MAS possui aproximadamente um acervo de 500 peças, com itens em ouro, prata, bronze e cobre, louças e porcelanas, têxteis, telas, madeira, gesso, papéis, fotografias, vidros e relíquias datadas desde o século XVII. Quase todo o acervo é oriundo das três igrejas seculares: N. Sra. da Vitória, N. Sr. do Rosário e N. Sra. da Conceição. Uma pequena parte advém de colecionadores que cederam ou doaram no período de criação. Algumas peças sacras ainda são utilizadas no período de festas e celebrações religiosas, sendo assim um museu vivo que dialoga com a comunidade.

Cada museu, mesmo com suas especificidades, poderá a partir de suas atividades culturais, estimular o debate sobre questões relacionadas ao meio ambiente e ao futuro das gerações que estão intimamente ligadas ao futuro do planeta. O meio ambiente no qual se move,

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/museudeartessacraoeiras/photos/pb.100057411409854.-2207520000./4755785194528854/?type=3>. Acesso em: 09 de ago de 2022.

onde se realizam atividades cotidianas, exerce ações de diversas facetas sobre as ações humanas (PINHEIRO; DIAS FREITAS JÚNIOR, 2020, p.373).

Outro espaço cultural presente na cidade é o Centro Cultural Sobrado Major Selemérico, localizado no antigo palácio do governo da província do Piauí, construído no século XIX, entre os anos de 1845 e 1847. Com a mudança da capital para Teresina, em 1852, o estado resolveu se desvencilhar do edifício sendo arrematado pelo Coronel Noberto Rodrigues de Carvalho em 1895. Pertenceu ao Major Selemérico Newton de Carvalho, boticário que instalou sua farmácia no edifício. Na década de 1950, ficou sob responsabilidade da Diocese de Oeiras, abrigando o Patronato das Filhas de Santa Teresa. Posteriormente, serviu de quartel de polícia na década de 1970.

Figura 36 Sobrado Major Selemérico, antigo Palácio dos Governadores da Província.



Fonte: Herberth Vinicius, 2018.

Em 1983, o sobrado foi restaurado para sediar o Instituto Histórico de Oeiras e o Centro Cultural da cidade. Atualmente, abriga salas expositivas como as galerias dos governadores da província e dos governadores da

república; memorial Esperança Garcia; memorial Coronel Orlando Carvalho e também a Escola de Bandolins Dona Petinha. Para Santos (2022)

No processo de aproximar o museu de suas comunidades, até vir a ser um agente ativo no seu meio, é de suma importância compreender o que compõe o seu entorno, qual a relevância do que se expõe para o seu meio e, no caso do Sobrado Major Selemérico, como o próprio espaço pode ser relevante para sua comunidade, tendo em mente o papel social que essas instituições têm de cumprir. É primordial pensar nas relações e nos trabalhos em rede que podem ser desenvolvidos, para que o local venha, de fato, a fazer sentido para sua comunidade (SANTOS, 2022, p.11).

3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Oeiras está localizada no centro-sul do sertão piauiense, com população estimada em 2021 de 37.138 habitantes pelo IBGE. Possui extensão territorial de 2.720 km² e densidade demográfica de 12,7 hab/km². A média da taxa de mortalidade infantil na cidade é de 7,98 para 1.000 nascidos vivos. O clima é classificado como tropical semiárido, com distribuição pluviométrica concentrada entre outubro e abril.

As temperaturas máximas chegam a mais de 40°C nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, período intitulado de “B-R-O BRÔ”.

O território de Oeiras faz limite com os seguintes municípios: Santa Rosa do Piauí, Barra d’Alcântara, Novo Oriente do Piauí e Tanque do Piauí ao norte; São Francisco do Piauí, Colônia do Piauí e Wall Ferraz ao sul; Ipiranga do Piauí, São João da Varjota e Santa Cruz do Piauí ao leste; Nazaré do Piauí ao oeste.

A topografia do município é irregular, perceptível no relevo dos bairros que variam de altitude, uns altos e outros baixos. Oeiras está localizada na bacia sedimentar Piauí/Maranhão, nos baixos planaltos do médio-baixo Parnaíba, mais precisamente no Vale do Rio Canindé.



O município é cortado pelo Rio Canindé, principal curso d'água da região. Seu volume varia de acordo com o tempo, geralmente está mais cheio no verão (período chuvoso) e mais seco no inverno (período com menos chuva). A região possui grande potencial hídrico subterrâneo, gerando áreas úmidas denominadas de brejos. Também há muitos riachos, açudes na zona rural, e as barragens do Soizão e Salinas.

Região de transição entre os biomas do cerrado e caatinga. Podemos encontrar na região plantas presentes nos dois biomas, como: carnaúba, buriti, juazeiro, pequi e jatobá. E espécies animais como carcará (ave símbolo da cidade), onça parda, onça pintada, macaco prego, cotia e gambá.

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

Oeiras é o município mais populoso do Território do Vale do Canindé, com 37,1 mil habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade é de aproximadamente R\$ 482,3 milhões, sendo que 51,8% do valor adicionado advém dos serviços, 38,3% da administração pública, 38,3% da indústria e 2,7% da agropecuária. Já o PIB per capita (a soma das riquezas do país divididos pela população, é de R\$ 13 mil, valor abaixo da média estadual (R\$ 16,1 mil), porém superior a grande região de Picos (R\$ 11,8 mil).

Desde sua formação, a pecuária de gado é uma atividade econômica presente em Oeiras. Porém, atualmente, é o comércio a sua principal fonte de economia. O setor comercial é dinamizado por estar no centro do território do Vale do Canindé com mais de 100 mil pessoas de 17 município

Segundo dados do IBGE, o salário médio mensal em 2020 era de 1.6 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.8%. O município ocupava as posições 174 de 224, e 19 de 224, na comparação com os outros municípios do Estado. O percentual de 49,1% da população com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa.

O turismo é uma das potencialidades do município, principalmente de cunho histórico e religioso. O calendário religioso é um importante vetor atrativo, associado principalmente às cerimônias durante a Semana Santa, dentre as quais se destacam a solenidade ao Bom Jesus dos Passos, chegando a reunir mais de 30 mil fiéis, a procissão do Fogaréu, procissão do Senhor Morto e Festa do Divino. O sítio histórico tombado pelo IPHAN e os mirantes nos morros ao redor da cidade atraem muitos visitantes durante todo o ano, principalmente estudantes. Hoje, a cidade conta com uma boa estrutura de hotéis e restaurantes.

3.4 ASPECTOS SOCIAIS

Figura 37 Aluno da rede municipal de ensino lendo um livro na FLOR.



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2019.

Desde 2013, Oeiras tem se destacado pelos avanços e resultados alcançados pela rede municipal de ensino. A vontade política da gestão municipal, o aumento de investimentos, a valorização de professores, a continuidade de projetos e ações, o estabelecimento de metas, a prioridade pedagógica, a participação da família e da comunidade no processo educativo, são ações que tornam Oeiras exemplo de boas práticas na educação. Tudo isso somado aos números alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) chamaram a atenção da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Desde a sua fundação em 1945, a UNESCO pesquisa e identifica experiências pedagógicas inovadoras para serem amplamente disseminadas. No Brasil, a UNESCO vem contribuindo nas políticas públicas de educação e muitas de suas orientações foram inseridas no Plano Nacional de Educação.

Atualmente, a rede municipal de educação atende mais de 6 mil crianças no ensino fundamental (da educação infantil ao 9º ano). Em 2017, atingiu 7,1 no IDEB, superando a meta proposta para todo o Brasil pelo Inep para 2021 que era 6,0. O indicador, que varia de 0 a 10, é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep/MEC - Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O IDEB de Oeiras avançou de 4,0, em 2013, para 5,4 em 2015. A evasão escolar diminuiu de 32% para 21%. Até 2015, a rede municipal de Oeiras tinha IDEB abaixo da média nacional para os anos iniciais do ensino fundamental e próximo à média do estado do Piauí. O salto no índice guarda relação com as políticas implementadas pela gestão continuada desde 2013.

Foram implementados projetos no campo da leitura, como exemplo, o "Aprendendo com". A rede municipal homenageia um autor da literatura contemporânea e ao longo do ano letivo, os professores e

estudantes pesquisam e estudam a sua obra nos diferentes componentes curriculares.

A Feira Literária de Oeiras (Flor) é a culminância do projeto “Aprendendo com”, que já homenageou Monteiro Lobato (2013), Ziraldo (2014), Maurício de Sousa (2015), Ruth Rocha (2016), Cineas Santos (2017), Roseana Murray (2018), Ilan Brenman (2019), Léo Cunha (2020). Na Flor, as principais atrações culturais são protagonizadas por estudantes da rede municipal com apresentações de dança, música e teatro.

[...] o “Aprendendo com” e a Flor estão fundamentados em uma perspectiva de educação integral e buscam proporcionar experiências e o desenvolvimento de diferentes dimensões - intelectual, física, emocional, social e cultural, além da valorização da cultura e dos saberes locais e o sentido de pertencimento (UNESCO, 2022, p.90).

Figura 38 Feira Literária de Oeiras – FLOR.



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2019.

Outra ação de grande impacto foi o Projeto Borboleta, que mobilizou toda a rede ao longo do ano de 2017, com intervenção nas turmas de 5º ano. As ações principais envolveram aperfeiçoamento dos profissionais da educação, diagnóstico do nível de leitura dos estudantes da rede e distribuição dos estudantes em 5 (cinco) níveis de leitura.

Aproveitando o potencial cultural da cidade, os Núcleos de Cultura oferecem para os alunos da rede municipal uma variedade de oficinas artísticas gratuitas. O projeto foi implementado em 2015 e está presente nas escolas da zona urbana, constituindo espaços para o exercício e práticas de diferentes linguagens - verbal, visual, sonora e digital.

São oferecidas oficinas gratuitas de: violão, bandolim, flauta, saxofone, teclado, capoeira, dança e congos. As oficinas acontecem dentro da própria escola e os alunos podem realizar as oficinas no período do contraturno. Com isso, o espaço escolar passa a ser valorizado ainda mais pela comunidade, estimulando as famílias locais a manterem suas crianças e adolescentes matriculadas na escola do bairro.

Figura 39 Alunos da oficina de violão dos Núcleos de Cultura



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2021.

Figura 40 Grupo de bandolim formado por alunos das oficinas dos Núcleos de Cultura.



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2019.

Cabe ressaltar a importância do projeto na manutenção das manifestações culturais tradicionais da cidade, como exemplo, o bandolim e a dança dos Congos. Oeiras é reconhecida nacionalmente como terra dos bandolins, por conta da tradição do ensino do instrumento que já beira um século na cidade. Hoje, o ensino do instrumento se popularizou alcançando as crianças de baixa renda da periferia.

Os Congos é uma manifestação tradicional trazida pelos escravos no início da colonização do Piauí. A dança é realizada por homens negros, moradores do bairro Rosário, vestidos com saias rodadas e tocando tambores louvando Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Em virtude disso, a oficina acontece na escola municipal do bairro Rosário e o instrutor é morador da própria comunidade.

Desde sua implantação, em 2015, os Núcleos de Cultura têm revelado grandes talentos artísticos e são formados por jovens comprometidos com a preservação do patrimônio cultural.



Figura 41 Conguinhos de Oeiras, formado por alunos dos Núcleos de Cultura.

Fonte: Reginaldo Oliveira, 2019.

Além da educação patrimonial e artística, a educação ambiental é um campo do conhecimento presente no cotidiano escolar. As crianças matriculadas na educação infantil já têm contato com atividades envolvendo reciclagem e mudanças climáticas. Há um projeto aplicado em toda a rede com formação de professores e orientações de como trabalhar pedagogicamente a educação ambiental em sala de aula.

Em 2017 foi aprovada a Lei Municipal nº 1.825, que institui o Plano Municipal de Educação Ambiental de Oeiras (PMEAO), que estabelece em seu Artigo 4º: “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, transdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal” (OEIRAS, 2017).

O projeto foi construído por uma comissão com representantes da Supervisão Pedagógica de Ciências da Natureza e Professores de Ciências, juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Finanças.

Anualmente, é realizada na rede municipal a Conferência de Meio Ambiente, ponto de culminância das várias atividades desenvolvidas pelas escolas durante o ano. Em 2014, oito escolas tiveram projetos validados e aderiram ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Escola Sustentável, do Ministério da Educação (MEC). O referido programa viabiliza recursos para que as escolas desenvolvam projetos voltados à sustentabilidade.

Figura 42 Alunos da rede municipal participando de ações na Conferência do Meio Ambiente.



Fonte: Reginaldo Oliveira, 2022.

3.5 ASPECTOS CULTURAIS

Oeiras é um dos principais celeiros culturais do Piauí. A cultura local é uma potencialidade para o desenvolvimento local, podemos encontrar celebrações religiosas seculares, danças da cultura popular e de matriz africana, bandas de música tradicionais, escritores e poetas.

Figura 43 Apresentações culturais na Igreja do Rosário.

Fonte: Reginaldo Oliveira, 2022.

3.5.1 Celebração do Bom Jesus dos Passos

A celebração do Bom Jesus dos Passos ocorre na cidade de Oeiras desde o início do século XVIII. Acontece sempre na sexta-feira que antecede à Sexta-feira da Paixão. É uma das mais significativas manifestações de fé do estado do Piauí, atraindo milhares de devotos, que percorrem em Via Sacra, no estilo português, representando o caminho de Jesus Cristo até o Calvário. Os fiéis se vestem de roxo, pagam promessas, carregam ex-votos, percorrem as ruas estreitas com pés descalços.

A festa, na verdade, tem início um dia antes, na quinta-feira da Fugida. A imagem de Bom Jesus parte da Catedral de Nossa Senhora da Vitória rumo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde a imagem pernoita, simbolizando o Monte das Oliveiras. No meio dia da sexta-feira é realizado o Ofício do Bom Jesus dos Passos, 16h se inicia a Procissão.

Durante o percurso há 5 (cinco) paradas em pequenas capelas espalhadas pelo centro histórico. Cada capela é enfeitada com Flores de Passo, feitas de forma artesanal com papel seda, papel laminado e talo de buriti. Após a passagem da imagem, as flores são distribuídas para os romeiros, que acreditam no poder milagroso da Flor.

Figura 44 Imagem do Bom Jesus dos Passos.



Foto: Cássia Moura, 2009.

Em cada parada é entoado o Miserere e o canto da Maria Beú, figura feminina escolhida cada ano entre as jovens oeirenses, representando as mulheres de Jerusalém que acompanhavam Jesus Cristo até o Calvário.

Na praça das Vitórias acontece o sermão do encontro da imagem de Nossa Senhora das Dores com a do Bom Jesus. A imagem de Nossa Senhora é carregada por mulheres do Apostolado do Coração de Jesus. A imagem de Bom Jesus é carregada durante o percurso por homens de 4 (quatro) famílias que realizam a função por várias gerações. Embora seja uma celebração religiosa da Igreja Católica, toda a organização é realizada pela comunidade.

3.5.2 Procissão do Fogaréu

A Procissão do Fogaréu acontece na quinta-feira santa. Nela só os homens participam, carregando lamparinas à base de querosene. A celebração, que também acontece em outras localidades brasileiras como Goiás Velho - GO e Ouro Preto - MG, representa a guarda romana que buscava prender Jesus.

A celebração tem um grande apelo imagético, pois toda a iluminação pública do centro histórico é apagada, ficando somente acesas as lamparinas. A procissão tem início às 21h, e percorrem as ruas do centro histórico de Oeiras em duas fileiras. Do alto, as luzes das lamparinas formam um imenso cordão iluminado.

Figura 45 Procissão do Fogaréu em Oeiras.



Fonte: Lucas Marreiros, 2019.

3.5.3 Festa do Divino

A festa em celebração é realizada cinquenta dias após a Páscoa, no dia de Pentecostes, e simboliza a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. A origem da celebração é portuguesa, a partir de uma promessa feita pela rainha D. Isabel de Aragão (1271-1336), mas trazida ao Brasil pelos Jesuítas, no século XVIII.

A imagem do divino de Oeiras, que é simbolizada por uma pomba, é feita de madeira do século XIX, acompanhada de coroa e cetro de prata, símbolos da realeza. A peculiaridade da imagem do divino oeirense é que a pomba tem as asas fechadas, como se estivesse pousada, enquanto em outros lugares a imagem da pomba tem asas abertas.

A Bandeira do Divino também compõe a simbologia da festa. De cor vermelha e com uma grande pomba branca, ela segue na frente do cortejo. Os fiéis têm o costume de passar o tecido da bandeira sobre suas cabeças rogando os dons do espírito santo.

Figura 46 Imagem do Divino Espírito Santo.



Fonte: Fábio Lopes, 2016.

Figura 47 Festa do Divino Espírito Santo na Catedral de N. Sra. da Vitória.

Fonte: Fábio Lopes, 2016.

Todos os anos há um sorteio, organizado pela Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, para que as famílias, que desejam receber a imagem do divino por um ano em sua casa, possam se inscreverem. O sorteio acontece no domingo da Ascensão do Senhor, popularmente conhecido como Celebração da Coroação do Divino. O sorteado passa a ser denominado de Imperador/Imperatriz do Divino.

No dia da Festa de Pentecostes, é costume que os fiéis usem roupas nas cores vermelho e branco. Há cortejo da casa da família patrocinadora até a igreja, após a missa o cortejo retorna para a residência da família que oferece uma festa para os fiéis. Também, é tradição que a família sacrifique um boi para que a carne seja distribuída para as pessoas mais carentes.

3.5.4 Congos de Oeiras

Os Congos é uma dança trazida pelos negros que vieram do Pará acompanhados do primeiro governador da província, João Pereira Caldas, no século XVIII. Nela, os homens vestidos de mulher cantam, dançam e

tocam instrumentos de percussão louvando Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Além do louvor aos santos de devoção negra, o grupo faz uma encenação que conta a história de um rei que recebe a visita de um embaixador vindo de outro país. O rei ocupa o trono, seguido por sua ordenança, os demais integrantes formam duas filas paralelas, uma de frente para a outra.

O grupo tem o costume de se apresentar no dia 31 de outubro, dia de Nossa Senhora do Rosário, e 6 de janeiro, dia de São Benedito. A tradição é mantida pela comunidade do bairro Rosário. Enquanto os homens ficam encarregados de dançar e cantar, as mulheres colaboram com a feitura e manutenção das indumentárias usadas nas apresentações.

Figura 48 Congos de Oeiras.



Fonte: Cássia Moura, 2009.

3.5.5 Bandolins de Oeiras

O Bandolim é um instrumento da família das cordas e possui afinação semelhante ao violino. Chegou ao Brasil no século XIX, trazido pelos portugueses. No Piauí, a história do bandolim está intimamente ligada à primeira capital - Oeiras.

Na década de 1930, era comum as moças oeirenses aprenderem a tocar bandolim para servirem de orgulho para a família. A professora de música Dona Aracy de Carvalho criou o conjunto "A Voz do Coração", formado por suas alunas de bandolim, que se apresentavam em saraus particulares.

Com o passar do tempo, as alunas de Dona Aracy dedicaram-se ao instrumento repassando a técnica para as futuras gerações. Muitas delas foram se distanciando da música para se dedicarem à criação dos filhos, mas permanecendo latente o amor pelo bandolim.

Na década de 1980, as bandolinistas, agora já senhoras, reuniram-se em um grupo para tocarem nas festividades dos 250 anos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. O grupo denominado "Bandolins de Oeiras" era formado por senhoras na faixa etária de 65 a 80 anos: Lilásia Freitas, Petinha Amorim, Rosário Lemos, Niêta Maranhão, Zezé Ferreira e Celina Martins (regência).

Figura 49 Grupo Bandolins de Oeiras.



Fonte: Carlos Rubem, 2008.

No repertório, chorinhos, sambas-canções, marchinhas, polcas e as valsas do músico oeirense Possidônio Queiroz. Além dos bandolins, o grupo também era acompanhado por violão e pandeiro.

Os Bandolins de Oeiras se apresentavam em cerimônias cívicas, culturais e religiosas da cidade de Oeiras. Também recebiam convites de cidades vizinhas e festivais em outros Estados.

Em 2000 lançaram um CD com apoio da FUNDAC, antiga Fundação Cultural do Piauí. Em 2004, participaram do Festival Interartes no Parque Nacional da Serra da Capivara e também no Festival das Três Fronteiras em Puerto Iguazú - Argentina. Em 2005, receberam das mãos do presidente Lula e do ministro Gilberto Gil, a medalha da Ordem do Mérito Cultural.

Pela relevância cultural, hoje a tradição do bandolim é mantida por projetos do poder público municipal e estadual que ofertam oficinas gratuitas para crianças e jovens. A cidade possui a Escola de Bandolins Dona Petinha, criada pela Secretaria de Estado da Cultura, em 2016. Também, o projeto Núcleos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação com oficinas gratuitas de bandolins para alunos das escolas públicas situadas na periferia da cidade.

Figura 50 Orquestra de Bandolins formada por alunos da Escola de Bandolins D. Petinha.



Foto: Samuel Valentim, 2019.

A bandolinista Nieta Maranhão, remanescente em atividade do Grupo Bandolins de Oeiras, recebeu o título de “Patrimônio Vivo do estado do Piauí” em solenidade realizada no Palácio do Karnak, no dia 05 de novembro de 2021, juntamente com outros 30 mestres da cultura piauiense.

O Registro de Patrimônio Vivo do estado do Piauí foi instituído pela Lei Estadual nº 5.816 de 16 de dezembro de 2008, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 19.467 de fevereiro de 2021. Os mestres da cultura popular e grupos culturais com mais de 20 anos de atuação são contemplados com um auxílio financeiro mensal com compromisso de manter viva as tradições da cultura piauiense.

Parágrafo Único. Será considerado, para os fins desta Lei, como Patrimônio Vivo do estado do Piauí, apto a ser inscrito no RPV-PI, a pessoa natural ou grupo de pessoas naturais, dotados ou não de personalidade jurídica, que detenham os conhecimentos ou técnicas para a produção e para a preservação de aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade estabelecida no estado do Piauí. (PIAUI, 2008)

3.5.6 Paulinho do Outeiro

Ainda existem em Oeiras mãos habilidosas com o trato de moldar argila e produzir peças de cerâmica. É na localidade denominada de Outeiro que o artesão Paulo Afonso de Sousa, 50 anos, popularmente conhecido como Paulinho do Outeiro, trabalha há mais de 30 anos na confecção de tigelas, quartinhas, panelas, copos, garrafas, jarros e peças de decoração. Chega a produzir mais de 20 peças por dia e vende para municípios vizinhos e outros Estados brasileiros.

A argila vermelha (toá) utilizada para dar forma a diversos utensílios, na sua maioria de usos doméstico, é retirada em abundância de uma área que margeia o Riacho dos Negros. A origem dessa produção artesanal na região se perdeu com o tempo, mas a tradição permanece

atravessando as gerações. Paulinho do Outeiro, homem simples de fala mansa, herdou o ofício de seu avô, Venâncio Pereira de Sousa, e teve seu pai, Adão Inácio de Sousa, como grande incentivador.

3.5.7 Gracinha da Panelada

É na doce colina do Rosário, na ladeira que também leva ao horto do Pé de Deus, que encontramos o “Bar da Gracinha”. Parada obrigatória para quem deseja provar as iguarias típicas da região: mão de vaca, sarapatel, panelada e galinha.

A proprietária é Maria das Graças de Sousa Pereira, a Gracinha, 69 anos, mulher negra, forte e cozinheira de mão cheia. Migrou da localidade Bocaína, zona rural, para a cidade em busca de oportunidades. O destino, por sua vez, deu a esta mulher o mesmo roteiro já protagonizado por outras Marias: “casar, ter filhos e cuidar do lar”. Em 1994, resolveu montar seu próprio negócio.

Figura 51 Dona Gracinha.



Fonte: Herberth Vinicius, 2020.



Seu bar, que “funciona 24h mesmo estando fechado”, é um lugar aconchegante como uma casa comum, tem plantas para todos os lados, mesas e cadeiras de madeira, tudo muito simples. A grande maioria dos pratos disponíveis no cardápio tem sua origem nas antigas senzalas, haja vista que os principais ingredientes são vísceras bovina ou caprina, partes não nobres da carne do animal que eram dispensadas pelos “fidalgos”, mas que eram aproveitados pelos negros, que incrementado com temperos e grãos deram um sabor inconfundível.

“Gracinha da Panelada” recebe a todos com simpatia, é patrimônio vivo e se faz notável pelo seu ofício culinário, mantendo os sabores e saberes herdados de seus ancestrais.

3.5.8 Capoeira

A capoeira se destaca como o segmento da cultura mais atuante e articulado na cidade de Oeiras. As rodas de capoeira estão presentes nas praças, em quase todos os bairros, atendendo um público jovem de crianças e adolescentes, em sua maioria.

Os primeiros grupos foram criados nas décadas de 1980 e 1990. As rodas aconteciam de maneira tímida dentro dos quintais das residências dos praticantes. Hoje, o movimento ocupa vários espaços realizando oficinas gratuitas em escolas e quadras poliesportivas.

Reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN e Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, a capoeira tem sido um instrumento eficaz na propagação da cultura afro-brasileira e utilizada como ferramenta social e pedagógica.

Os grupos criados no município, foram: Grupo Zumbi de Capoeira, Berimbau, Palmares, Abadá Capoeira, Raízes do Brasil, Palmares, Muzenza, Contemporânea, Aliança Capoeira e Aldeia Capoeira.

Atualmente, os grupos mais atuantes na cidade de Oeiras são: o Grupo Raízes do Brasil, sob o comando do Professor Magro de Aço; o

Grupo Aliança Capoeira, sob o comando do professor Pompeu e o Grupo Aldeia, sob o comando do Professor Charuto. Com a junção dos três grupos, totaliza-se aproximadamente 500 adeptos da arte capoeira no município e núcleos dos povoados da cidade.

Figura 52 Grupo de capoeira Raízes do Brasil.



Fonte: Marcus Conde, 2022.

3.5.9 Expressões de Arte Urbana (*Hip hop* e Grafite)

Com a expansão da cidade, a partir da segunda metade do século XX, propiciou o surgimento de novos bairros mais afastados do centro, como: Jureminha, Várzea, Oeiras Nova, Canela, Rodagem de Picos etc. Foi entre os jovens residentes nestes bairros periféricos que se iniciou o movimento do *hip-hop* em Oeiras, na virada dos anos 90 (noventa) para os anos 2.000 (dois mil).

Era uma época onde a *internet* não era acessível como hoje, a pirataria de CDs e DVDs era o único meio que os jovens tinham para ter contato com os lançamentos musicais da época. Foi neste período que o *Rap* norte americano começou a ser bastante difundido e consumido no Brasil e principalmente chamando a atenção desses jovens.

Os movimentos artísticos de rua, impulsionados pela juventude, vêm cada vez mais ganhando visibilidade, como por exemplo o *hip-hop*²⁰ e grafite. Para Pallamin (2000, p. 24), a arte urbana é uma prática social, suas obras permitem a apreensão de relações e modos diferenciais de apropriação do espaço urbano, envolvendo em seus propósitos estéticos o trato com significados sociais que as rodeiam.

Os grupos de *hip-hop* "*Street Dance*" e "*Almas do Rap*" foram os primeiros criados em Oeiras, formados por jovens residentes nos bairros Rodagem de Floriano, Canela e Várzea. Mas foi com a interação com o movimento hip-hop de Picos e a popularização do acesso à internet que os jovens oeirenses passaram a ter uma compreensão melhor da grandeza dessa expressão artística. Em 2005 surgiu o grupo "*New Black Trio*", que mais tarde deu origem ao grupo "*Zumbi Kings Crew*" e em 2014 foi criado o grupo *Soul Rocker*.

Figura 53 Apresentação de grupos de *hip hop*.



Fonte: Dallyla Carvalho, 2021.

²⁰ A música hip hop, também conhecida como rap, é um gênero de música popular desenvolvido nos Estados Unidos por afro-americanos e latino-americanos no bairro do Bronx em Nova York na década de 1970. Consiste em uma música rítmica estilizada que comumente acompanha o *rap*, uma fala rítmica e rimada que é cantada. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hip_hop. Acesso em: 03 jun.2022.

A partir de 2011 os grupos oeirenses chegaram a ficar entre os primeiros colocados no Encontro Nordestino de *Hip-Hop*, realizado em Picos, e também no *Red Bull BC One* Brasil, campeonato mundial de *breaking*, realizado em Fortaleza-CE. A participação em eventos, ao mesmo tempo que proporciona um intercâmbio cultural, eleva a autoestima e agrega aos jovens uma experiência única.

Entre 2013 e 2015, Oeiras entra na rota nacional dos eventos com a Batalha do Mocha organizada pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Juventude e a Batalha do Coreto, organizada pelos grupos locais.

Juntamente com o *hip-hop*, o grafite também vem ganhando destaque no cenário cultural da cidade. Esta manifestação é materializada em muros e paredes que compõem o ambiente urbano por meio de tinta *spray*, aerossol, látex e acrílica. Os grafiteiros expressam questões diversas que atravessam a realidade social ao mesmo tempo que despertam a sensibilidade e admiração do transeunte. Os artistas Rodrigo Lustosa e Edmo Campos são os principais nomes do grafite em Oeiras.



Figura 54 Rodrigo Lustosa, artista visual e grafiteiro.



3.5.10 Festa do Vaqueiro

Oeiras surgiu a partir das expedições que entraram pelo sul do Estado em busca de terras para o gado no século XVII. O seu desbravamento e povoamento deve-se ao trabalho árduo do vaqueiro, este homem de pele tostada pelo sol, corajoso que se tornou símbolo de resistência. A indumentária do vaqueiro é descrita por Reis (2009):

Para enfrentar a caatinga espinhosa em busca do gado desgarrado, traja-se com uma armadura de couro curtido da cor de ferrugem: o gibão, uma espécie de paletó atirada sobre os ombros; o “guarda-peito”, pedaço de pele que como o próprio nome sugere protegia-lhe o peito; as “perneiras”, duas pernas de calça muito justas e amarradas na cintura; as “alpargatas”, sandálias rústicas presas aos pés pela espora; as “luvas”, um pedaço de couro que resguardava apenas o dorso da mão deixando a palma e os dedos livres; e um “chapéu” de copa baixo e abas curtas na cabeça para abrigar-lhe do sol inclemente (REIS, 2009, p.34-35).

Figura 55 Festa do Vaqueiro de Oeiras.



Fonte: Site do Município de Oeiras²¹, 2022.

²¹ Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/vaqueiro.jpg>. Acesso em: 20 de ago de 2022.

Em Oeiras, há mais de setenta anos, comemora-se a Festa do Vaqueiro, no mês de maio. A tradição foi iniciada pelo Cônego Antônio Cardoso no ano de 1949, e reúne centenas de vaqueiros vindos de várias localidades do município como também de outras regiões. A programação tem início com café da manhã para os vaqueiros na Fazenda Barreiros, seguido da Benção do Vaqueiro no patamar da igreja. Logo depois, os vaqueiros seguem em cavalgada até o parque de exposições para a realização de corridas e “derruba de bois”.

3.5.11 Banda Santa Cecília

Figura 56 Apresentação da Banda Santa Cecília na Semana da Pátria.



Fonte: Maurício Damasceno, 2022.

Criada no ano de 1940, por decreto do então prefeito Orlando Barbosa de Carvalho, a Banda Santa Cecília se tornou uma referência cultural na cidade. A banda segue atuante até hoje, com seus oitenta e dois anos de existência, presente nas solenidades cívicas e religiosas e teve por muitos anos a regência do Professor Joaquim Copeiro. É com o som dos dobrados e hinos executados por ela que os fiéis seguem as várias procissões do calendário religioso. A banda se apresenta aos domingos na Praça das Vitórias.

3.5.12 Reisado

Figura 57 Reisado do Canela, Oeiras-Pi.



Fonte: Blog do Wesley Boy²²

O Reisado é uma das manifestações de cultura popular mais tradicionais da cidade. Os brincantes são moradores de bairros periféricos, como Canela e Vila Santa Tereza. No bairro Canela, a tradição foi iniciada por Seu Quelé (1930 – 1997) após uma promessa em agradecimento pela cura de uma doença, que enquanto estivesse vivo e com saúde daria continuidade ao folguedo. Após a sua morte, o grupo passou a ser coordenado por Wesley Nunes.

A peculiaridade da encenação praticada em Oeiras é a simplicidade sertaneja do figurino, com uso de couro e palha de carnaúba. Os personagens que compõem o enredo são: os caretas, a burrinha, o jaraгуá, a nega do fogo e o boi. Os grupos de Reisado percorrem os bairros da cidade e zona rural desde a véspera de Natal, no dia 24 de dezembro, até o dia dos Santos Reis, no dia 05 de janeiro.

²² Disponível em: <https://blogdowesleyboy.blogspot.com/2020/07/reisado-de-oeiras-origem-do-reisado-do-canela-significado-dos-personagens.html>. Acesso em: 09 ago. 2022.



A close-up photograph of a hand stitching a piece of fabric with a needle and thread. The hand is positioned in the upper left, with the needle pointing towards the bottom left. The fabric is light-colored with a small, dark, repeating pattern. The background is a solid dark blue. A large, thin white circle is superimposed over the image, framing the central text and the hand's movement.

**IV _ PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA**

Em 2015, o Município de Oeiras aderiu ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Assinou com a União o Acordo de Cooperação Federativa para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Desde então, o executivo municipal assumiu o compromisso político e está a criar o Sistema Municipal de Cultura que se dará por lei própria. Naquele mesmo ano, Oeiras já tinha em sua estrutura político-administrativa a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (1989), o Conselho Municipal de Cultura (1987) e o Fundo Municipal de Cultura (2021). Para completar o Sistema Municipal de Cultura falta a consolidação da construção do Plano Municipal de Cultura em andamento desde 2019, com previsão de Conferência Municipal para setembro de 2022. O Plano Municipal de Cultura de Oeiras terá natureza decenal 2023-2033.

Neste Trabalho de Final de Mestrado (TFM), participamos e colaboramos diretamente na construção do Plano de Cultura de Oeiras (PMCO), desde a formação da Comissão Organizadora, constituída pela Secretaria de Cultura de Oeiras (SECULT); Conselho Municipal de Cultura de Oeiras (CMCO) e Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM). Esta equipe técnica foi responsável pela construção do Diagnóstico da Cultura de Oeiras, identificando desafios e potencialidades com e para os setores e agentes públicos, privados e sociais, o que inclui os trabalhadores que formam o ecossistema cultural de Oeiras. Um trabalho que nos permitiu coletar dados e os sistematizar para interpretar o ambiente da cultura e o compreender como fator de sustentabilidade do território, potencial de redução de vulnerabilidades, geração de emprego e renda, reconhecimento identitário, formação profissional, segurança, qualidade de vida e educação ao longo da vida.

Ao pensar no território devemos perceber o potencial da comunidade, como propõe Hugues de Varine (2012, p. 18):

O desenvolvimento local, mesmo considerado em sua dimensão econômica, é antes de tudo um assunto de atores, e, sobretudo, de atores locais: políticos e

funcionários, trabalhadores, quadros e dirigentes de empresas são membros de uma comunidade de vida e de cultura da qual compartilham [...] o patrimônio humano, cultural, natural.

A elaboração do Plano Municipal de Cultura de Oeiras (PMCO) tem como premissa o esforço coletivo de criar um contexto favorável de afirmação do direito à cultura, em razão da importância histórico-cultural do município de Oeiras no contexto regional e nacional. Lugar marcado por uma pluralidade cultural, expressa em patrimônio cultural ligado a processos de construção de identidades da população piauiense.

Art. 3º O Município rege-se, nas relações jurídicas e nas suas atividades

político-administrativas, pelos seguintes princípios:

I - constitucionalidade das leis;

II - independência e harmonia dos poderes;

III - legalidade dos atos administrativos;

IV - igualdade de todos perante a lei;

V - certeza e segurança jurídica;

VI - prevalência dos direitos fundamentais, individuais, coletivos, sociais, culturais e políticos. (Lei Orgânica do Município de Oeiras, 2014. Grifo nosso.)

Oeiras possui um histórico de estruturação de políticas culturais, correndo nas margens, na contramão da maioria de outros municípios do Estado. Dentre os 224 municípios piauienses, é o segundo, depois de Parnaíba²³ (localizado no norte do Piauí), a construir um Plano Municipal de Cultura. O Plano Estadual de Cultura (2022-2027), neste momento, aguarda o trâmite legal na Assembleia Legislativa e sanção do governador,

²³ Em 2014, Parnaíba foi o primeiro município do Piauí a elaborar um Plano Decenal de Cultura (2015-2025). De forma colaborativa e sistemática, com a participação de diversas pessoas, grupos, representantes da sociedade civil organizada e do poder público municipal, utilizando a consulta virtual por meio da plataforma culturadigital.br/parnaiba disponibilizada pelo MinC aos municípios. Adotou-se ainda a dinâmica dos estudos em grupo, apresentação em plenárias, debates, fóruns e sessões temáticas.



embora já tenha sido aprovado pela Conferência Estadual de Cultura de 18 de março de 2022.

No contexto atual, observamos que em algumas secretarias municipais de Oeiras existem projetos de natureza cultural que podem estar interligados com os projetos e ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, potencializando o ecossistema cultural da cidade. Este será um dos desafios na construção e execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura.

Tabela 1 Projetos culturais das secretarias municipais de Oeiras

SECRETARIA	PROJETO
Educação	Núcleos de Cultura
	Feira Literária de Oeiras - FLOR
Assistência Social	Oficinas de balé, capoeira, teatro, <i>hip-hop</i> e Vila Junina
Juventude	Oficina de capoeira, skate e patins
Indústria e Comércio	Vitrine do artesanato
	Oficinas e cursos de capacitação para artesãos e cozinheiros
Cultura e Turismo	Prata da Casa
	Música no Coreto
	Mostra de Cultura Popular
	Projeto Seis e Meia
	Festa do Vaqueiro
	Festival de Cultura
	Banda Santa Cecília Mirim

Fonte: Herbert Vinicius, 2021.

Figura 58 Banda Santa Cecília Mirim

Fonte: Site do Município de Oeiras²⁴, 2017.

O princípio da integração está previsto no Plano Nacional de Cultura e no artigo nº 215, parágrafo 3º, da Constituição Federal (CF), que trata dos direitos culturais:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

[...]

§3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura;
- V – valorização da diversidade étnica e regional.

²⁴ Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/santa.jpg>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Para que haja uma gestão eficaz, é necessário reconhecer os projetos e ações de cultura de cada secretaria e como podem ser planejados e executados de forma integrada, potencializando tempo e recursos. Os entes que promovem políticas públicas, sejam eles vinculados à gestão municipal, estadual e federal, precisam estar conscientes de que fazem parte de um contexto mais amplo, de um ecossistema cultural.

A nossa caminhada rumo à construção do PMCO iniciou em 2019, com discussões na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e no Conselho Municipal de Cultura sobre a necessidade de construção de um Plano Decenal de Políticas Culturais para Oeiras.

Foram realizados 2 (dois) encontros com agentes da cultura, representantes do poder público, setores privado e social. O primeiro, no auditório da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, no dia 04 de dezembro de 2019, quando compartilhamos o interesse da gestão municipal em construir o PMCO de forma participativa e colaborativa. Como encaminhamento, foi sugerida a realização de uma oficina de formação sobre o processo de elaboração do Plano.

O segundo encontro foi no dia 15 de fevereiro de 2020, igualmente, no auditório da SECULT. Realizamos uma oficina sobre o Plano Municipal de Cultura por Ednólia Almeida, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do estado do Piauí. Foi apresentada uma abordagem de cada uma das etapas de elaboração do Plano Municipal de Cultura, ressaltando o caráter participativo e colaborativo de sua construção. Nesta reunião estiveram presentes 15 (quinze) pessoas, dentre eles 03 membros do conselho, 02 funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e 10 agentes e representantes de grupos culturais.

Aconteceu na manhã do último sábado, 15, no auditório da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a oficina sobre elaboração do Plano Municipal de Cultura.

O momento foi conduzido pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente órgão do Ministério Público do estado do Piauí, Ednólia Almeida e contou com a participação de representantes de diversos segmentos culturais do município.

A realização da oficina foi uma iniciativa do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras, reinstalado em 2018, com a finalidade de esclarecer a população sobre a importância do Plano Municipal de Cultura para a efetivação das políticas culturais projetados num período de 10 anos (Disponível em: <https://maioeiras.com.br/noticias/oeiras-realiza-oficina-para-elaboracao-do-plano-municipal-de-cultura/>. Acesso em: 07 ago. 2022).

Figura 59 Oficina sobre elaboração do Plano Municipal de Cultura.



Fonte: Facebook do CMCO, 2020.

Os encontros foram registrados nas atas do CMC0, em que consta que não houve uma participação expressiva da comunidade. O que pode ser justificado por ser ainda um momento inicial da divulgação da importância do PMC com os diversos setores e agentes culturais e da sociedade. Não nos referimos apenas aos trabalhadores da cultura, mas também ao setor privado e instituições dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Mas foi uma atividade significativa, o disparo para o processo de construção do PMCO, com a compreensão de etapas a serem construídas para nesse caminhar. Todavia, a pandemia de COVID-19 fez com que todas as atividades presenciais fossem paralisadas.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o novo coronavírus como pandemia mundial. No Brasil foi instalado estado de calamidade pública - Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020. O isolamento físico foi a principal medida de controle adotado por todos os países do mundo para conter a propagação do vírus.

Cinemas, museus, teatros, *shows etc.*, parou o ecossistema cultural, que gerou uma crise econômica e social para os diversos segmentos, que teve que se adaptar ao uso das tecnologias digitais da comunicação e informação, para estudo, pesquisa, trabalho, comunicação e entretenimento.

Para socorrer o setor cultural, foi aprovada a Lei Emergencial da Cultura nº 14.017/2020²⁵, no dia 30 de junho de 2020, batizada de Lei Aldir Blanc (LAB), graças à pressão dos trabalhadores e fazedores da cultura aos parlamentares com compromisso político e social.

²⁵ O Projeto de Lei nº PL 1251/2020, do deputado Júlio César Ribeiro (Republicanos-DF) foi apensado ao projeto principal, o 1075/20, e acatado na íntegra pela relatora, a deputada Jandira Feghali. A emenda, entre outras coisas, garante a liberação de recursos do Fundo Setorial de Audiovisual (FSA) e do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para pagamento dos cachês atrasados, das datas suspensas ou adiadas e a implementação imediata de programa de assistência financeira com renda mínima para os trabalhadores na área da cultura. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/artistas-celebram-lei-aldir-blanc-que-destina-r-36-bilhoes-a-cultura>>. Acesso em: 08 de ago.de 2022.

A LAB estabeleceu o repasse de R\$ 3 bilhões da União para Distrito Federal, Estados e Municípios a serem aplicados em ações emergenciais de apoio ao setor cultural. A Lei:

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Alteração vetada pela Mensagem de Veto Parcial nº 199 de 12/05/2021 à Lei nº 14.150 de 12/05/2021)

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, micro e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos voltados à manutenção de agentes, espaços, iniciativas, cursos, produções, desenvolvimento de atividades de economia criativa e economia solidária, produções audiovisuais, manifestações culturais, bem como para a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais (BRASIL, 2020).



O valor foi repassado em parcela única, sendo 50% (cinquenta por cento) aos Estados e Distrito Federal e 50% (cinquenta por cento) aos Municípios e ao Distrito Federal transferidos aos fundos estaduais, municipais e distrital de cultura.

Oeiras, naquele momento, não tinha ainda o Fundo Municipal de Cultura, fato corrente na maioria dos municípios brasileiros. A alternativa encontrada foi a abertura de uma conta orçamentária para o recebimento do recurso através da Plataforma +Brasil, que atende às necessidades quanto a transferências de recursos pela União.

Oeiras recebeu R\$ 268.319,02 (duzentos e sessenta e oito mil, trezentos e dezenove reais e dois centavos). Segundo o Art. 3º da Lei 14.017/2020, o montante é formado por 20% (vinte por cento) de acordo com critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios e 80% (oitenta por cento) de acordo com a proporção da população. Foi a primeira vez na história que os municípios brasileiros receberam diretamente valores dessa monta destinados ao setor cultural.

Além de um Fundo de Cultura, era necessário que os municípios tivessem um órgão gestor de cultura e um conselho para fiscalizar e executar o recurso. Em Oeiras, apesar de na ocasião não ter um Fundo, estava à frente de outros municípios por já possuir um Conselho Municipal de Cultura e uma Secretaria Municipal de Cultura, que foram fundamentais durante todo o processo, desde as mobilizações prévias até a execução do repasse através do lançamento dos editais.

Um dos critérios estabelecidos pela LAB para que trabalhadores da cultura, espaços e instituições culturais pudessem receber o benefício era a comprovação de inscrição e homologação em cadastros de cultura, podendo ser estadual, municipal e distrital. A SMCT de Oeiras lançou, no dia 8 de julho de 2020, o Mapeamento Cultural de Oeiras, ferramenta para que agentes, grupos e espaços culturais se cadastrassem em formulário disponível no *Google Forms* compartilhado via *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, portais (*blogs*) e no *website* oficial da Prefeitura Municipal.

Figura 60 Reunião do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras, 2020. Análise dos pré-cadastros realizados pelos agentes culturais, espaços e grupos. O pré-cadastro fez parte do mapeamento cultural do município como também para a viabilização dos recursos da Lei



Fonte: Facebook do CMCO, 2020.

Além de viabilizar a aplicação da Lei Aldir Blanc, o mapeamento permite aos gestores e aos cidadãos conhecerem e participarem do ecossistema cultural do território, além de ser um instrumento importante para a construção de políticas públicas de cultura.

Para aplicar o recurso da Lei Emergencial, o Município publicou o Edital no dia 04 de novembro de 2020. Dividido em duas frentes: a primeira, contemplou com um auxílio de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) 05 grupos e 05 espaços culturais (pessoas jurídicas); a segunda, contemplou com o valor de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais) 49 projetos de agentes culturais (pessoas físicas) distribuídos nos segmentos das artes visuais, música, dança, artesanato, teatro, literatura e patrimônio cultural.

A proposta de lançamento do edital partiu do Plano de Ação, elaborado e aprovado pelo CMCO em reunião do dia 26 de agosto de 2020. O Conselho acompanhou as etapas do processo, desde a seleção, aprovação e homologação dos projetos contemplados até a análise da prestação de contas. Assim, o Município conseguiu executar todo o recurso até o dia 20 de novembro de 2020, data da assinatura dos recibos.

Figura 61 Contemplado pela lei Aldir Blanc em Oeiras, 27 de novembro de 2020. Cine Teatro Oeiras.



Fonte: *Website* da PMC²⁶.

A criação do FMC, em 14 de dezembro de 2021, foi desdobramento da Lei Aldir Blanc e seria uma das metas do Plano Municipal de Cultura. Logo uma conquista para o setor cultural oeirense, que vivia sem um instrumento de fomento e financiamento de programas, projetos e ações.

Embora o processo de elaboração do Plano siga uma organização sistemática, o nosso percurso tem sido de forma não linear. Como já relatamos, o processo de mobilização ocorre desde 2019 e foi interrompido em 2020 pela pandemia de COVID-19. No caminho, a Lei Aldir Blanc, como um divisor de águas, descortinou a realidade, a maioria dos municípios brasileiros não estavam preparados institucionalmente para lidar com a sistematização das políticas culturais. Muito se discutiu sobre a criação de planos e de fundos, em Oeiras, não tínhamos um mapeamento dos agentes culturais atuantes.

Na fase de pré-produção, de coleta de dados, o Mapeamento Cultural de Oeiras, feito por ocasião da Lei Aldir Blanc, foi indispensável. Hoje, há na plataforma digital *Google Forms*, dados dos agentes culturais

²⁶ Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/27/11/2020/cultura-reune-agentes-e-grupos-selecionados-pela-lei-aldir-blanc-em-oeiras/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

locais, estão mapeados 320 agentes de diferentes segmentos culturais e 76 grupos e instituições culturais, entre associações, coletivos, museus e casas de cultura. A plataforma ainda pode ser alimentada com novos cadastros.

No contexto de isolamento, decidimos prosseguir com os encontros sobre o PMC utilizando a plataforma de videoconferência *Google Meet*. Organizamos o **“Fórum Virtual de Discussão do Plano Municipal de Cultura de Oeiras”**, que aconteceu nos dias 08 e 09 de agosto de 2021. O intuito foi retomar as discussões e informar a comunidade sobre o papel do Plano na aplicação das políticas culturais.

A programação do dia 08 de agosto de 2021 contou com a participação do produtor cultural Francisco Pellé, que explanou o contexto de institucionalização das políticas culturais a nível nacional, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Narrou a constituição do Sistema Nacional de Cultura até o contexto atual. Estiveram conectadas 25 pessoas.

Figura 62 Participação do produtor cultural Francisco Pellé e da Profa. Dra. Áurea da Paz Pinheiro no Fórum Virtual de discussão do Plano Municipal de Cultura em agosto de 2020.



Fonte: Google Meet, 2020.

No dia 09 de agosto de 2021, houve uma roda de conversa com o tema “O Plano Municipal de Cultura de Oeiras: Participação, Avanços e Perspectivas” com a presença da Profa. Dra. Áurea Pinheiro, Coordenadora do Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

A professora tratou da elaboração do Plano Municipal de Cultura, produto e serviço deste trabalho de pesquisa-ação. De minha condição como artista, Presidente do Conselho Municipal de Cultura e autor deste trabalho. A professora propôs um encontro com os gestores municipais, executivo e legislativo, para que se alinhassem compromissos e construíssem um diagnóstico da realidade da cultura em Oeiras.

Naquele momento, discutimos a formalização de uma parceria entre a UFDPAr e a Prefeitura de Oeiras para assessoria e consultoria técnica do processo de elaboração do PMCO, um Acordo de Cooperação Técnico – Científico – Cultural que foi firmado entre a Prefeitura e a UFDPAr.

O Acordo foi assinado no dia 23 de setembro de 2021 pelo Prefeito Municipal de Oeiras, José Raimundo de Sá Lopes, e o Reitor da UFDPAr, Alexandro Marinho de Oliveira. Na cláusula primeira consta como objetivo a realização de projetos de consultoria técnica, pesquisa e formação no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Cultura de Oeiras. O acordo tem vigência de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

Figura 63 Cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnico – Científico – Cultural com a UFDPAr.



Fonte: ASCOM - PMO, 2021.

Com o apoio técnico da UFDPAr, realizamos reuniões de planejamento entre outubro de 2021 a maio de 2022, via *Google Meet*. Organizamos as etapas a serem seguidas para a elaboração do PMCO, contemplando ações e intervenções como diagnóstico para coletar dados e os interpretar sobre: vocações, fragilidades, potencialidades e obstáculos da cultura em Oeiras. O procedimento foi dividido em três etapas: a pré-produção, a produção e a pós-produção, que envolvem diretamente o poder público e a sociedade, firmando a necessidade da participação social no planejamento, que garantirá a legitimidade do Plano, seu conhecimento e reconhecimento.

4.1 ETAPA PREPARATÓRIA (PRÉ-PRODUÇÃO): ENCONTRO DE FORMAÇÃO DE AGENTES E MOBILIZADORES DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE OEIRAS.

Empenhamos esforços e estratégias para garantir que o PMCO seja de fato participativo, colaborativo. Realizamos as seguintes ações: formação da equipe técnica, mobilização, sensibilização, organização dos recursos e a programação dos encontros, constituímos uma equipe multiprofissional formada por:

- membros do CMCO (Herberth Vinicius Virginio de Sousa e Silva, Maria do Socorro Barbosa Barros, Francisco de Assis de Carvalho, Maria Anatália Nascimento Santos);
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Francisco Stefano Ferreira dos Santos – Secretário, Pedro Dias de Freitas Júnior, Faulkner Raynner de Sousa Sá e Cassandra Yara Lopes Barroso);
- Programa de Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da UFDPAr (Áurea da Paz Pinheiro, Rita de Cássia Moura e Bruna Negreiros).

Realizamos nos meses de abril, maio e junho de 2022, reuniões internas para elaboração de um roteiro para a realização de um encontro presencial de caráter formativo e mobilizador de agentes multiplicadores do questionário de diagnóstico do município. Nomeamos “Encontro de Formação de Agentes e Mobilizadores do Plano Municipal de Cultura”, uma formação técnica sobre o que é o PMC e a importância da participação e colaboração da comunidade em todas as etapas de sua construção, o que incluía, naquele momento, a aplicação de um questionário-diagnóstico da situação atual das políticas públicas de cultura de Oeiras.

Figura 64 Reunião da equipe técnica.

Fonte: Elaborado pela equipe de organização do PMC, 2022.

A divulgação desta ação e do processo de elaboração do PMCO é fator primordial para sua validade. Para isso, fez-se necessária a construção de uma identidade visual como uma estratégia de comunicação. Esse trabalho foi realizado por Bruna Negreiros, arquiteta e urbanista, integrante da equipe técnica do PPGAPM da UFDPAr, que assessora a construção do PMCO. A identidade visual foi divulgada nas mídias digitais e os materiais confeccionados camisetas, pastas, canetas e crachás.

Figura 65 Identidade visual do PMCO elaborado por Bruna Negreiros.

Fonte: Bruna Negreiros, 2022.

Enviamos ofícios/convites para diversas instituições, grupos culturais, coletivos, agentes públicos e privados, formalizando a comunicação para conhecer o objetivo do PMCO, produto associado ao TFM do PPGAPM da UFDPAr. Apresentamos as motivações para a construção de um Plano Municipal de Cultura e este TFM trará benefícios à sociedade e comunidade local.

O objetivo foi mobilizar os segmentos da cultura, não apenas os grupos mais organizados e estruturados, ou localizados nas regiões centrais das cidades, mas cada secretaria, que enviou dois representantes.

Houve ampla divulgação desse encontro em diferentes meios de comunicação, portais e *website* oficial da Prefeitura Municipal de Oeiras. Também divulgamos nas redes sociais (Instagram e Facebook) da Secult, do Conselho Municipal de Cultura e da prefeitura de Oeiras. A equipe técnica (Secult, CMCO e UFDPAr) participou de entrevistas no Programa TV Jornal Meio Norte (Rede Meio Norte) e no programa de rádio da FM Educativa Cristo Rei.

Figura 66 Equipe técnica participando de entrevista na rádio FM Educativa Cristo Rei para divulgação do PCMO.



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, em 2022.

O “Encontro de Formação de Agentes e Mobilizadores do Plano Municipal de Cultura” aconteceu no dia 11 de junho de 2022. Para a sua realização, contamos com a infraestrutura disponibilizada pela Secult: Cine Teatro Oeiras (local do evento), *internet* no local, técnicos da Secult e a equipe de Cerimonial.

O Encontro teve início às 8h com o credenciamento dos participantes. Estiveram presentes 64 pessoas, representantes de 37 instituições públicas e privadas, secretarias municipais, órgãos estaduais, câmara municipal, universidades, escolas, fundações, igrejas, conselhos, entidades de classe, grupos culturais, coletivos, movimentos identitários e empresas.

Após um café da manhã e apresentação musical do Trio Pé de Serra, houve abertura com as falas iniciais do Presidente do Conselho Municipal de Cultura (Herberth Vinicius), do Secretário Municipal de Cultura e Turismo (Stefano Ferreira), do Prefeito de Oeiras (José Raimundo de Sá Lopes) e da Profa. Dra. Âurea da Paz Pinheiro, representando a equipe técnica da UFDPAr.

Figura 67 Participantes do “Encontro de Formação de Agentes e Mobilizadores do Plano Municipal de Cultura” realizado no Cine Teatro Oeiras em 11/06/2022.



Fonte: Facebook do CMCO, 2022.

O objetivo do Encontro era discutir a construção do “Plano Municipal de Cultura: O que precisamos saber? O que precisamos fazer?”. Stefano Ferreira relatou sobre a estruturação dos instrumentos de políticas culturais em Oeiras. Na ocasião, discorri sobre o que é um Plano de Cultura. Em seguida, a professora Áurea Pinheiro realizou a capacitação dos presentes para adaptações, preenchimento e aplicação do questionário de diagnóstico da cultura em Oeiras.

Figura 68 Orientação da Profª Áurea Pinheiro sobre a aplicação dos questionários de diagnóstico.



Fonte: Facebook do CMCO, 2022.

Foram muitas as questões apontadas pelo público, bem como, observações e alterações ao questionário apresentado. A atuação da equipe de informática foi fundamental naquele momento, como também o acesso à *internet* disponibilizada no local.

Após as alterações sugeridas ao questionário, aprovamo-lo e o compartilhamos no Google *Forms* e nos grupos de *WhatsApp*.

O link de acesso ao questionário foi disponibilizado no Instagram da Secult e na página do *Facebook* do CMCO. Os presentes ficaram com a responsabilidade de serem agentes multiplicadores do questionário em seus locais de trabalho, família e ciclos de amizade.

Os presentes aceitaram participar do processo. Estimulamos o protagonismo desses agentes locais, estabelecemos que os passos seriam alinhados de forma coletiva. Essa abordagem foi fundamental para o resultado das ações.

4.2 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE DIAGNÓSTICO

O questionário foi aplicado entre 11 e 30 de junho de 2022. Disponibilizado um *link* (por meio de um formulário na *web* elaborado na plataforma *Google Forms*, aplicativo do *Google* que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulário na *web*); encaminhado via *WhatsApp* aos agentes mobilizadores, instituições, universidades, escolas públicas e privadas. Ao final do prazo, foi contabilizado o total de 1.052 (um mil e cinquenta e dois) participantes.

O diagnóstico foi elaborado pela equipe técnica e contém 54 perguntas abertas e fechadas para coletar informações pessoais como gênero, idade, escolaridade, cor ou etnia e religião; como também a relação com a cultura de Oeiras, os equipamentos culturais presentes nos bairros, o acesso às atividades e equipamentos culturais, a infraestrutura desses equipamentos, a formação no setor cultural e as políticas públicas de cultura.

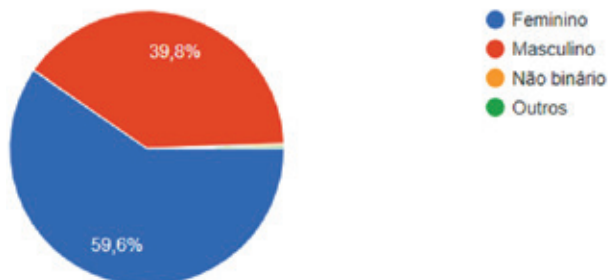
Na construção de um plano decenal de políticas culturais, é importante um diagnóstico para identificar e compartilhar os pontos de vista sobre a realidade a partir dos dados colhidos. Poderemos analisar os desafios e a possibilidade de os superar, identificar vocações e potencialidades. Um bom Plano, construído em um processo participativo, depende muito da qualidade do diagnóstico realizado.



Analisando o perfil do público participante (Gráfico 1) podemos observar que, na questão aberta, a maioria são mulheres (59,6%) e 0,3% se declararam não binária. Na questão aberta (Gráfico 2) em relação à cor, raça e etnia: 59,6% das pessoas se declararam pardas, 20,3% pretas e 13,7% brancas. É importante notar que de forma aberta 1,3% se declararam indígena; 0,2% e 0,3% se declararam morenas e 0,1% negro.

Gráfico 1 Gênero

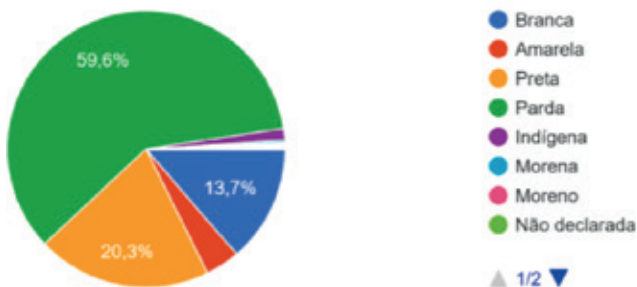
Gênero
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Gráfico 2 Cor ou raça/etnia

Como você se reconhece em relação a cor ou raça/etnia?
1052 respostas

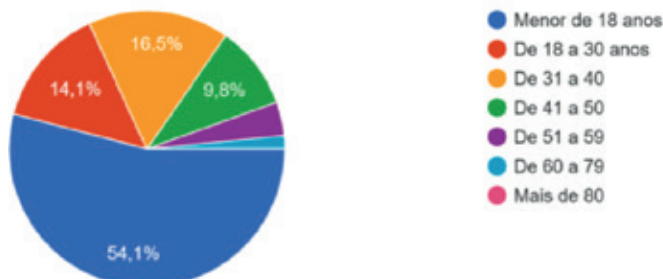


Fonte: Google Forms, 2022.

Quanto à faixa etária (Gráfico 3), podemos constatar uma maior participação do público jovem, sendo: 54,1% menor de 18 anos, 16,5% entre 31 e 40 anos, 14,1% de 18 e 30 anos e 9,8% de 41 e 50 anos. Esta participação do público menor de 18 anos justifica-se pelo fato que o questionário foi aplicado com alunos da rede pública e privada da cidade de Oeiras. A análise do gráfico 4 da escolaridade dos participantes confirma esta hipótese.

Gráfico 3 Faixa etária

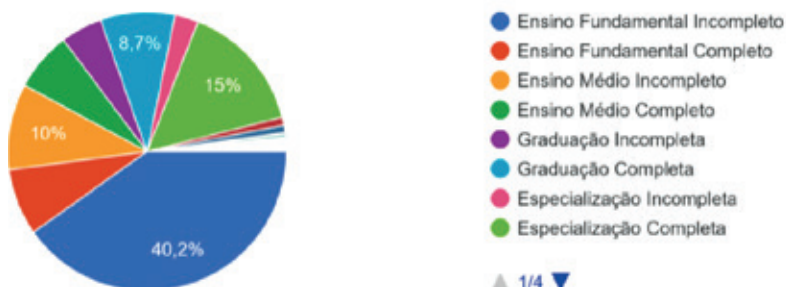
Idade
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Gráfico 4 Escolaridade

Escolaridade
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Foi questionado aos participantes sobre quais manifestações da cultura popular tradicional e identitária são conhecidas no município

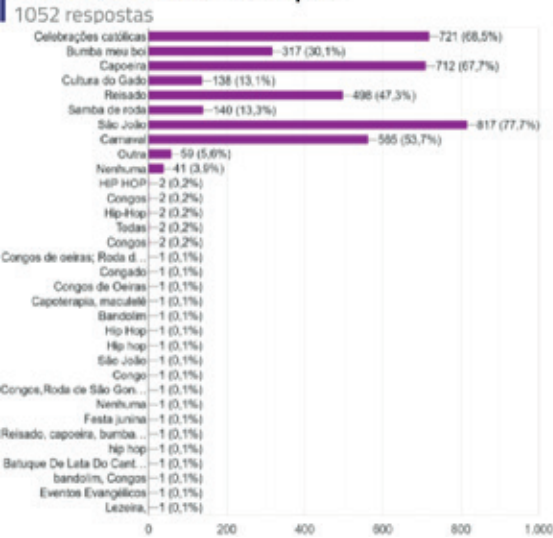
(Gráfico 5). Como questão aberta o participante poderia indicar outras manifestações não listadas na questão.

De acordo com o gráfico, a maioria (77,7%) reconheceu o São João como manifestação de cultura popular tradicional de Oeiras, seguido das celebrações católicas (68,5%), capoeira (67,7%), reisado (47,3%), carnaval (53,7%), bumba meu boi (30,1%), samba de roda (13,3%) e cultura do gado (13,1%).

Podemos observar que outras manifestações culturais foram citadas pelos participantes como: Congos, *Hip-Hop*, Bandolim, Eventos Evangélicos e Leseira.

Gráfico 5 Manifestações das culturas populares tradicionais e identitárias do Município de Oeiras

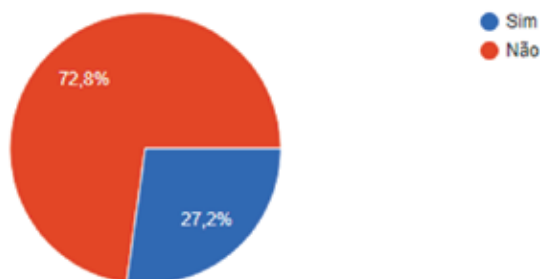
Que manifestações das culturas populares tradicionais e identitárias você conhece no município?



Fonte: Google Forms, 2022.

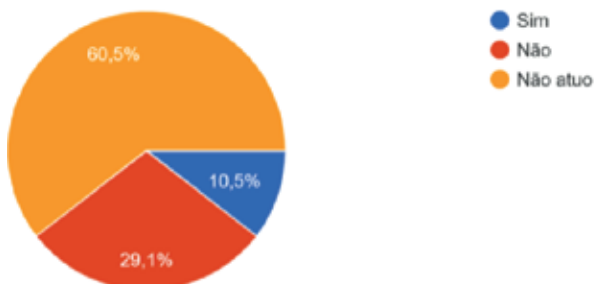
Na seção “Fale de sua relação com a cultura de Oeiras” (Gráfico 6), a maioria dos participantes, 72,8%, não atua na área artística ou cultural, e apenas 27,2% declararam que atuam. Naqueles que atuam (Gráfico 7), apenas 10,5% dos participantes têm a área artística ou cultural como atividade profissional principal.

Gráfico 6 Atuação artística e/ou cultural
Você atua na área artística e/ou cultural?
 1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Gráfico 7 Atuação artística e/ ou cultural como principal atividade profissional
Se você atua na área artística e/ou cultural, esta é a sua principal atividade profissional?
 1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Sobre quais setores e segmentos artísticos os participantes estão vinculados (Gráfico 8) podemos observar que, mais da metade dos participantes, representado por 60,4%, não tem vínculo com segmentos culturais. Em seguida, 9,8% dos participantes estão vinculados ao segmento da música e 6,7% à dança.

Observamos, também, o vínculo com outros segmentos culturais como: a Literatura (6,7%), Patrimônio Cultural Imaterial (3,5%), Artes Visuais (2,2%), Artes Urbanas (2%), Patrimônio Cultural Material e Natural (1,5%), Teatro (1,6%) e Audiovisual (1%).

Gráfico 8 Setores/Segmentos que está vinculado

Dos setores/segmentos abaixo relacionados indique a qual ou aos quais, predominantemente, está vinculado.

1052 respostas

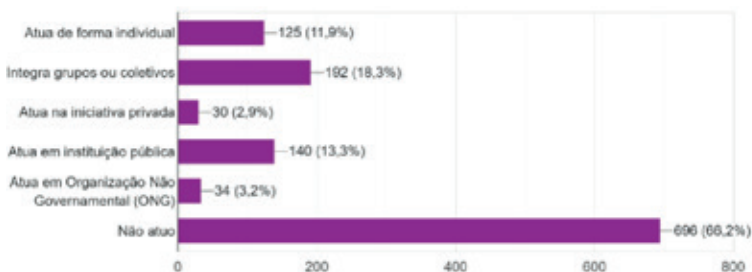


Na caracterização da atuação, podemos observar no Gráfico 9 que 66,2% responderam que não atuam na área, 18,3% integram grupos ou coletivos, 13,3% atuam em instituição pública, 11,9% atuam de forma individual; 3,2% em Organização não Governamental (ONG) e 2,9% na iniciativa privada.

Gráfico 9 Caracterização da atuação na área artística e/ ou cultural

Caracterize sua atuação na área artística e/ou cultural (pode marcar mais de uma opção):

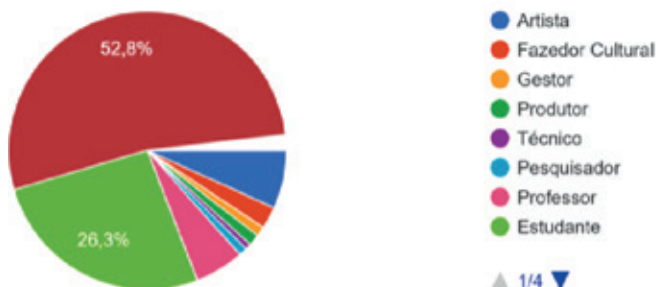
1052 respostas



Na questão “Como você atua na área artística e/ou cultural” (Gráfico 10), além de mais da metade declarar que não atua (52,8%),

o percentual de 26,3% declararam ser estudante, 6,7% artistas, 5,7% professores, 2,6% fazedores culturais, 1,1% gestores, 1,3% produtores, 1% pesquisadores e 0,7% técnicos.

Gráfico 10 Como atua na área artística e/ou cultural
Como você atua na área artística e/ou cultural
 1052 respostas



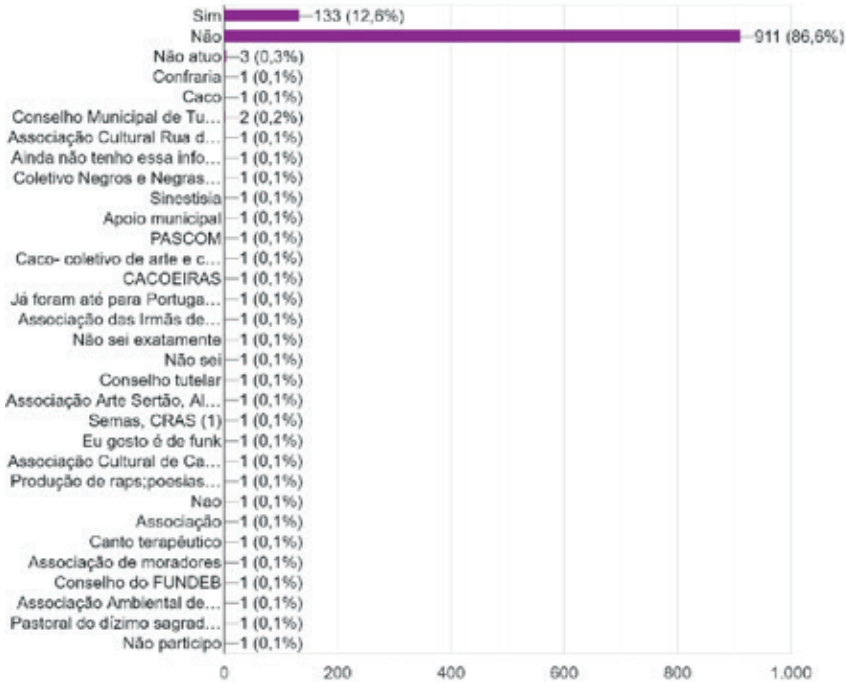
Fonte: Google Forms, 2022.

Sobre a participação em fórum, associação, cooperativa ou conselho (Gráfico 11), cerca de 86,6% responderam que não participam e 12,6% responderam que sim. Dentre as instituições mencionadas dos que marcaram "sim", aparecem: confrarias, coletivos e associações de arte; pastorais; conselhos municipais do turismo e tutelar.

Gráfico 11 Atuação em Instituições

Você ou seu grupo participam de algum Fórum, Associação, Cooperativa, Conselho?

1052 respostas

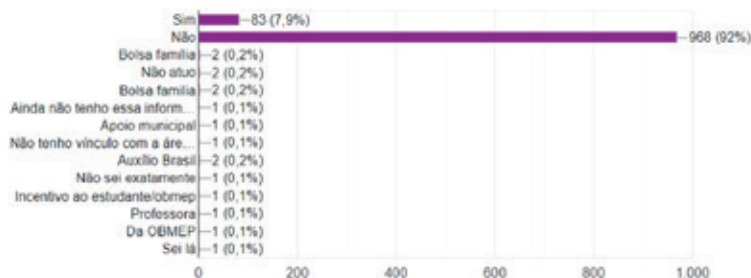


Fonte: Google Forms, 2022.

Sobre o financiamento e/ou fomento do poder público municipal (Gráfico 12), a grande maioria (92%) marcaram que não e 7,9% afirmaram que já receberam. Dentre estes, alguns especificaram como financiamento e fomento o “bolsa família” e “auxílio brasil”.

Gráfico 12 Financiamento e/ou fomento do poder público municipal**Recebe algum tipo de financiamento e/ou fomento do poder público municipal?**

1052 respostas

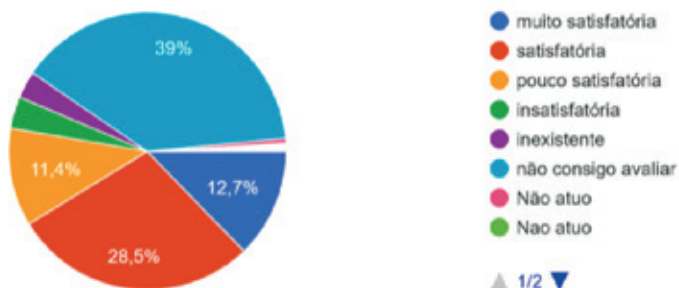


Fonte: Google Forms, 2022.

Analisando a questão que avalia a Política Cultural do Município de Oeiras para o setor/segmento no qual o participante atua (Gráfico 13), podemos observar que: 28,5% marcaram que é satisfatória, 12,7% muito satisfatória, 11,4% pouco satisfatória, 3,7% insatisfatória e 3,1% declararam que é inexistente.

Gráfico 13 Avaliação da Política Cultural do Município de Oeiras por setor/segmento**Como avalia a Política Cultural do Município de Oeiras para o setor/segmento no qual você atua?**

1052 respostas



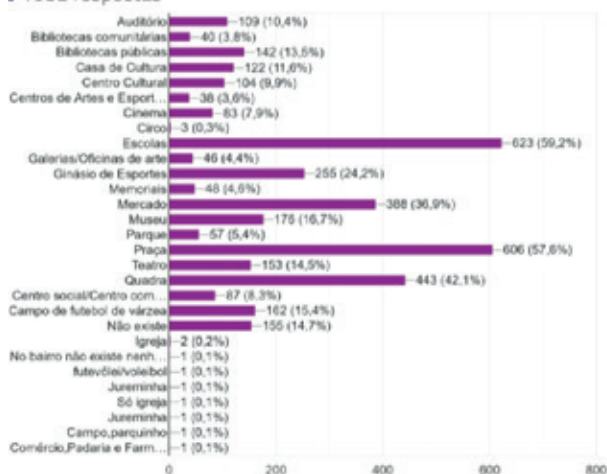
Fonte: Google Forms, 2022.

O questionário também avaliou os equipamentos culturais presentes nos bairros. Segundo o Gráfico 14, cerca de 623 pessoas

responderam que em seus bairros há escolas (59,2%), 606 pessoas marcaram praças (57,6%), 443 marcaram quadras (42,1%), 388 responderam mercados (36,9%) e 255 pessoas marcaram ginásios de esportes (24,2%).

Aparecem também Museu (16,7%), Teatro (14,5%), Bibliotecas públicas (13,5%), Casas de Cultura (11,6%), Auditório (10,4%), Centro Cultural (9,9%), Centro social ou comunitário (8,3%), Cinema (7,9%) e Parque (5,4%). Apenas 155 pessoas responderam que em seus bairros não existe equipamento cultural, um percentual de 14,7%.

Gráfico 14 Equipamentos culturais ou espaços existentes no bairro/localidade
Quais dos equipamentos culturais ou espaços de uso cultural abaixo listados existem no bairro/localidade em que você mora?
 1052 respostas



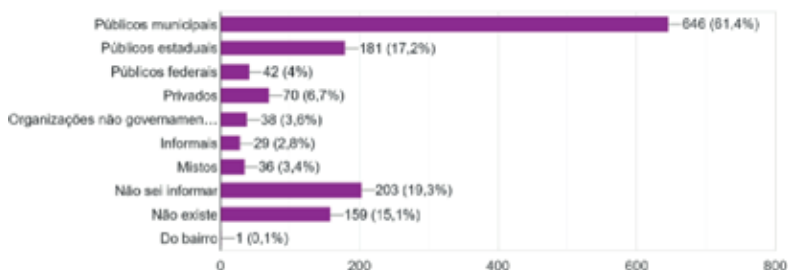
Fonte: Google Forms, 2022.

Quanto à esfera de competência desses equipamentos culturais, podemos observar que a maioria são públicos municipais (61,4%). Seguido de 17,2% estaduais, 4% federais, 6,7% privados, 3,6% Organizações não governamentais, 2,8% informais e 3,4% mistos. O percentual dos que não souberam informar foi de 19,3% e 15,1% declararam que não existe.

Gráfico 15 Competência dos equipamentos culturais ou espaços

Os espaços culturais existentes no bairro/localidade onde mora são (pode marcar mais de uma opção):

1052 respostas



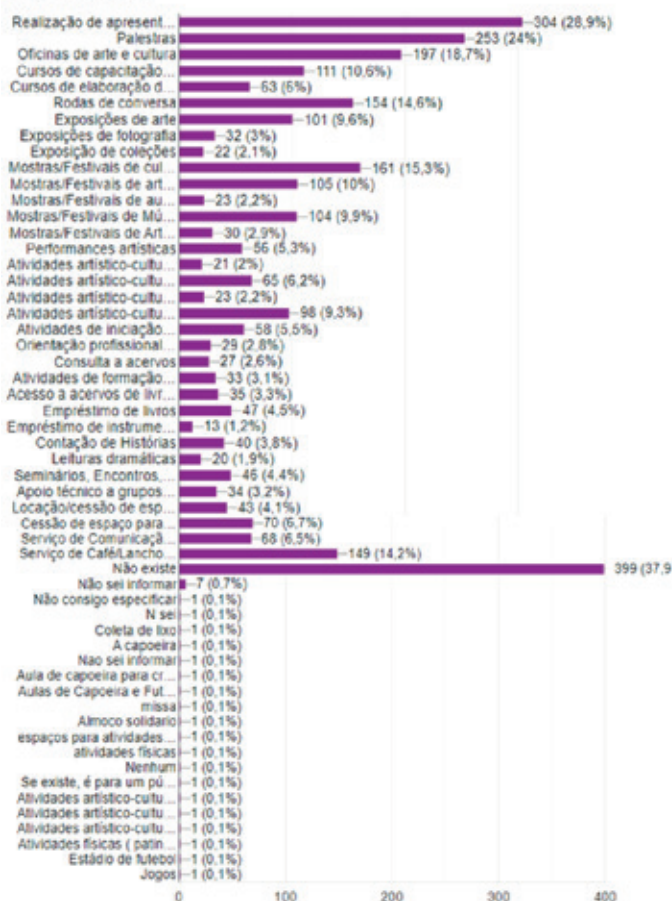
Fonte: *Google Forms*, 2022.

Ao serem questionados sobre quais serviços e atividades são oferecidos nos espaços e equipamentos culturais públicos municipais no bairro/localidade em que moram (Gráfico 16), a maioria (37,9%), cerca de 399 pessoas, responderam que não existe. Cerca de 28,9% responderam que são realizadas apresentações artísticas; 24% responderam palestras; 18,7% oficinas de arte e cultura; 15,3% mostras e festivais de cultura popular tradicional; 14,6% rodas de conversas; 14,2% serviço de café/lanchonete/restaurante; 10% mostram/festivais de arte urbana; 9,6% exposições de arte; 9,9% Mostras/Festivais de Música e 9,3% Atividades artístico-culturais para a juventude.

Gráfico 16 Serviços e atividades oferecidas pelos espaços e equipamentos culturais públicos municipais

Considerando apenas os espaços e equipamentos culturais públicos municipais no bairro/localidade em que mora, quais serviços e atividades são oferecidos?

1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

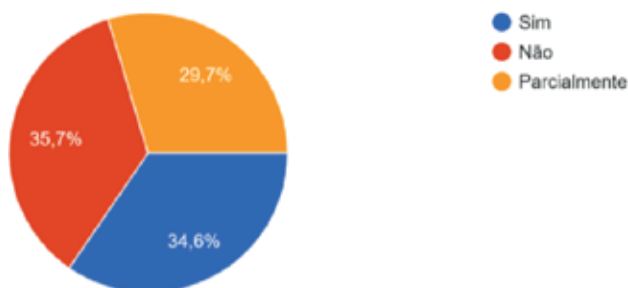
Os serviços mais deficientes aparecem em menor porcentagem, como: cessão de espaço para apresentações artísticas e culturais (6,7%); serviço de comunicação/divulgação em sites, redes sociais e murais (6,5%); cursos de elaboração de projetos culturais (6%); atividades artístico-culturais para crianças e idosos (6,2%); atividades de iniciação artística

para crianças e idosos (5,5%); empréstimos de livros (4,5%); seminários, encontros, grupos de reflexão (4,4%); locação/cessão de espaços para ensaios, reuniões e montagens artísticas (4,1%); acesso a acervos de livros e documentos (3,3%); atividades de formação de público (3,1%); consulta e acervos (2,6%) e atividades artístico-culturais para LBTQIA+ (2,2%).

Outra problemática avaliada no questionário de diagnóstico foi a estrutura dos equipamentos e espaços culturais para atender pessoas com deficiência (Gráfico 17). Os números aparecem quase que bem divididos, em que: 35,7% responderam que não há estrutura, 34,6% responderam que sim e 29,7% afirmaram que parcialmente.

Gráfico 17 Estrutura dos equipamentos culturais para atender pessoas com deficiência

Os espaços ou espaços culturais localizados no bairro/localidade em que mora estão preparados para atender pessoas com deficiência?
1052 respostas

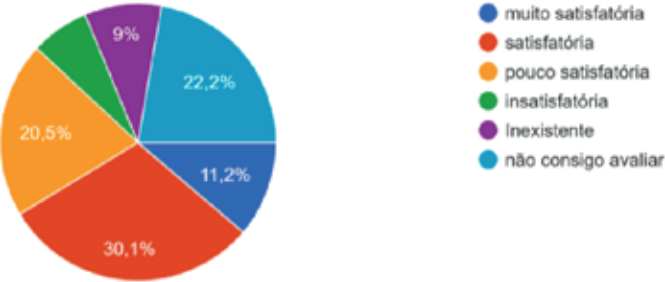


Fonte: *Google Forms*, 2022.

Na avaliação sobre a estrutura física dos equipamentos ou espaços culturais públicos municipais (Gráfico 18), a maioria respondeu que é satisfatória (30,1%). Outra parcela (20,5%) respondeu que não conseguiu avaliar. 20,5% avaliaram que a estrutura é pouco satisfatória. Os menores números avaliam que é muito satisfatória (11,2%), inexistente (9%) e insatisfatória (6,8%).

Gráfico 18 Avaliação da estrutura física dos equipamentos ou espaços culturais públicos municipais

De modo geral, como avalia a estrutura física dos equipamentos ou espaços culturais públicos municipais no bairro/localidade em que mora
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Avaliando a diversidade da programação dirigida aos diferentes públicos ofertados pelos espaços culturais como um todo (Gráfico 19), mais da metade dos participantes (57,6%) responderam “sim” e outra grande parte (40,6%) responderam “não”.

Gráfico 19 Diversidade da programação dos espaços culturais da cidade
Considera que os espaços culturais da cidade como um todo oferecem uma programação diversificada e dirigida aos diferentes públicos?
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Quanto ao papel dos espaços culturais do município de promover a democratização de acesso à arte e à cultura (Gráfico 20), a maior parte

dos participantes avaliaram positivamente (65,9%) e outra parte (30,1%) avaliaram que não.

Outro ponto importante do diagnóstico foi avaliar de que forma a população tem acesso às ações, atividades e eventos artísticos culturais. A maioria dos participantes (55%) respondeu que precisa se deslocar para o centro da cidade para ter acesso às ações culturais. 24,8% responderam que têm acesso em seu bairro e 18,3% têm acesso em bairros e zonas próximas.

Gráfico 20 Os espaços culturais do município cumprem o papel de promover a democratização de acesso à arte e à cultura

Considera que os espaços culturais do município cumprem o papel de promover a democratização de acesso à arte e à cultura?
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Ao serem questionados sobre a frequência do uso do transporte público municipal para visitarem os espaços e equipamentos culturais (Gráfico 21), a maioria dos participantes (43,1%) respondeu que nunca fez uso e 21,2% afirmaram a inexistência desse serviço na cidade. Outra parcela (17,7%) responderam que raramente faziam uso; 6,6% ocasionalmente; 6% frequentemente e 4,9% muito frequentemente.

Gráfico 21 Uso do transporte público municipal para visitar os espaços e equipamentos culturais

Com que frequência faz uso do transporte público municipal para visitar os espaços e equipamentos culturais?

1052 respostas



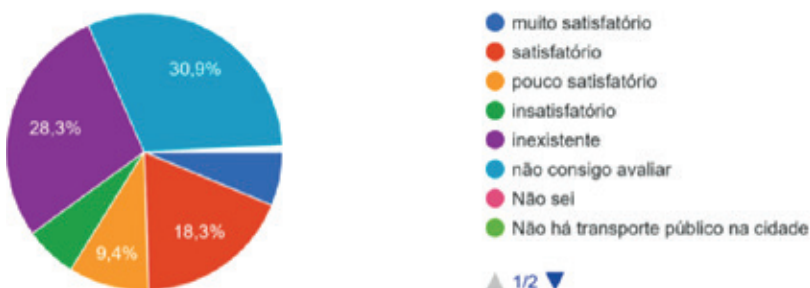
Fonte: Google Forms, 2022.

Avaliando tal serviço (Gráfico 22), 30,9% dos participantes responderam que não conseguem avaliar, 28,3% afirmaram que é inexistente; 18,3% avaliaram como satisfatória; 9,4% como pouco satisfatória e 6,3% avaliaram como muito satisfatória.

Gráfico 22 Avaliação do serviço de transporte público municipal para o deslocamento aos espaços e equipamentos culturais da cidade

Como avalia o serviço de transporte público municipal para o deslocamento aos espaços e equipamentos culturais da cidade?

1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

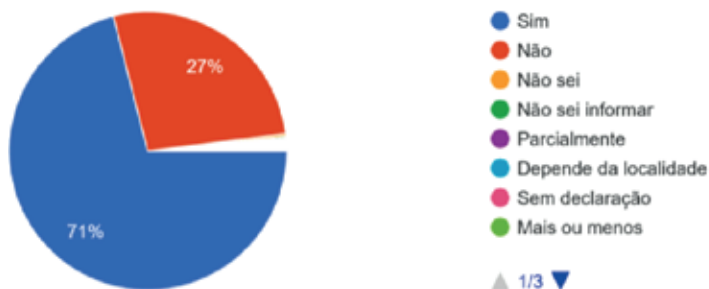
Mais da metade dos participantes (71%) responderam que as ações culturais realizadas nos equipamentos culturais e nos espaços de

uso cultural contribuem para uma sensação de segurança, promovendo um fluxo constante de pessoas (Gráfico 23).

Gráfico 23 Sensação de segurança nos equipamentos culturais e nos espaços de uso cultural

Você considera que ações culturais realizadas nos equipamentos culturais e nos espaços de uso cultural contribuem para uma sensação de segurança, promovendo um fluxo constante de pessoas?

1052 respostas



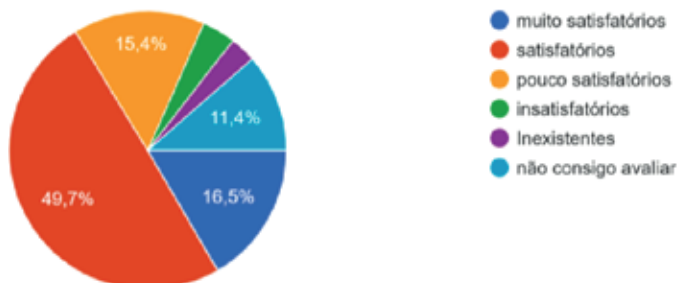
Fonte: Google Forms, 2022.

Sobre infraestrutura de segurança e iluminação dos espaços onde normalmente são realizados eventos e ações culturais (Gráfico 24): 49,7% dos participantes avaliaram como satisfatória; 16,5% muito satisfatórios; 15,4% pouco satisfatório e 11,4% não conseguiram avaliar.

Gráfico 24 Avaliação dos serviços de infraestrutura de segurança e iluminação dos espaços onde são realizados eventos e ações culturais.

De modo geral, como avalia os serviços de infraestrutura de segurança e iluminação dos espaços onde normalmente são realizados eventos e ações culturais?

1052 respostas



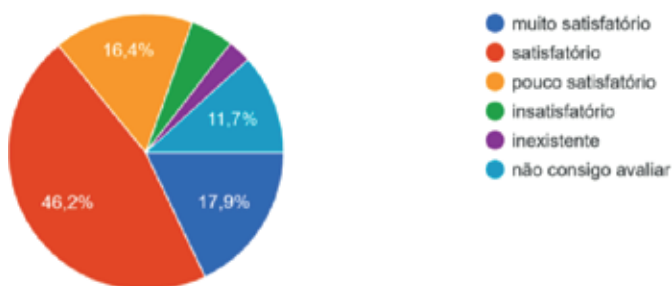
Fonte: Google Forms, 2022.

O estado de conservação dos bens do patrimônio material, natural e arqueológico do município (Gráfico 25) foi avaliado como satisfatório pela maioria dos participantes (46,2%). Uma parcela de 17,9% avaliou como muito satisfatória; 16,4% avaliaram como pouco satisfatória e 11,7% não conseguiram avaliar.

Gráfico 25 Estado de conservação dos bens do patrimônio material, naturais e arqueológico do município

De modo geral, como considera o estado de conservação dos bens do patrimônio material, natural e arqueológico do município (prédios históricos, monumentos, parques)?

1052 respostas

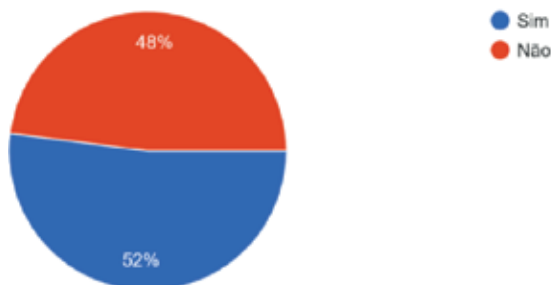


Fonte: Google Forms, 2022.

A formação no setor cultural também foi avaliada no questionário. Podemos observar que um pouco mais da metade dos participantes (52%) confirmou que conhece ou participa de programas ou projetos que envolvem ações intersetoriais, como por exemplo: Cultura e Educação; Cultura e Saúde; Cultura e Meio Ambiente e etc. (Gráfico 26).

Gráfico 26 Conhece ou participa de programas ou projetos que envolvem ações intersectoriais (ex.: Cultura e Educação; Cultura e Saúde; Cultura e Meio ambiente etc.)?

1052 respostas



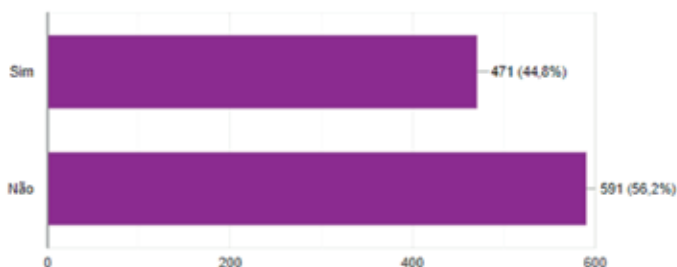
Fonte: Google Forms, 2022.

Ao serem questionados sobre a participação nos últimos três anos de alguma atividade de formação em arte e cultura realizada pela Prefeitura de Oeiras (Gráfico 27), 56,2% responderam “não” e 44,8% responderam “sim”.

Gráfico 27 Participação em atividades de formação em arte e cultura realizada pela Prefeitura de Oeiras, nos últimos 3 anos.

Já participou de alguma atividade de formação em arte e cultura (curso, seminário, palestra, oficina etc.) realizada pela Prefeitura de Oeiras, nos últimos três anos?

1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

No que refere à contribuição dessas atividades na formação cultural do Município (Gráfico 28): 33,3% responderam “parcialmente”; 31% responderam “sim”; 23,2% não conseguiram opinar e 12,3% responderam “não”.

Gráfico 28 Opinião sobre as atividades de formação em arte e cultura ofertadas pela Prefeitura de Oeiras e as necessidades culturais do município.

Considera que as atividades de formação em arte e cultura (curso, seminário, palestra, oficina, etc.) ofertadas pela Prefeitura de Oeiras atendem às necessidades culturais do Município?

1052 respostas



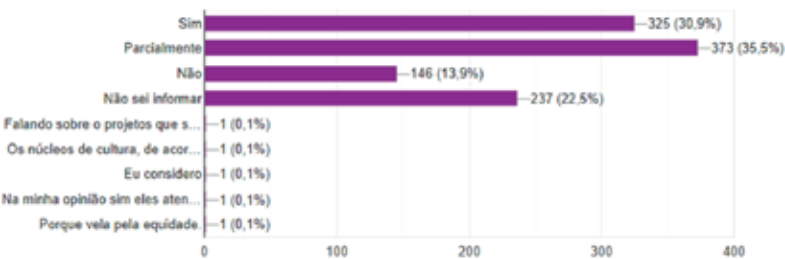
Fonte: Google Forms, 2022.

Questionados se os projetos ou ações de formação de público e formação artístico cultural atendem as necessidades culturais de Oeiras (Gráfico 29), um percentual de 35,5% dos participantes respondeu “parcialmente” e 30,9% responderam “sim”.

Gráfico 29 Projetos ou ações de formação de público e de formação artístico cultural atendem as necessidades culturais de Oeiras

Considera que os projetos ou ações de formação de público e de formação artístico cultural atendem as necessidades culturais de Oeiras?

1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

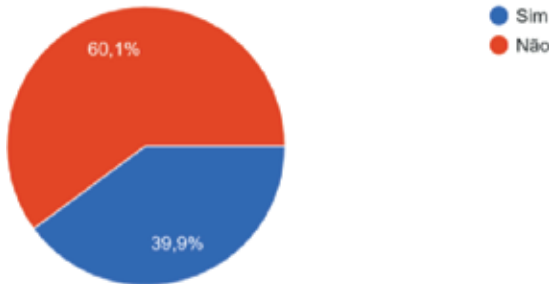
Nas questões direcionadas sobre as políticas públicas de cultura implementadas no município de Oeiras, a exemplo do Conselho Municipal

de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura (Gráfico 30), mais da metade dos participantes (60,1%) respondeu que não conhece os instrumentos de políticas públicas já implementados.

Gráfico 30 Políticas públicas implementadas no município de Oeiras

Você conhece os instrumentos de políticas públicas já implementados no município de Oeiras, a exemplo do Conselho Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura?

1052 respostas



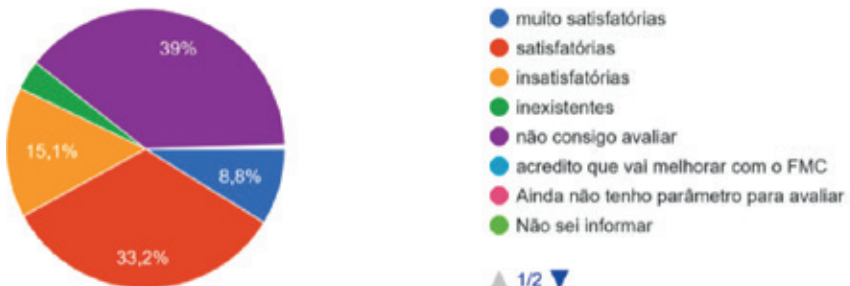
Fonte: Google Forms, 2022.

As políticas de fomento e financiamento à cultura do município (Gráfico 31) foram avaliadas como satisfatórias por 33,2% dos participantes, insatisfatórias por 15,1%, muito satisfatórias por 8,8% e inexistentes por 3,4%. Uma parcela de 39% respondeu que não conseguiu avaliar.

Gráfico 31 Avaliação sobre as políticas de fomento e financiamento à Cultura do município

Como avalia as políticas de fomento e financiamento à Cultura do município?

1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Os participantes foram questionados se sentem contemplados pelas políticas públicas (Gráfico 32). Apenas 20,9% responderam que sim e 22,1% responderam que não. Mais da metade dos participantes (54,7%) responderam que não fazem parte de um grupo.

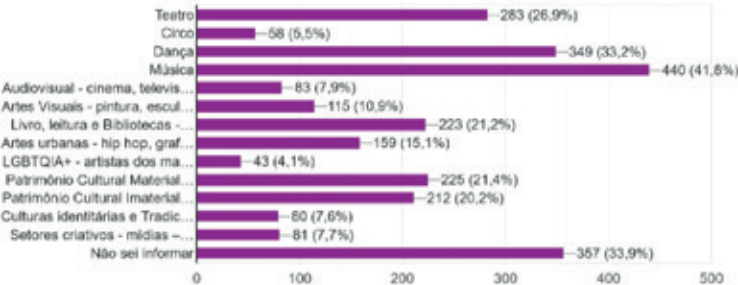
Gráfico 32 Pesquisados que foram contemplados pelas políticas
Você ou seu grupo se sente(m) contemplado(s) por essas políticas?
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Para o público participante, os setores da música, dança, teatro, literatura, artes urbanas, artes visuais e patrimônio cultural são os mais contemplados no calendário oficial de eventos do município (Gráfico 33). Em menor percentual aparecem os setores circo (5,5%), audiovisual (7,9%), culturas identitárias e tradicionais (7,6%) e LGBTQIA + (4,1%). Mas grande parte dos participantes (33,9%) declararam não saber informar.

Gráfico 33 Setores e segmentos contemplados no calendário oficial de eventos do município
Na sua opinião, quais setores e segmentos são contemplados no calendário oficial de eventos do município?
1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

As ações da Prefeitura de Oeiras para a proteção e promoção do patrimônio (Gráfico 34) foram avaliadas como satisfatórias por 39,5% dos participantes, pouco satisfatórias para 13,6%, muito satisfatórias para 12,7%, insatisfatórias para 6,9% e inexistentes para 2,4%. Uma parcela de 24,7% respondeu que não conseguiram avaliar.

Gráfico 34 Avaliação sobre as ações da Prefeitura de Oeiras para a proteção e promoção do patrimônio

Como avalia as ações da Prefeitura de Oeiras para a proteção e promoção do patrimônio? Obs.: Ações de Proteção e promoção do patrimônio são i...ial, campanhas de divulgação do patrimônio, etc.

1052 respostas

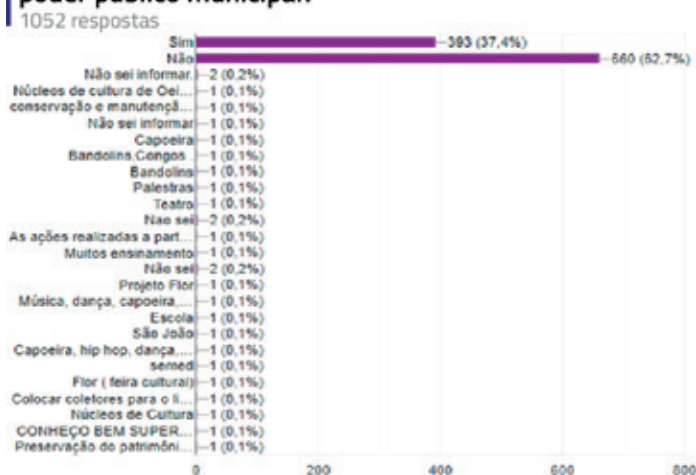


Fonte: Google Forms, 2022.

A maioria dos participantes (62,7%) respondeu que não conhece ação de educação patrimonial realizada pelo poder público municipal (Gráfico 35) e apenas 37,4% responderam “sim”.

Gráfico 35 Avaliação sobre ações de educação patrimonial realizada pelo poder público municipal

Você conhece alguma ação de educação patrimonial realizada pelo poder público municipal?

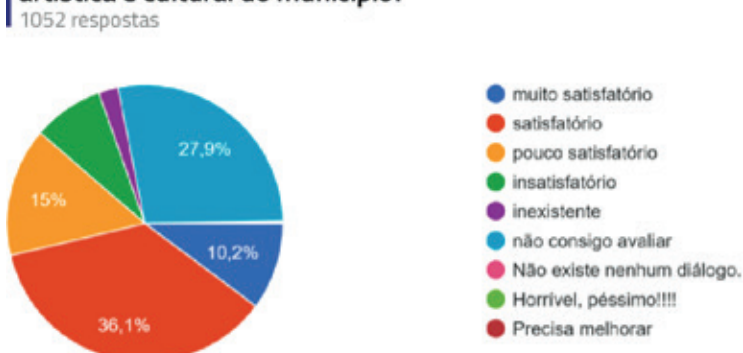


Fonte: Google Forms, 2022.

O nível de diálogo do poder público com a comunidade artística e cultural do município foi avaliada por 36,1% dos participantes, pouco satisfatória por 15%, muito satisfatória por 10,2%, insatisfatória por 8,3% e inexistente por 2,3%. Cerca de 27,9% não conseguiram avaliar.

Gráfico 36 Avaliação do nível de diálogo do poder público com a comunidade artística e cultural do município

Como avalia o nível de diálogo do poder público com a comunidade artística e cultural do município?



Fonte: Google Forms, 2022.

A comunicação da Prefeitura de Oeiras através de divulgação em portais e redes sociais foi avaliada como satisfatória por 42% dos participantes, muito satisfatória por 17,4% e pouco satisfatória (14,2%). Os que avaliaram por insatisfatória foram 5,1%. Cerca de 18,9% não conseguiram avaliar e 2,1% avaliaram como inexistente.

Gráfico 37 Avaliação sobre a comunicação, a divulgação e as redes sociais da Prefeitura de Oeiras
Como avalia a comunicação, a divulgação e as redes sociais da Prefeitura de Oeiras na sua relação com a cidade?
 1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

Na avaliação geral da política cultural do município de Oeiras, os que declararam como satisfatória chegam ao percentual de 40,8%. Cerca de 16,9% declararam que é pouco satisfatória e 15,5% avaliaram como muito satisfatória. Já 17,7% afirmaram que não conseguiram avaliar e 6,5% avaliaram como insatisfatória.

Gráfico 38 Avaliação sobre a política cultural do município de Oeiras
Como você avalia a política cultural do município de Oeiras?
 1052 respostas



Fonte: Google Forms, 2022.

4.3 REUNIÕES SETORIAIS

A segunda etapa, a produção, é a fase de elaboração participada do planejamento do PMC. Nessa fase, promovemos reuniões presenciais com cada segmento da cultura para a escuta dos desafios, demandas e anseios, fundamentais para a elaboração das metas do Plano. Ressaltamos a importância de uma política dessa natureza ser elaborada integrando a população a quem se destina, não é somente uma tarefa para técnicos e gestores.

As reuniões setoriais aconteceram nos dias 02, 03, 04, 08 e 09 de agosto de 2022. Utilizamos o Solar das 12 Janelas, o auditório da SECULT e o Centro de Artesanato como espaços de encontros para a realização das setoriais. Mais de 150 (cento e cinquenta) agentes marcaram presença nas reuniões com 14 (quatorze) segmentos: audiovisual, artesanato, arte visual, arte urbana, religiões, cultura popular, movimento negro, música, dança, teatro, patrimônio cultural, literatura e melhor idade.

A escolha dos segmentos teve por base a pluralidade cultural presente na realidade do município de Oeiras, tendo em vista que o PMCO deve ser amplo e abranger a todos. A partir da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais²⁷ da Unesco, da qual o Brasil faz parte desde 2006, ampliou-se o olhar sobre os segmentos culturais que fazem parte do cotidiano da cidade, mas que, às vezes, parecem invisíveis, como por exemplo as culturas populares e as expressões urbanas.

²⁷ A Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, também conhecida como Convenção para a Diversidade Cultural, é uma convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), aprovada em 20 de outubro de 2005, em Paris, durante a Conferência Geral da UNESCO. A Convenção reconhece os direitos das partes de tomar medidas para proteger e promover a diversidade de expressões culturais e impor obrigações, nacional e internacionalmente, a estados signatários. Disponível em <<http://www.iber museos.org/pt/recursos/documentos/convencao-sobre-a-protecao-e-promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005-2/#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Prote%C3%A7%C3%A3o,durante%20a%20Confer%C3%A7%C3%A3o%20Geral%20da>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Figura 69 Reuniões setoriais com os agentes culturais



Fonte: Cássia Moura, 2022.

Figura 70 Reuniões setoriais com os agentes culturais



Fonte: Cássia Moura, 2022.

No dia 02 de agosto às 19h, no auditório da SECULT, realizamos a primeira reunião setorial com o segmento Audiovisual e Fotografia, que contou com a participação de 10 agentes, coordenada por Fábio Lopes e Gilmário Silva. No dia 03, no auditório da SECULT, foi a vez da Arte Visual e Arte Urbana que contou com a participação de 09 agentes e teve a coordenação de Amanda Moraes e Fábio Lopes.

No mesmo dia realizamos, no Solar das 12 Janelas, a reunião setorial com os segmentos: Cultura Popular, Movimento Negro e Religiões. A Cultura Popular, coordenada por Junior Vianna, contou com a presença de 23 agentes. A reunião do Movimento Negro e Religiões, contou com 14 agentes e foi coordenada por Arlete Sepúlveda e Anatália Santos.

Na manhã do dia 04 de agosto, no Centro de Artesanato Salomé Tapety, realizamos a setorial com o segmento do Artesanato que contou com a participação de 10 agentes e coordenada por Renata Vitória. No dia 08 de agosto, na SECULT, realizamos as reuniões setoriais da Música, Dança, Teatro, Patrimônio e Literatura. Na reunião da Música estiveram presentes 23 agentes e coordenada por Kariny Santos. A Dança estiveram presentes 08 agentes, coordenada por Ronilsa Maria. A reunião do Teatro contou com 3 participantes e foi coordenada por Xico Carbó. A setorial da Literatura foi coordenada por Tátilla Inêz e teve a participação de 4 agentes. A reunião do Patrimônio aconteceu com a presença de 7 agentes e foi coordenada por Amanda Moraes e Jamyla Fernanda.

Para envolver agentes de diferentes faixas etárias na construção do Plano, realizamos no dia 09 de agosto, uma reunião setorial específica para idosos que frequentam o Clube da Melhor Idade. No espaço, mantido pela Prefeitura de Oeiras, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, são desenvolvidas ações que vão desde a prática de atividades físicas até serviços de atendimento médico e recebe idosos de vários bairros da cidade. Na ocasião, a Profa. Dra. Áurea Pinheiro comunicou aos presentes sobre a construção do PMCO e a sua importância.



Figura 71 Reunião setorial com idosos no Clube da Melhor Idade



Fonte: Cássia Moura, 2022.

Usamos a técnica das rodas de conversa para cada reunião setorial. Os agentes dialogaram e relataram os desafios enfrentados pelo segmento no município de Oeiras, e, ao mesmo tempo, apontaram ações a serem realizadas a curto, médio e longo prazos para a solução dos problemas. Cada reunião foi mediada por um coordenador, que tomou nota das demandas do segmento. Os desafios e oportunidades foram sistematizados em palavras-chave, anotadas em *post-it* coloridos e afixados em cartolinas para que todos/as pudessem visualizar as suas ideias e a dos demais participantes.

Figura 72 Banner e as duas cartolinas com os títulos “desafios” e “oportunidades” usadas na metodologia das reuniões setoriais



Fonte: Cássia Moura, 2022.

No dia 09 de agosto foi realizada uma reunião da equipe organizadora com os coordenadores das reuniões setoriais para que pudessem relatar com mais detalhes as demandas e sugestões dos representantes dos segmentos, que orientarão a construção das metas e ações do PMC para os próximos dez anos.

Segue abaixo as tabelas com os desafios e oportunidades elencados por cada segmento nas reuniões setoriais.



ÁUDIOVISUAL | FOTOGRAFIA

DESAFIOS

- Falta de formação;
- Falta de articulação em rede;
- Falta de recurso para produção;
- Falta de recurso para equipamento;
- Falta de oficinas sobre elaboração de projetos;
- Falta de mostras e festivais;
- Falta de editais;

OPORTUNIDADES

- Formação | Cursos Livres de 300h;
- Criação de associação;
- Criação dos Núcleos de Produção;
- Premiação com equipamentos;
- Curso sobre elaboração de portfólio e projetos;
- Mostra de produção local;



Foto: Talita Dupret, 2021.

CULTURA POPULAR

DESAFIOS

- Formação;
- Valorização | Visibilidade | Apropriação cultural
Falta de recursos;
- Burocracia | Suporte;
- Levar cultura para os bairros | Cultura nas escolas | Zona rural;
- Buscar os mestres;
- Espaço cultural administrado pelos agentes;

OPORTUNIDADES

- Oficinas de formação;
- Leis para suporte aos agentes
| Criar um fluxograma de diferentes segmentos | Legalidade institucional;
- Equipe Técnica para orientação e suporte;
- Descentralização cultural | Articulação em rede;
- Instituição dos mestres;
- Espaço de integração cultural;



Foto: Henrique Vinícius, 2022.

ARTES VISUAIS

DESAFIOS

- ▶ Falta de espaços de diálogo sobre políticas públicas voltada para arte;
- ▶ Associação;
- ▶ Formação;
- ▶ Falta de incentivo aos artistas existentes;
- ▶ Informações sobre o fundo;

OPORTUNIDADES

- ▶ Assembleias | Centro cultural | circuito de arte contemporânea;
- ▶ Formação na área de produção cultural | Oficinas de elaboração de projetos | Galeria escola;
- ▶ Criação de atelier-escola | Projetos para descobrir novos talentos | Fomentar projetos já existentes | Criar galerias das obras de artistas locais;
- ▶ Criar canais de divulgação dos eventos e ações realizadas;



Foto: Reginaldo Oliveira, 2021.

MOVIMENTO NEGRO

DESAFIOS

- ▮ Pedagogia anti-racista dentro das escolas;
- ▮ Falta de escola na comunidade quilombola Queiroz;
- ▮ Pertença;
- ▮ Falta de cotas nos concursos públicos;
- ▮ Falta de literatura afro-brasileira na biblioteca pública;
- ▮ Falta de uma sede para encontros e reuniões;

OPORTUNIDADES

- ▮ Aplicação da Lei 11.645 da pedagogia anti-racista por parte do município e estado;
- ▮ Ter a escola de volta;
- ▮ Oficinas de dança, percussão, trança, turbante nas comunidades quilombolas;
- ▮ Cotas nos concursos públicos;
- ▮ Livros de autores negros nas bibliotecas públicas;
- ▮ Escritores negros homenageados na FLOR-Feira Literária de Oeiras;
- ▮ Disponibilizar uma sede | Criação de comitê de Igualdade Racial e Religiosa;



Foto: Carlos Rubem, 2012.

RELIGIÕES

DESAFIOS

- ▶ Preconceito sofrido pelas religiões de matrizes africanas, espiritualistas e spiritistas;
- ▶ Falta de representatividade nas ações culturais e cívicas da cidade;
- ▶ Falta de apoio;

OPORTUNIDADES

- ▶ Realização de ato ecumênico | momento de diálogo contra a intolerância religiosa;
- ▶ Catalogar as religiões de matrizes africanas e espiritualistas no portal do município;
- ▶ Lançamento de editais voltados para religiões de matrizes africanas, espiritualistas e spiritistas;
- ▶ Criação de um núcleo étnico-racial e religioso;
- ▶ Incluir livros de religiões africanas, espiritualistas e espiritualistas no acervo das bibliotecas;
- ▶ Divulgação do calendário festivo das religiões de matrizes africanas;



ARTESANATO

DESAFIOS

- ▶ Falta de capacitação e formação;
- ▶ Falta de conhecimento para elaboração de projetos;
- ▶ Falta de incentivo e financiamento de cursos ministrados pelos artesãos locais;
- ▶ Pouco uso das mídias sociais para divulgação do artesanato e dos produtos locais;
- ▶ Falta de articulação entre os artesãos;
- ▶ Pouca articulação da rede de turismo, rede hoteleira, restaurantes, secretarias municipais para divulgação do artesanato;

OPORTUNIDADES

- ▶ Cursos profissionalizantes e oficinas de formação: arte santeira, pintura de imagens santas, uso de mídias sociais, curso de educação financeira e comunicação;
- ▶ Oficina de elaboração de projetos;
- ▶ Financiamento de cursos fora da cidade para aperfeiçoamento de artesãos;
- ▶ Profissionalização sobre uso de mídias;
- ▶ Inclusão do Centro de Artesanato no roteiro turístico da cidade;
- ▶ Inclusão de feiras de artesanato no calendário anual;



Foto: David Moura, 2022.

MÚSICA

DESAFIOS

- Falta de oportunidades e desvalorização;
- Falta de agenda cultural;
- Falta de formação;
- Falta de incentivo à música instrumental;
- Falta de incentivo aos trabalhos autorais;
- Falta de espaços para shows;
- Divulgação dos editais por parte da SECULT;

OPORTUNIDADES

- Criação da associação dos músicos;
- Criação de agenda cultural do município;
- Realizar mostra de música para adolescentes com prêmio;
- Criação de um centro de qualificação para jovens músicos;
- Realizar oficinas de elaboração de projetos;
- Incentivar a música instrumental e autoral;
- Criação do festival de música oeirense;
- Ampliar projetos de incentivo;



Foto: Facebook do Cine Teatro Oeiras.

TEATRO

DESAFIOS

- ▶ Formação de atores | técnicos e qualificação de pessoal administrativo da gestão;
- ▶ Equipamentos e material permanente;
- ▶ Recursos e financiamentos;
- ▶ Calendário teatral;

OPORTUNIDADES

- ▶ Realizar oficina municipal de teatro permanente;
- ▶ Cursos Livres de Teatro;
- ▶ Formação contínua;
- ▶ Aquisição de equipamentos e material permanente;
- ▶ Lançamento de editais, concursos de obras teatrais;
- ▶ Destinar orçamento para o Cine Teatro Oeiras;
- ▶ Efetivar juridicamente o Cine Teatro;
- ▶ Realizar mostras de teatro;



Foto: Reginaldo Oliveira, 2022.

DANÇA

DESAFIOS

- ▶ Falta de visibilidade e oportunidade;
- ▶ Falta de espaço para a prática de atividades;
- ▶ Suporte técnico e manutenção;

OPORTUNIDADES

- ▶ Realização de festivais de dança;
- ▶ Realizar apresentações nas comunidades rurais;
- ▶ Criação de centros culturais;
- ▶ Criação de rede de divulgação;
- ▶ Apoio para eventos culturais;



Foto: Acervo pessoal de Júnior Viana.

LITERATURA

DESAFIOS

- Falta de incentivo financeiro financeiro para escritores;
- Falta de parcerias entre escola e comunidade para levar a literatura local para a sala de aula;
- Falta de acesso às obras de escritores locais.

OPORTUNIDADES

- Editais para publicação de livros, revistas e jornais literários;
- Promover parcerias com a Secretaria de Educação para desenvolvimento de projetos voltados à literatura local;
- Criação de bibliotecas itinerantes principalmente na periferia e zona rural;
- Promover saraus e concursos de poesias;



PATRIMÔNIO CULTURAL

DESAFIOS

- ▶ Falta de acervo bibliográfico;
- ▶ Falta de conhecimento por parte da população sobre os movimentos culturais;
- ▶ Falta de divulgação dos programas de fomento à preservação do patrimônio;
- ▶ Falta de palestras sobre patrimônio;
- ▶ Falta de um escritório do IPHAN;
- ▶ Falta de registro audiovisual dos eventos;
- ▶ Falta de uma equipe multidisciplinar envolvida com a cultura e patrimônio;
- ▶ Falta de pertencimento por parte da população;

OPORTUNIDADES

- ▶ Criação de lei de registro e tombamento de patrimônio cultural imaterial;
- ▶ Criação de lei para regulamentar os tombamentos;
- ▶ Educação patrimonial nas escolas de ensino básico à ensino médio;
- ▶ Criação de um calendário cultural com programação para férias e feriados;
- ▶ Bolsas de estágio em museus e pontos turísticos para acadêmicos universitários;
- ▶ Catalogação dos pontos culturais e sítios de toda a cidade;
- ▶ Registro e catalogação das manifestações culturais existentes;
- ▶ Pactuação entre Estado, Município e instituições privadas no financiamento dos núcleos culturais;
- ▶ Criação de um Arquivo Público Municipal;
- ▶ Formação e conscientização para os proprietários de edificações tombadas;
- ▶ Consenso entre Estado e Município para administração dos bens culturais;







V_MINUTA DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Oeiras, para vigência no decênio de 2023 a 2033.

Parágrafo único O Plano Municipal de Cultura de Oeiras é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política cultural no município, com previsão de ações de curto, médio e longo prazo.

Art. 2º O Plano Municipal de Cultura de Oeiras, construído a partir de diretrizes definidas pela sociedade civil e pelos gestores públicos, participantes da Conferência Municipal de Cultura e validado pelo Conselho Municipal de Cultura é regido pelas seguintes diretrizes:

- I** – democratização e garantia do amplo acesso aos bens culturais;
- II** – institucionalização da Política Cultural do Município de Oeiras;
- III** – garantia da participação social na implantação e gestão de políticas públicas de cultura;
- IV** – promoção da cultura como um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- V** – fortalecimento das políticas públicas e da gestão da cultura através da consolidação de sistemas integrados de informação, mapeamento e monitoramento;
- VI** – promoção e democratização da produção, difusão, circulação e fruição dos bens culturais;
- VII** – descentralização territorial da gestão e das ações culturais do município de Oeiras;
- VIII** – fortalecimento das Setoriais e da transversalidade da cultura;
- IX** – garantia de uma política pública de comunicação para a cultura;

- X** – garantia de políticas públicas de formação em arte e cultura;
- XI** – reconhecimento, proteção e valorização do patrimônio cultural do município de Oeiras na sua diversidade de memórias e identidades;
- XII** – garantia da transparência na gestão das políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do Plano Municipal de Cultura:

- I** – regulamentar, manter e aperfeiçoar o Sistema Municipal de Cultura, garantindo ampla participação social na gestão de suas políticas culturais;
- II** – identificar, proteger, valorizar e difundir o patrimônio cultural de Oeiras;
- III** – promover a cultura como um dos eixos centrais do desenvolvimento socioeconômico sustentável de Oeiras;
- IV** – promover a formação contínua em arte e cultura, contemplando as linguagens artísticas e os profissionais da cultura de Oeiras;
- V** – desenvolver comunicação pública específica para a cultura, valorizando a construção coletiva de fazeres e saberes;
- VI** – descentralizar as políticas públicas do Município de Oeiras;

Art. 4º São atribuições do poder público municipal:

- I** – fomentar a difusão, circulação e consumo de bens culturais produzidos nas diversas linguagens, repercutindo no cotidiano de Oeiras;
- II** – institucionalizar parcerias estratégicas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com os demais órgãos municipais, em especial com a Secretaria Municipal de Educação para o planejamento e desenvolvimento de políticas e ações nos diversos campos do saber;
- III** – incentivar a prática social de preservação, proteção e sensibilização patrimonial nos diferentes segmentos sociais, considerando os aspectos legais, as referências culturais, a difusão e valorização do patrimônio cultural;



IV – realizar o mapeamento cultural de Oeiras de forma contínua como um instrumento indispensável para o reconhecimento do patrimônio e práticas culturais, dos espaços públicos, do universo simbólico, das manifestações dos diversos segmentos e linguagens artísticas;

V – promover a realização da formação básica e profissionalizante no ensino formal e informal, voltados para a qualificação de artistas, gestores e do público em geral;

VI – valorizar grupos culturais que trabalham com os conceitos de criação colaborativa, direitos autorais, não restritivos ou direitos livres, novos processos de produção e distribuição, entre outros, que colaborem com a maior acessibilidade do público a bens e serviços culturais;

VII – viabilizar meios de comunicação que divulguem ampla e democraticamente as ações culturais do Município de Oeiras;

VIII – fomentar a comunicação alternativa, livre e popular que viabilize um programa continuado de formação de jovens e adultos, incentivando a criação de veículos de comunicação independentes;

IX – criar, estruturar e manter equipamentos culturais, com efetiva política de acessibilidade, oferecendo aos seus visitantes uma variada programação diária e gratuita, enquanto dedica-se a formação de públicos;

X – organizar e realizar de amplo calendário cultural com exposições, cursos, bienais, simpósios, feiras, mostras, debates, possibilitando formação, circulação, difusão e troca de experiências entre a comunidade artística e o público em geral;

XI – descentralizar a política cultural do Município de Oeiras, assegurando a realização de atividades artísticas nas comunidades rurais e urbanas da periferia;

XII – garantir acessibilidade dos bens e equipamentos culturais às pessoas com deficiência e necessidades especiais.

Art. 5º A Prefeitura Municipal de Oeiras, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo juntamente com o Conselho Municipal de Cultura de

Oeiras exercerão a função de coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura de Oeiras, conforme esta Lei, sendo responsável pela organização de suas instâncias, pela implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Oeiras, pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.

Art. 6º O Plano Municipal de Cultura será revisto periodicamente, a cada 5 (cinco) anos, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas metas e ações.

Art. 7º São estratégias do Plano Municipal de Cultura de Oeiras:

I – aplicar os recursos da União, do estado do Piauí, do município de Oeiras na implementação do Sistema Municipal de Cultura, através de convênios, transferências fundo a fundo e outros instrumentos jurídicos que financiem ações conjuntas entre esses níveis federados;

II – estabelecer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para o desenvolvimento sustentável da cultura.

III – criar instrumentos que garantam a transparência dos recursos empregados na cultura por meio de avaliações definidas junto ao Conselho Municipal de Cultura de Oeiras;

IV – desenvolver e aperfeiçoar o Sistema Municipal de Cultura como instrumento de articulação e pactuação entre o poder público e a sociedade civil;

V – desenvolver instrumentos de subsídio às políticas, ações e programas no âmbito da cultura;

VI – fortalecer o Conselho Municipal de Cultura de Oeiras como instrumento de institucionalização da cultura;

VII – criar mecanismos de descentralização da política cultural, assegurando a realização de atividades artísticas nas comunidades;

VIII – criar, estruturar e manter equipamentos culturais, com efetiva política de acessibilidade, oferecendo programação gratuita;



IX – alinhar as políticas municipais de cultura aos planos estadual e nacional, bem como com os demais órgãos municipais, integrando as ações no campo da cultura;

X – readequar a estrutura administrativa para a efetiva execução das ações previstas pelo Plano Municipal de Cultura de Oeiras;

XI – consolidar o calendário cultural como instrumento da promoção das referências e identidades culturais de Oeiras;

XII – fomentar a integração dos vários setores públicos e privados a fim de garantir a salvaguarda do patrimônio cultural em todas as instâncias;

XIII – desenvolver e ampliar programas que relacionem cultura e produção acadêmica como forma de articular universidades e instituições culturais;

XIV – estabelecer parcerias com os entes federados e outras áreas da administração pública, viabilizando a realização de atividades que possibilitem a transversalidade das ações culturais;

XV – criar estratégias de monitoramento do Plano Municipal de Cultura de Oeiras, bem como realizar Conferência Municipal de Cultural com período de 05 (cinco) anos, ou quando houver necessidade propositiva.

CAPÍTULO II – DOS EIXOS E OBJETIVOS

EIXO I – DA GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA

Art. 8º São objetivos específicos referentes à gestão e institucionalidade da cultura:

I – regulamentar os instrumentos legais relacionados às políticas culturais;

II – estruturar o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, garantindo acesso amplo e irrestrito aos dados coletados;

III – mapear e registrar o patrimônio cultural e artístico de Oeiras em todas as suas linguagens, expressões e territórios;

IV – financiar e apoiar pesquisas que formulem indicadores quantitativos e qualitativos, de modo a contribuir para a análise dos recursos empregados de forma direta ou indireta no campo cultural;

V – incentivar e apoiar as iniciativas das setoriais instituídas e compostas pelo Conselho Municipal de Cultura de Oeiras, bem como setoriais organizadas independentes do município de Oeiras das mais diversas áreas do campo cultural;

VI – promover espaços de participação social, valorizando as representações da sociedade civil e garantindo a transparência na gestão das políticas públicas;

VII – estabelecer parcerias com os entes federados e outras áreas da administração pública, viabilizando a realização de atividades que possibilitem a transversalidade das ações culturais.

EIXO II – DA FORMAÇÃO, PRODUÇÃO E CONHECIMENTO

Art. 9º São objetivos específicos referentes à formação, produção e conhecimento:

I – promover, anualmente, programas de formação para gestores, produtores, pesquisadores, artistas, técnicos e demais agentes do segmento cultural;

II – promover, anualmente, formação em elaboração de projetos culturais;

III – proporcionar infraestrutura específica para o funcionamento adequado das atividades de formação nas diversas linguagens;

IV – integrar ações de formação em arte e cultura, criando itinerários formativos que incluem escolas, instituições, equipamentos culturais e universidades;

V – promover a descentralização das ações de formação em arte e cultura nas comunidades de Oeiras;

VI – promover a formação em arte e cultura nas estruturas formais e informais, voltadas para a qualificação de artistas e do público em geral;



EIXO III – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA DA CULTURA

Art. 10º São objetivos específicos referentes ao desenvolvimento sustentável e economia da cultura:

I – promover a integração econômica da cultura com as demais áreas socioeconômicas, no intuito de formular estratégias de desenvolvimento para o município;

II – identificar e promover o desenvolvimento das cadeias produtivas;

III – ampliar as fontes de financiamento pública e privada, garantindo recursos municipais, estaduais e federais, como também de instituições e agentes internacionais, para desenvolvimento das atividades culturais;

IV – democratizar o acesso aos recursos públicos e incentivar a participação da iniciativa privada para o fomento das ações culturais no município.

EIXO IV – DA CULTURA E COMUNICAÇÃO

Art. 11º São objetivos específicos referentes à cultura e à comunicação:

I – gerar e difundir conteúdos e informações voltados à divulgação irrestrita dos bens e manifestações culturais;

II – promover o acesso e a fruição da população como um todo à diversidade cultural e seus atores;

III – instituir veículos e peças de comunicação institucionais voltados à difusão da cultura, dando visibilidade para bens e manifestações culturais que não encontram ressonância no âmbito da comunicação massiva e de caráter meramente mercadológico;

IV – difundir a produção cultural e artística por meio de comunicação massivos e alternativos, bem como através das mídias digitais e redes sociais;

V – fortalecer as iniciativas de comunicação popular, comunitária e alternativas existentes em Oeiras;

V – incentivar as experiências de comunicação entre agentes culturais e movimentos sociais.

EIXO V – DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 12º São objetivos específicos referentes ao patrimônio cultural:

I – promover a constituição e manutenção de acervos públicos formados por bens móveis ou imóveis de valor cultural;

II – incentivar o acesso do público aos acervos municipais e privados;

III – fomentar e desenvolver, anualmente, programas de educação para o patrimônio, de modo a sensibilizar a população à valorização do patrimônio cultural;

IV – garantir o restauro, uso e manutenção dos bens patrimonializados através de parcerias públicas e privadas;

V – apoiar e incentivar as práticas, representações, expressões e conhecimentos populares tradicionais reconhecidos por suas comunidades;

VI – fomentar as manifestações culturais de natureza imaterial;

VII – elaborar e divulgar calendário cultural anual do município;

EIXO VI – DA MÚSICA

Art. 13º São objetivos específicos referentes à Música:

I – fomentar a produção de música autoral de artistas locais;

II – promover, anualmente, a realização de mostras e festivais de música;

III – incluir a participação de músicos e bandas locais na programação de eventos culturais realizados no município;

IV – promover, anualmente, a capacitação profissional dos músicos locais através da realização de cursos, oficinas e workshops;

V – publicar, anualmente, editais e chamadas públicas específicas para o segmento.



EIXO VII - DA LITERATURA

Art. 14º São objetivos específicos referentes à Literatura:

- I** – fomentar, anualmente através de editais, a publicação literária de autores oeirenses;
- II** – promover, anualmente, a realização de saraus, debates literários e concursos de poesias;
- III** – democratizar e difundir o acesso à leitura através da realização de bibliotecas itinerantes nos bairros periféricos e localidades rurais;
- IV** – desenvolver projetos que dinamizem o espaço da Biblioteca Municipal como: rodas de leitura, recitais, contações de histórias, palestras, lançamento de livros.

EIXO VIII – DO ARTESANATO

Art. 15º São objetivos específicos referentes ao Artesanato:

- I** – fomentar o artesanato local através de editais e projetos;
- II** – capacitar, anualmente, os artesãos através de cursos, oficinas e workshops;
- III** – divulgar o artesanato local nos eventos do calendário cultural do município;
- IV** – incentivar o uso de produtos de artesanato oeirense em órgãos públicos, adquiridos pela Prefeitura de Oeiras;
- V** – catalogar os artesãos e as técnicas de produção do artesanato local;

EIXO IX – DA CULTURA POPULAR

Art. 16º São objetivos específicos referentes à Cultura Popular:

- I** – apoiar e incentivar os grupos e mestres da cultura popular;

- II** – realizar, anualmente, cursos e oficinas de formação para os agentes culturais;
- III** – inventariar e registrar os saberes e tradições da cultura popular no município;
- IV** – realizar, anualmente, mostras e festivais voltados para a cultura popular oeirense;
- V** – incluir a participação de grupos e mestres da cultura popular da zona rural na programação de eventos culturais do município;
- VI** – publicar, anualmente, editais de fomento para o segmento;

EIXO X – DAS ARTES VISUAIS

Art. 17º São objetivos específicos referentes às Artes Visuais:

- I** – apoiar e incentivar a produção dos artistas locais;
- II** – realizar, anualmente, exposições e mostras de arte;
- III** – promover, anualmente, a formação e capacitação técnica, artística e profissional através de cursos, oficinas e workshops para o segmento;
- IV** – criar um ateliê-escola;
- V** – publicar, anualmente, editais de fomento para o segmento;;
- VI** – promover, anualmente, ações que viabilizem a arte urbana do grafite como a realização de intervenções artísticas em espaços públicos e de grande visibilidade;

EIXO XI – DO AUDIOVISUAL

Art. 18º São objetivos específicos referentes ao Audiovisual:

- I** – fomentar, anualmente, a produção local através de editais e premiações;
- II** – realizar formação e capacitação técnica através de cursos, oficinas e workshops;



- III** – realizar mostras de cinema e curtas no Cine Teatro;
- IV** – incentivar a prática do registro fotográfico contemporâneo através de concursos e exposições temáticas;
- V** – promover cursos sobre prática fotográfica em parceria com profissionais da área, edição, produção e tratamento de imagens;
- VI** – criação de um núcleo de produção audiovisual com equipamentos;

EIXO XII – DAS ARTES CÊNICAS

Art. 19º São objetivos específicos referentes às Artes Cênicas (teatro, dança e performance):

- I** – realizar, anualmente, oficinas e cursos livres de teatro e dança;
- II** – capacitar e formar técnicos de luz, som e cenografia;
- III** – instituir concurso e mostra de obras teatrais e dança no calendário cultural do município;
- IV** – adquirir material e equipamento técnico, para o Cine Teatro;
- V** – descentralizar oficinas e peças teatrais e de dança para as comunidades periféricas e rurais;
- VI** – publicar editais para fomentar o segmento;
- VII** – institucionalização e autonomia do Cine Teatro Oeiras;
- VIII** – disponibilizar espaços culturais do município para a realização de atividades, eventos, cursos, ensaios de grupos teatrais e dança.

EIXO XIII – DO MOVIMENTO NEGRO E RELIGIÕES

Art. 20º São objetivos específicos referentes ao Movimento Negro e Religiões:

- I** – catalogar e reconhecer as religiões de matrizes africanas e espiritualistas presentes no município;

- II** – promover, anualmente, encontros ecumênicos que discutam sobre a tolerância religiosa;
- III** – realizar oficinas, cursos, debates, palestras nas comunidades quilombolas, reconhecidas no município;
- IV** – aplicar no município a Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio;
- V** – disponibilizar livros de autores negros e sobre religiões de matrizes africanas e espiritualistas na Biblioteca Pública Municipal e bibliotecas escolares;
- VI** – divulgar, anualmente, as celebrações festivas das religiões de matrizes africanas;
- VII** – criar um núcleo étnico-religioso.

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO DO PLANO

Art. 21º A elaboração do Plano Municipal de Cultura e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura de Oeiras e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único Os Planos devem conter:

- I** – diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II** – diretrizes e prioridades;
- III** – objetivos gerais e específicos;
- IV** – estratégias, metas e ações;
- V** – prazos de execução;
- VI** – resultados e impactos esperados;



VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII – mecanismos e fontes de financiamento; e

IX – indicadores de monitoramento e avaliação.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 22º São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme Lei nº 1.786, de 01 de março de 2015²⁸:

I – apoiar as manifestações folclóricas e populares do Município;

II – promover e organizar as atividades culturais e artísticas centralizadas no Município, mobilizando os meios necessários;

III – preservar, situar, ampliar e divulgar o patrimônio histórico cultural e artístico do Município;

IV – promover, desenvolver, administrar atividades de Artes Plásticas, Literatura, Música, Audiovisual, Bibliotecas e demais espaços culturais do Município;

V – administrar as unidades culturais do Município;

VI – coordenar as ações e eventos de Cerimonial dos órgãos da Prefeitura;

VII – coordenar, no âmbito da sua competência e em colaboração com os demais órgãos de planejamento do Município, a elaboração de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos voltados para o atendimento das necessidades da expansão da cultura e turismo no Município;

VIII – promover a gestão do acervo de arquivo de valor permanente, referente ao recolhimento, ao processamento técnico, à conservação e à custódia de documentos nos diferentes suportes, produzidos, recebidos e acumulados por todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

IX – promover e fomentar a divulgação do acervo de dados e registro, controle e pesquisa do acervo;

²⁸ Lei Municipal nº 1.786/2015: Modifica a Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Oeiras e dá outras providências.

- X** – desenvolver, implementar e gerenciar as bases de dados de registro, controle e pesquisa do acervo;
- XI** – propor, promover e implementar políticas de acesso público às informações e documentos do acervo;
- XII** – implementar, na forma da lei, política de gestão documental no âmbito da Administração Pública Municipal, mediante o estabelecimento de normas e procedimentos padronizados;
- XIII** – garantir a preservação dos acervos por meio de políticas de conservação preventiva e curativa, bem como da adoção de tecnologias que possibilitem a recuperação e reprodução de informações.

Art. 23º São atribuições do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras, conforme seu regimento interno²⁹:

- I** – fiscalizar as atividades culturais promovidas pela Prefeitura Municipal, bem como pelas mais diversas entidades culturais atuantes no Município;
- II** – formar comissão interna para analisar e deliberar sobre projetos de caráter cultural, educacional e artístico;
- III** – elaborar e alterar seu Regimento Interno;
- IV** – colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação concernente à cultura, em âmbito municipal, estadual e federal;
- V** – propor a criação e responsabilizar-se pela administração de um Fundo Municipal de Cultura;
- VI** – pronunciar-se, emitir pareceres, elaborar propostas e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à cultura, quando solicitado pelo Poder Público, pela sociedade civil ou por iniciativa própria;
- VII** – atuar perante os diversos segmentos da sociedade, procurando sensibilizá-los para a importância do investimento em cultura;

²⁹ Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura foi criado em 12 de setembro de 2018.



VIII – defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua difusão e proteção;

IX – estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão culturais no Município, visando garantir a cidadania cultural como direito de produção, acesso e fruição de bens culturais e de preservação da memória cultural e artística;

X – criar mecanismos que permitam sua comunicação com a comunidade, para que possa cumprir seu papel de mediador entre a sociedade civil e o governo municipal no campo cultural;

XI – identificar e colaborar para a identificação, no âmbito do município de Oeiras e região, de bens de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico e adotar ou propor mecanismos para sua proteção, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

CAPÍTULO V – DO FINANCIAMENTO DO PLANO

Art. 24º O Plano Municipal de Cultura será financiado pelo Fundo Municipal de Cultura, constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do município de Oeiras, diversificados e articulados conforme instituído pela Lei nº 1.939/2021³⁰..

I – Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II – Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III – Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e

IV – outros que venham a ser criados.

³⁰ Lei Municipal nº 1.939 de 14 de dezembro de 2021: cria o Fundo Municipal de Cultura, com a finalidade de prestar apoio a projetos de natureza artística e cultural.

CAPÍTULO VI – DOS MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 25º O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura compete a um técnico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo nomeado por decreto, ao Conselho Municipal de Cultural de Oeiras.

CAPÍTULO VII – DAS SECRETARIAS ENVOLVIDAS

Art. 26º As secretarias municipais diretamente envolvidas na execução do Plano Municipal de Cultura são:

- I** – Secretaria de Administração e Finanças;
- II** – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- III** – Secretaria Municipal de Educação;
- IV** – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- V** – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;
- VI** – Secretaria Municipal de Juventude;
- VII** – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
- VIII** – Secretaria Municipal de Saúde;
- IX** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- X** – Secretaria Municipal de Saúde;

CAPÍTULO VII – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

Art. 27º As metas e ações do Plano Municipal de Cultura serão realizadas no período de 10 (dez) anos após a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Oeiras.

Art. 28º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





A photograph of a group of people in a room, possibly a community center or a dance studio. The image is heavily overlaid with a red color and a large white circle. In the foreground, the back of a person's head and shoulders are visible, wearing a red t-shirt with logos. The logos include a stylized flower-like symbol above the word "OEIRAS" and a circular logo with a stylized 'S' above the word "SEMAS". Below "SEMAS", there is smaller text that is partially legible: "CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE DE OBRAS" and "RUA JACQUES KATZ, 100 - JARDIM...". In the background, several other people are visible, some wearing face masks. One person on the right is holding up a smartphone. The floor is tiled, and there are white plastic chairs on the left. The overall atmosphere is that of a community gathering or a dance class.

VI_CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho de pesquisa é apresentar uma proposta de Plano Municipal de Cultura de Oeiras para os próximos dez anos, e também fazer um relato descritivo das ações e acontecimentos que culminaram nesta minuta de lei. Mas o Plano não finaliza aqui, pois como todo processo participativo e democrático, necessitará ser discutido publicamente em assembleias e conferências podendo sofrer alterações antes de ser enviado à Câmara para votação final.

Apesar de árdua, a caminhada de construção do Plano Municipal de Cultura de Oeiras trouxe impactos consideráveis para a cultura local. Durante o percurso, percebemos o papel do Conselho Municipal de Cultura como mediador dos anseios da população e segmentos culturais para a gestão municipal.

Podemos refletir sobre a importância desse diálogo para o alinhamento de demandas de um setor que vem sendo castigado pelo cenário de desmonte das políticas culturais a nível nacional, e também por uma pandemia que durou 2 (dois) anos. Apesar disso, contamos com o compromisso e interesse político dos poderes executivo e legislativo municipal que não mediram esforços em colocar as pautas da cultura como prioridade.

Outros pontos que podemos destacar foram a união, sintonia e confiança da equipe organizadora do Plano Municipal de Cultura de Oeiras formada pelos membros do Conselho Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da UFDPAr. Equipe multiprofissional e capacitada, alimentados pelo sentimento comum de amor e compromisso pela cultura.

Oeiras é um exemplo de como se pode levar a sério a cultura refletindo sua importância cidadã, simbólica e econômica. Diante de tudo isso, não podemos questionar a validade e legitimidade de um Plano Municipal de Cultura construído por várias mãos e que levou em conta os anseios daqueles que fazem de Oeiras a terra mãe da cultura piauiense.







VII_REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. **Conselhos Municipais**: potencialidades e limites para a efetividade e eficácia de um espaço público para a construção da cidadania interativa. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-18-Allebrandt-2003.pdf> Acesso em 01 set. 2022.

ANDER-EGG, E. **Política cultural a nível municipal**. Buenos Aires: Humanitas, 1987.

BARBOSA, Frederico; FILHO, Roberto Freitas. **Financiamento cultural: uma visão de princípios**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

BARROS, J. M; e JUNIOR, J. O. **Por uma cultura do público: planos de cultura e diversidade cultural**. Planos municipais de cultura: reflexões e experiências. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. 310 p.

BARROS, Maria do Socorro Barbosa. **Museu de Arte Sacra de Oeiras – MAS**: “lugar de memória”. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras: n. 20. 2016, p. 74 – 83.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 25ª Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2010, p. 564.

BRASIL, Fabíola Bezerra de Castro Alves. **A importância do Fundo Nacional da Cultura para a efetivação do acesso à cultura**. Fortaleza: Unifor, 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.757**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. 17 de dezembro de 1979. Brasília/DF: 1979.

BRITTO, Neuza Hafner; BOULLOSA, Rosana. **Planos Municipais de cultura: guia de elaboração**. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2017.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. Burane: centenário de um artista oeirense. *In: Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, Teresina: [s.n], n.08, p.17, 1986.

CARVALHO RÊGO, José Expedito de. O Instituto Histórico de Oeiras. *In: Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, Teresina: [s.n], n.04, p.24, 1982.

CARVALHO, Abmael. O Instituto Histórico de Oeiras. *In: Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, Teresina: [s.n], n.04, p.13, 1982.

COELHO NETO, Hernani. **Por que jogar esse jogo?** Planos municipais de cultura: reflexões e experiências. José Márcio Barros e Kátia Costa (orgs) - Belo Horizonte: Ed UEMG, 2019.

COSTA, Kátia Maria de Souza. **A Diversidade Cultural no Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura / Kátia Maria de Souza Costa**. – Salvador, 2017.

COSTA, Kátia Maria de Souza. Planos Municipais de Cultura e sua Importância para a Diversidade Cultural. *In: Revista do Observatório da Diversidade Cultural*, vol.1, nº 1, 2014.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto (coordenador). **Diálogos culturais em rede: inquietações teóricas e práticas**. Fortaleza: IBDCult, 2017. 126p. (livro eletrônico).

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura**: contribuição ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos Direitos Culturais**: fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *In*: **Educação Unisinosp**. 103-110 maio/agosto. 2007. Disponível: [http://www.unisinos.br/publicacoes_/images/stories/Publicacoes/educacaov11n2/103_a110_edu11\(2\)art05dossie_esquinsani.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_/images/stories/Publicacoes/educacaov11n2/103_a110_edu11(2)art05dossie_esquinsani.pdf) Acessado em: 04 ago. 2022.

FABRIZIO, C. **Réflexion sur l'évolution de la notion de culture et des concepts liés au développement culturel et aux politiques culturelles depuis 1970**. Paris: Unesco, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOSBAWN, E.; RANGER, T. (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MACIEL, Emmanuel Coelho. **Memórias Piauienses de Possidônio Queiroz**. Fundação José Elias Tajra. 1994. p.23-24.

MARTINS, Celina Vieira. Oeiras e a Música. *In: Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, Teresina: [s.n], n.05, p.34, 1983.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Como fazer um plano de cultura**. Ministério da Cultura, 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Guia de Orientações para os Municípios**. Sistema Nacional de Cultura - Perguntas e Respostas. Ministério da Cultura, 2012.

NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; NASCIMENTO, Helder José Souza do et al (org). **Plano Municipal de Cultura de Parnaíba – 2015/2025**. Superintendência Municipal de Cultura. Parnaíba: Piauí, 2015.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis. *In: Ensaios Filosóficos*. Agosto/2016. Vol.13. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em:<http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo13/11_NASCIMENTO_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIII.pdf> Acessado em: 11 ago. 2022

PALLAMIN, V. M. (2000). **Arte urbana**: São Paulo: Região Central (1945-1998): Obras de caráter temporário e permanente. São Paulo: Annablume. Disponível:<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9aeyvoO1MugC&oi=fnd&pg=PA7&ots=igCMx-yq_H&sig=7S9o5UNgIVY9MqJRA-WUqSA54BI&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acessado em: 04 ago. 2022.

PINHEIRO, Áurea da Paz; DIAS DE FREITAS JUNIOR, P. O Museu de Arte Sacra de Oeiras no Sertão do Piauí, Nordeste do Brasil. *In* **Museologia & Amp: Interdisciplinaridade**, 9 (18), 370-385). Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/29228>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Cultura**. Brasília, 1975.

QUEIROZ, Possidônio. Benedito Amônico de Freitas (Burane). *In*: **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**, Teresina: [s.n], n.08, p.27-31. 1986.

QUEIROZ, Teresinha. **Cidade e História**: imagens de Oeiras. Revista do Instituto Histórico, nº 14, 1995/97.

REGO, Francisco de Moraes. **Depoimento oral**. Entrevista concedida ao pesquisador Herberth Vinicius Virginio de Sousa e Silva. Oeiras, fevereiro de 2022.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras-Piauí**: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX. Teresina: Expansão/EDUFPI, 2009.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

SANTOS, A. P. D; BARROS, M. S. B. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**, nº 18. Oeiras-PI.

SANTOS, Gabriela dos A. **Para além dos muros do Sobrado Major Selemérico**: as possibilidades de um espaço cultural. Trabalho de

Conclusão de Curso (Especialista em Gestão de Projetos Culturais) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre cultura e comunicação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 28. 2022.

SANTOS, José dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.29.

SILVA, Herberth Vinicius Virginio de Sousa; PINHEIRO, Áurea da Paz; SANTOS, Francisco Stefano Ferreira. Construção participativa do Plano Municipal de Cultura de Oeiras Piauí. In: **Revista Concilium**, Vol. 22, Nº 1.

SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**, nº 15, Oeiras-1998.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. p.292.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Guia de orientação para a construção de plano municipal de cultura**. Projeto MinC-UFBA. 2017.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Reinventando Sentidos para a Cultura**: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da Convenção para a Promoção e a Proteção para a Diversidade das Expressões Culturais. 303 fl. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

VOLKERLING, M. Deconstructing the difference-engine: a theory of cultural policy. *In: The European Journal of Cultural Policy*. v. 2, n. 2, 1996. p. 189-212.

WHITE, Leslie. «The Symbol: The Origin and Basis of Humans Behavior», *In: Morbel, Lennings e Smith (orgs.), Readings of Antropology*. Nova York, McGraw-Hill Book Co, 1955. [Ed. bras. *In: Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, Homem e sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 5ª ed., 1970].

WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da cultura. *In: GOMES, Angela de Castro (Org.). Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.



SECRETARIA MUNICIPAL DE
CULTURA E TURISMO



PREFEITURA DE
OEIRAS
Pela Educação, pela Cultura e pelo Trabalho

mapm
MUSEU ARTEFATO E MUSEOLOGIA



UFDPar

